

PGR analisa Ficha Limpa e reafirma candidatura de José Roberto Arruda

BRASILIANAS (WILLIAM FRANÇA) - PÁGINA 20

Lula deve vetar PL da Dosimetria

O presidente Luiz Inácio Lula deverá vetar o PL da Dosimetria durante a solenidade no Palácio do Planalto que lembrará os três anos da invasão dos prédios da República em 8 de janeiro de 2023. De acordo com o líder do PT na Câmara, Lindbergh Faria, a expectativa é que Lula aproveite o ato e tome a decisão contrária ao projeto que busca reduzir as penas dos envolvidos nos atos, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro, que foi condenado a 27 anos e três meses e se encontra preso na sede da PF em Brasília. Nesta quarta-feira (7), Bolsonaro submeteu-se a novos exames depois de uma queda

PÁGINAS 6 E 7

Lulinha volta ao foco no escândalo do INSS



Sérgio Lima/Folhapress

Informações de que a Polícia Federal apura possível vínculo entre Fábio Lula da Silva e Antonio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS” colocaram novamente o filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no foco do caso. Segundo a PF, há menções ao nome de “Lulinha” em três diferentes conjuntos de informação analisadas. O advogado do filho do presidente, Marco Aurélio de Carvalho, refuta qualquer envolvimento dele com o caso. Mas é possível que a CPMI do INSS volte a pedir investigações sobre ele no retorno

PÁGINA 5 E CORREIO BASTIDORES (MOLICA) PÁGINA 7

Relações que aquecem camarotes da Sapucaí

Os desdobramentos do incêndio no Shopping Tijuca continuam a refletir e colocar uma lupa na atuação do Corpo de Bombeiros do Rio, principalmente nos camarotes da Sapucaí.

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Tereza Cristina, a vice dos sonhos

Um levantamento do Paraná Pesquisas encaixou a senadora Tereza Cristina como o perfil ideal para vice numa chapa da direita. Cautelosa, ela prefere esperar até abril

POLÍTICO (LAGO) PÁGINA 5

TCU deve recuar no caso do Master

Ministros do próprio tribunal e senadores avaliam que inspeção no Banco Central não deverá prosperar, investigação será arquivada e liquidação mantida

TALES FARIA PÁGINA 4



Freepik

Substância produzida por marimbondos é a chave

Canetas: um risco para os idosos

Geriatria faz alerta sobre o uso de canetas emagrecedoras por pessoas com mais de 60 anos de idade



Freepik

PÁGINA 17 Capacidade funcional pode ser afetada

Pesquisa da UnB é esperança para o Alzheimer

PÁGINA 19

LEONARDO BOFF

Pensar o impensável: a vida e o tempo

PÁGINA 4

FERNANDO MOLICA

Um escândalo Master, com muitas conexões

PÁGINA 4

Dora Kramer*

As desventuras em série do clã Bolsonaro

Uma das várias questões em aberto sobre a eleição deste ano é se Flávio Bolsonaro (PL) manterá sua candidatura à Presidência da República. Outra diz respeito ao grau de influência do sobrenome do ex-presidente nas disputas país a fora e uma terceira tem a ver com o volume de perdas que atingem a família e companhia.

O pai, preso sem chance por ora de cumprir pena em regime domiciliar e apontado nas pesquisas como responsável pelos próprios erros; o primogênito, alvo de enorme rejeição, arrisca-se a perder a renovação quase certa do mandato de senador pelo Rio de Janeiro.

O filho do meio (Carlos), bombardeado por seus pares da direita, insatisfeitos com sua candidatura ao Senado por Santa Catarina; a madrasta (Michelle), boa de palanque, escanteada pelos enteados; o caçula dos homens (Jair Renan) nada significa para o clã como vereador em Balneário Camboriú.

E Eduardo? Bem, este é um caso especial em matéria de infortúnios cavados com as próprias mãos a poder de reiterados tiros nos pés.

Perdeu o mandato de deputado, perdeu a

chance de se eleger senador por São Paulo, perdeu a condição (falsa, vimos depois) de interlocutor do governo Donald Trump, perderá, tudo indica, o emprego público que lhe rendia estabilidade como escrivão da Polícia Federal que determinou sua volta imediata ao posto.

O ex-deputado afirma não ter intenção de retornar dos Estados Unidos onde antes de ser cogitado pelo pai presidente para comandar a embaixada brasileira, fritou hambúrgueres. Talvez encontre alguma ocupação por lá se conseguir se legalizar como imigrante. Por aqui, o que o aguarda é um processo no Supremo Tribunal Federal por obstrução de Justiça.

Observando o quadro sob o prisma da adversidade que assola Jair Bolsonaro e seus herdeiros, de fato faz sentido a presença de um familiar na disputa pela Presidência. Um tiro alto para manter o nome da tribo em voga ao longo da campanha é o refúgio que resta aos campeões nacionais de prejuízos autoinfligidos.

*Jornalista e comentarista de política

Aristóteles Drummond

O que deve ser democracia

Destruir conceitos e valores do regime democrático sempre foi uma bandeira da propaganda esquerdista. Prova maior foi a denominação de República Democrática da Alemanha para aquela parte do território alemão que ficou mais de 40 anos sob a ditadura comunista, sem pão nem liberdade. A diferença de qualidade de vida entre os alemães divididos era gritante. Em Berlim, tiveram de construir um muro para evitar a fuga em massa da população. No Brasil, após a abertura promovida pelo governo do Presidente João Figueiredo, não foi nem tem sido diferente.

O nome democracia e o famoso “estado democrático de direito” tem servido para encobrir estes 40 anos de atraso econômico e social. Usam e abusam desta “democracia” para encobrir um estado irresponsável no trato do dinheiro público, promotor de políticas eleitoreiras que barram o desenvolvimento econômico e social do país. O Brasil desta “democracia” vem crescendo menos do que os demais países. Estamos mal na qualidade e na produtividade. Vivemos da agricultura, pecuária e mineração. Nossa mão de obra é mal remunerada, pois falta qualificação,

de um lado, e bons empregos, por outro. Estão transformando o Brasil num grande balneário. A este tipo de democracia a população deve ser dependente do governo.

Os anos do chamado regime militar foram marcados pela ordem e o progresso. E a baixa corrupção, sem impunidade. Chamam de ditadura os anos de crescimento entre os maiores do mundo na época, segurança e avanços sociais. As estatais davam lucro.

Na verdade, querem apagar da memória nacional os exemplos de notáveis realizadores, civis e militares de 64, que construíram o que temos de grande em nosso país.

Os militares sempre foram atores relevantes na vida nacional, no Império como na República. Foram e são responsáveis pela dignidade no exercício da função pública. Não merecem ser cobrados por desvios em seu papel constitucional para atender interesses eleitorais. Tudo tem seu tempo e sua hora.

Democracia é defender o interesse nacional, a vontade popular, o progresso e a ética no exercício da função pública nos três poderes.

EDITORIAL

UnB se consolida na área científica

A Universidade de Brasília chegar a 2025 com 109 ativos de propriedade intelectual é um marco que vai muito além de um número expressivo em relatórios institucionais. Trata-se de um indicador concreto de maturidade acadêmica, capacidade inovadora e compromisso social de uma universidade pública que entende seu papel estratégico no desenvolvimento do país.

Em primeiro lugar, esse volume de ativos (patentes, registros de software, marcas e outros instrumentos de proteção) evidencia que o conhecimento produzido na UnB não fica restrito às salas de aula ou aos artigos científicos. Ele é transformado em soluções aplicáveis, capazes de gerar impacto econômico, social e tecnológico.

Outro ponto positivo é o fortalecimento da cultura de inovação entre estudantes, pesquisadores e docentes, pois demonstra que a universidade incentiva a proteção do conhecimento desde a iniciação científica até a pós-graduação, estimulando uma mentalidade empreendedora e estratégica. Isso contribui para formar profissionais mais preparados para dialogar com o setor produtivo, startups e políticas públicas.

Além disso, os ativos de propriedade intelectual ampliam as possibilidades de parcerias com empresas, governos e organizações

da sociedade civil. Eles funcionam como pontes entre a universidade e o mercado, favorecendo a transferência de tecnologia, a geração de royalties e a criação de spin-offs acadêmicas. Esses recursos podem retornar à própria UnB, fortalecendo laboratórios, bolsas e novos projetos de pesquisa.

Há também um ganho institucional e simbólico relevante, já que reforça a imagem da UnB como um centro inovador, competitivo e alinhado às agendas globais de ciência, tecnologia e inovação. Isso aumenta sua visibilidade internacional e sua capacidade de atrair talentos, investimentos e colaborações de alto nível.

Por fim, é fundamental destacar o impacto social desses ativos. Muitos deles estão associados a áreas estratégicas como saúde, sustentabilidade, educação e políticas públicas. Proteger essas criações significa garantir que o conhecimento gerado com recursos públicos seja valorizado, difundido de forma responsável e utilizado para melhorar a qualidade de vida da população.

Assim, os 109 ativos de propriedade intelectual da UnB em 2025 representam não apenas conquistas técnicas, mas um compromisso contínuo com o futuro do país, no qual a universidade pública se afirma como protagonista da inovação e do desenvolvimento social.

Opinião do leitor

Doença

O mundo respira por aparelhos, recuperação difícil. O quadro piorou, depois da pandemia. Abusos dominam todos os setores. Crises sérias, criadas por desavenças ideológicas. Ninguém cede. O povo sofre, com a brutal hostilidade dos poderosos.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: ARSENAL DA MARINHA NO RIO TEM NOVOS DIRETORES

As principais notícias do Correio da Manhã em 8 de janeiro de 1931 foram: Esquadrilha Balbo inicia travessia do Atlântico, rumo ao Brasil. Daniel Salamanca é eleito o novo presidente da Bolívia. Indústria

de tecidos da Inglaterra está às voltas com a questão operária. Antiguidades históricas encontradas na Inglaterra e em Portugal. Arsenal da Marinha no Rio tem novos diretores.

HÁ 75 ANOS: ISRAEL APRESENTARÁ NA ONU PLANO DE PAZ PARA A COREIA

As principais notícias do Correio da Manhã em 8 de janeiro de 1951 foram: Tropas chinesas continuam avançando na Coreia e fazendo os exércitos da ONU recuarem. EUA estão próximos de testes com

a bomba de hidrogênio. Israel apresentará na ONU um plano de paz para a Coreia. Obras na Cidade Universitária seguem a todo o vapor. Plano prevê investimento de 700 milhões de cruzeiros no carvão.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Thiago Ladeira e Anderson Sá

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20
São Paulo:
Campinas:

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.



Correio da Manhã consolida sua edição para Campinas e Região

Publisher do grupo Correio da Manhã, o Jornalista Cláudio Magnavita foi recebido pelo prefeito de Campinas Dário Saadi, no seu gabinete na prefeitura, em companhia da secretária municipal de Comunicação, Rose Guglielminetti. Magnavita anunciou a ampliação do noticiário local da edição Campinas e Região do Correio da Manhã e a inclusão do Caderno de Cultura na edição de fim de semana, com roteiros locais. No seu segundo mês de circulação, a edição já é um sucesso editorial, já que a cidade estava carente de um novo jornal diário sólido e com um parque gráfico próprio. Com redação localizada no Centro de Campinas, formada por experientes jornalistas da imprensa local, o Correio da Manhã passa a publicar os assuntos da região nas edições de Brasília e Rio.

Campinas é maior em população do que 15 capitais brasileiras e seu Produto Interno Bruto (PIB) é tão significativo que supera o de 19 capitais do país, destacando-se como um dos principais centros econômicos do Brasil. Apesar da pujança econômica, a cidade possuía um único jornal diário local e será a sede do grupo Correio da Manhã no estado de São Paulo.

O prefeito Dário falou sobre a importância da cidade contar com um jornal com o peso centenário do Correio da Manhã que defenda nacionalmente a agenda de Campinas. E a secretária Rose destacou que é sempre bom termos diversidade na imprensa. A partir desta quinta, 08, o noticiário local ganha espaço prioritário nas edições do jornal local.



Cláudio Magnavita, publisher e diretor de Redação do Correio da Manhã, com o prefeito de Campinas, Dário Saadi, e a secretária de Comunicação, Rose Guglielminetti

PINGA-FOGO

■ **AS RELAÇÕES INCENDIÁRIAS QUE AQUECEM OS CAMAROTES DA SAPUCAÍ** - Os desdobramentos do incêndio do Shopping Tijuca continuam a refletir e colocar uma lupa na atuação do Corpo de Bombeiros do Rio. Além do MPRJ, as notícias sobre a atuação de empresas ligadas a oficiais da corporação na concessão de licenças e a diminuição da fiscalização chamam atenção dos órgãos de controle do estado e do próprio gabinete do governador.

■ Esta flexibilidade possibilitada pela aprovação de projetos feitos por empresas de parentes, amigos, testa de ferro e até namoradas de oficiais e ex-oficiais do CBMERJ, ganha uma dimensão ainda maior com a proximidade do Carnaval e as estruturas de camarotes na Sapucaí. Os bombeiros sempre foram cri-cris com o próprio Sambódromo, já os camarotes milionários a farra é total.

■ Não é raro ver estas pessoas que cuidaram da liberação das licenças, recebendo sacolas e mais sacolas de camisetas e kits do camarote. É só ver a coleção de fotos. Até ex-comandantes gerais com camisetas de camarotes privados, o que não é permitido pelas regras de compliance do estado.

■ A vista grossa para a superlotação dos camarotes e a inexistência de rotas de escape para tanta gente, principalmente pelos projetos que tiveram aprovação destas companhias com relações incestuosas com a corporação é uma demonstração que Deus é brasileiro e carioca, afinal, algum incêndio em um espaço tão confinado causaria uma tragédia similar a da boate kiss ou o que ocorreu na Suíça no ano novo.

■ **O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ) também quer colocar lupa** nestas empresas ligadas a parentes e ex-oficiais e ver em que processos robustos eles atuam. É um mercado milionário que tem levado oficiais e ex-oficiais a terem sinais externos de riqueza muito acima das suas rendas.

■ O poder de influência da rede de ex-oficiais milionários é tão forte que, mesmo na reserva, eles influem nas indicações para postos de comandos, principalmente em áreas vitais para as licenças concedidas de forma enviesada.

■ **O prefeito Eduardo Paes já demonstrou preocupação com as licenças que são concedidas no Sambódromo e para os super camarotes.**

■ Um detalhe sobre o funcionamento destes camarotes é o período off-desfiles, com grandes festas que utilizam estas estruturas. Nestes casos, a superlotação é a regra.

■ **Com uma fiscalização frágil ou flexibilizada pela presença destas empresas, é só uma questão de tempo para ocorrer uma tragédia.** O incêndio do Shopping Tijuca ainda vai dar muito o que falar.

■ **FESTAS OFF-DESFILES NA SAPUCAÍ MERECEM ASSISTÊNCIA MÉDICA REDOBRADA** - Além dos bombeiros, uma preocupação que surge nas festas off-desfiles nos super camarotes é a inexistência dos serviços médicos de emergência do sambódromo que só funcionam nos grandes desfiles.

■ **Nas festas eletrônicas que terão palco os camarotes do sambódromo o**

risco é de óbito por overdose pela ausência de médicos de plantão. É algo que merece um controle mais rígido.

■ **RECEITA FEDERAL VAI FECHAR O CERCO À CHEGADA DAS 'BALAS' PARA O CARNAVAL** - As alfândegas do Rio e de Salvador estão atentas para o período do Carnaval e o movimento atípico de passageiros trazendo 'balas' para consumo no Carnaval.

■ **O consumo de "balas" (ecstasy/MDMA) e outros comprimidos químicos em grandes eventos como o Carnaval e festas eletrônicas provoca alterações profundas no sistema nervoso central, com riscos que se intensificam em ambientes de calor extremo e aglomeração.**

■ Agora em 2026, as autoridades de saúde e segurança continuam alertando para a alta periculosidade dessas substâncias devido à fabricação clandestina, que, frequentemente, mistura componentes desconhecidos como anfetaminas, cafeína ou até anestésicos veterinários (cetamina).

■ **As substâncias agem inundando o cérebro com neurotransmissores (serotonina, dopamina e norepinefrina), gerando sensação de felicidade suprema, desinibição social e maior sensibilidade sensorial e tátil.** Produz o aumento severo dos batimentos cardíacos, da pressão arterial e da temperatura corporal (hipertermia). É fácil identificar o usuário com ranger de dentes (bruxismo) e maxilares cerrados (trismo).

■ A Alfândega da Receita Federal estará mais atenta nos Aeroportos e Portos e as autoridades de segurança nos terminais domésticos e rodoviárias.

■ **PATROCÍNIO OFICIAL COM O PATROCINADOR CAMELÔ** - Causou perplexidade à hotelaria carioca o anúncio do patrocínio do Carnaval de Rua pelo Airbnb. O prejuízo para a rede hoteleira formal causado por plataformas como o Airbnb decorre, principalmente, da concorrência desleal gerada pelo desequilíbrio tributário e regulatório. Embora essas plataformas movimentem bilhões (cerca de R\$ 99,8 bilhões em 2024), o setor hoteleiro tradicional aponta perdas significativas em ocupação e sustentabilidade financeira.

■ Os principais prejuízos e disparidades identificados até 2026 são o fechamento de Estabelecimentos e Perda de Empregos, o que levou entidades do setor, como a ABIH e SindHotéis RJ, relataram que a pressão competitiva dessas plataformas contribuiu para o fechamento de mais de 150 hotéis nos últimos anos, resultando em perda direta de postos de trabalho formais.

■ Enquanto hotéis pagam impostos como ISS, PIS, COFINS e taxas de licenciamento rigorosas, muitas locações por aplicativo operam como pessoa física com menor carga fiscal. No entanto, a partir deste ano de 2026, a reforma tributária introduzirá alíquotas de teste (1%) que podem elevar a tributação do Airbnb para até 44,3% para grandes locadores, visando igualar a competição.

■ Ter a marca Airbnb associada à Prefeitura do Rio, como patrocinadora oficial do Carnaval de Rua, é um soco no estômago dos hoteleiros.

Fernando Molica

Um escândalo master

O pouco que ainda se sabe das irregularidades ligadas ao Banco Master indica que se trata de outro caso com raízes (e tronco, galhos e folhas) no universo político. Só com muitas e amplas ligações com políticos de diferentes matizes ideológicos que Daniel Vercaro conseguiria criar, manter e expandir uma instituição que demonstrou ser tão frágil.

Episódios como o do Master revelam o erro de se ver a política principalmente com ênfase em conceitos como direita e esquerda. Não que essas definições sejam inúteis, que não ajudem na compreensão de linhas gerais do mundo institucional: Lula é diferente de Jair Bolsonaro; Fernando Haddad e Paulo Guedes têm profundas diferenças.

Mas limitar conflitos a questões ideológicas ajuda a esconder um submundo, as infinitas teias e conexões de interesses que viabilizam tantas negociatas, alimentam lobbies poderosos aprovam projetos de lei, colocam jabutis do tamanho de elefantes sobre incontáveis árvores, conseguem incentivos fiscais, arrancam assinaturas de presidentes, governadores e prefeitos.

Apesar de todas as ilegalidades cometidas pelos responsáveis pela Operação Lava Jato, contaminada por um evidente viés de perseguição político-partidária, a apuração do chamado Petrolão revelou um pouco da política como ela é, como é praticada há décadas ou séculos entre nós.

O caso Master parece ser, assim, exemplar. Como bem definiu Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central, o escândalo é “uma história realmente incrível que atinge aos quatro cantos da República e os quatro cantos não republicanos”. Talvez o único erro do diagnóstico seja a limitação representada pelo uso do número quatro.

Assim, de longe, dá para notar a existência de indí-

cios de irregularidades relacionadas a governadores e parlamentares de diversos partidos, inclusive de gente que ainda não foi citada. Há também respingos que chegam a salpicar de suspeitas o chão do Poder Judiciário.

Vale ressaltar que, pelo menos até agora, não se sabe de nenhuma empresa privada que tenha tomado um prejuízo monumental com a quebra do Master, os micos gigantes concentram-se nas florestas da área pública.

Por razões que não são difíceis de adivinhar, empresários foram cautelosos, e, diferentemente de administradores públicos, não se iludiram com as generosas promessas de remuneração oferecidas por Vercaro; não caíram na tentação, trataram de amarrar seu dinheiro nos mastros, evitaram a sedução dos tubarões fantasias dos de sereias.

O beabá do mercado manda desconfiar de quem oferece remuneração muito alta para seus papéis. Isso vale para países e para bancos. Quem arriscaria sua grana na compra, hoje, de eventuais títulos emitidos pela Venezuela, mesmo diante da promessa de pagamento de elevadíssimas taxas de juros?

Mancomunado com diversas instituições financeiras, o Master saiu por aí oferecendo lucros espetaculares para quem topasse comprar seus CDBs. Confiantes no Fundo Garantidor de Créditos — que afiança investimentos de até R\$ 250 mil —, muitas pessoas físicas toparam adquirir os tais papéis (até agora, não honrados). Mas investidores pesados colocaram os dois pés atrás, com exceção de governadores e prefeitos, que administram dinheiro que não é deles.

O caso do Master é grave demais para não ser apurado, a operação-abafa conduzida por muita gente importante em diversas esferas não pode prosperar. A Polícia Federal e o Ministério Público Federal têm a tarefa de mostrar que não escolhem seus alvos.

Tales Faria

Ministros do TCU e senadores esperam recuo do relator do caso Master

Na volta do recesso da Corte, em meados de fevereiro, o relator do caso do Banco Master no Tribunal da União (TCU), ministro Jhonatan de Jesus, deverá propor o arquivamento das investigações sobre a atuação do Banco Central.

Essa é a impressão que ele e o presidente da Corte, Vital do Rego, passaram aos colegas, depois que o caso provocou um racha entre ministros e senadores devido à sua repercussão na imprensa.

O Correio da Manhã revelou nesta quarta-feira, 7, que a tentativa de abrir a caixa preta do Banco Master pelo TCU está causando um rebuliço envolvendo figuras da Faria Lima, do BC e do meio político.

O que deveria ser um processo sumário, guardado a sete chaves pelo Banco Central, está tendo desdobramentos imprevistos pelas autoridades monetárias, que, segundo avaliação do Congresso, se colocavam acima do dever de dar explicações dos seus atos.

O rebuliço foi tão grande que senadores ligados aos ministros do TCU afirmam reservadamente que Jhonatan deverá argumentar no plenário da Corte de Contas ter feito um levantamento preliminar e concluído que não há mais necessidade de aprofundar as investigações sobre a atuação do BC.

O ministro virou alvo de pressões depois que pediu aprofundamento das investigações. O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) chegou a protocolar uma representação à Procuradoria-Geral da República (PGR) em que solicita apuração da conduta do relator da liquidação do Banco Master. Vieira acusa Jhonatan de cometer abuso de autoridade.

Jhonatan é um médico de 43 anos e ex-deputado federal pelo Republicanos de Roraima. Filho do senador Messias de Jesus, foi indicado para o TCU na vaga que

cabia ao Congresso. Tomou posse em março de 2023.

Na verdade, o que circula no TCU e no Senado Federal é que o ministro, recente no cargo, teria sido incentivado a intervir no BC pelo presidente do Tribunal, Vital do Rego. Mas sua atuação provocou um racha não só no Senado. Também entre os seus colegas no TCU, o que estaria levando o próprio Vital a recuar, sem, no entanto, admitir que não é atribuição do Tribunal investigar o BC.

Vital defendeu essa atribuição de fiscalizar o BC em uma mensagem enviada aos colegas. Mas sentiu que, se o caso for colocado em votação no plenário, poderá ser desautorizado como presidente da Corte. Daí por que teria aconselhado Jhonatan, nos bastidores, a recuar.

Se o relator de fato irá recuar, como dizem alguns senadores e ministros, é preciso esperar para ver. Mas a verdade é que Jhonatan ecoou até mesmo movimentos do Supremo Tribunal Federal (STF).

O ministro do STF Dias Toffoli convocou acareação entre o dono do Banco Master, Daniel Vercaro, e o ex-presidente do Banco Regional de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa, além da oitiva do diretor de Fiscalização do BC, Ailton de Aquino Santos. Toffoli também provocou polêmica no mercado financeiro.

O BC sentiu o golpe e apresentou recurso ao próprio TCU, argumentando que a inspeção precisava ser aprovada pelo colegiado da Corte, e não por um ministro individualmente.

A verdade é que, durante um bom período, o Master foi, como disse Claudio Magnavita aqui no Correio da Manhã, “o pote no fim do arco-íris para as plataformas de investimento, como a XP, e agora virou o patinho feio do mercado”. Isso pode explicar o motivo de tanta polêmica.

Leonardo Boff*

Pensar o impensável: a vida e o tempo

Há que considerar a vida, o valor supremo, acima do qual só há o Gerador de toda vida, aquele Ser que faz ser todos os seres. Os cientistas, especialmente o maior deles que se ocupou com o tema da vida, o russo-belga Ilya Prigogine afirmou: podemos conhecer as condições físico-químico-ecológicas que permitiram o irromper a vida há 3,8 bilhões de anos. O que ela seja, no entanto, permanece um mistério.

Mas se não podemos compreender o que é a vida, podemos, no entanto, conferi-lhe um sentido. O sentido da vida é viver, simplesmente viver, mesmo na mais humílima condição. Viver é realizar, a cada momento, a celebração desse evento misterioso do universo que pulsa em nós e quicá em muitas outras partes do universo.

A vida é sempre uma vida com e uma vida para. Vida com outras vidas, com vidas humanas, da natureza e com vidas que por acaso existirem no universo e que um dia puderem se comunicar conosco. E vida é para dar-se e unir-se a outras vidas para que a vida continue vida e sempre possa se reproduzir.

A vida é tomada por uma pulsão interior que não pode ser freada. A vida quer irradiar, se expandir e se encontrar com outras vidas. A vida é só vida quando é vida com e vida para.

Sem o com e sem o para a vida não existiria como vida assim como a conhecemos, envolta em redes de relações includentes e para todos os lados.

A pulsão irrefreável da vida faz com que ela não queira só isso e aquilo. Quer tudo. Quer até a Totalidade, quer o Infinito. No fundo, a vida quer ser eterna como ponderava Nietzsche.

Ela carrega dentro de si um projeto infinito. Este projeto infinito a torna feliz e infeliz. Feliz porque encontra, ama e celebra outras vidas e tudo o que está ao seu redor, mas é infeliz porque tudo o que encontra, ama e celebra é finito, lentamente se desgasta, cai sob o poder da entropia e acaba desaparecendo. Apesar dessa finitude em nada enfraquece a pulsão pelo Infinito e pelo Eterno.

Ao encontrar esse Infinito repousa, experimenta uma plenitude que ninguém lhe pode dar, mas que só ela pode desfrutar e celebrar. O infinito em nós é o eco de um Infinito maior que sempre nos chama e nos convoca.

A vida é inteira, mas incompleta. É inteira porque dentro dela está tudo: o real e o potencial. Mas é incompleta porque o potencial, ainda no espaço-tempo, não se fez real. E como o potencial é ilimitado, a vida limitada não comporta o ilimitado. Por isso nunca se faz completa para sempre. O ser humano é um ser desequilibrado. Mas permanece como abertura e espera para uma plenitude que quer e deve, um dia, acontecer. É um vazio que reclama ser

plenificado. Caso contrário a vida não teria sentido. Não seria a morte o momento de encontro do finito com o Infinito?

A nossa vida se dá sempre no tempo. Que é o tempo? Ninguém soube até hoje defini-lo nem os mais argutos pensadores como Santo Agostinho e M.Heidegger. Ousaria dizer: o tempo é a espera daquilo que pode vir a acontecer. Essa espera é a nossa abertura, capaz de acolher o que pode vir. Esse hiato seria o tempo.

Há que se viver intensamente cada momento do tempo! O passado já não existe porque passou, o futuro não existe porque ainda não veio. Só existe o presente. Viva-o com absoluta intensidade, valorize cada momento, ele traz o futuro para o presente e enriquece o passado.

Cada momento é a irrupção do eterno. Explico: o presente só pode ser vivido. Não pode ser apreendido, aprisionado e apropriado. Só ele é. Um dia foi (o passado) e um dia será (o futuro). Do tempo nós só conhecemos o passado. O futuro nos é inacessível porque ainda não é. Nós, no entanto, vivemos o “e” do presente que nunca nos é concedido prendê-lo. Ele simplesmente passa por nós e se vai. Ele possui a natureza da eternidade que é um permanente “e” O tempo assim significa um momento da presença fugaz da eternidade. Nós estamos imersos na eternidade porque estamos imersos no tempo presente.

Há que se viver esse “e” como se fosse o primeiro e o último. Assim a pessoa, de certo modo, se eterniza. E eternizando-se participa Daquele que sempre é sem passado nem futuro: a essência da divindade.

Podemos falar do tempo, mas ele é impensável. Precisamos do tempo para pensar o tempo. Esse é um momento do eterno que está vinculado ao que as tradições espirituais e religiosas da humanidade designaram como Mistério, Tao, Shiva, Alá, Olorum, Javé, Deus, nomes que não cabem em nenhum dicionário e estão para além de nosso entendimento. Diante dele afogam-se as palavras. Só o nobre silêncio é digno.

Mesmo assim cada um participa, pelo presente fugidivo, da natureza do Divino, mesmo que nem tenha consciência dele. Ao imergir na consciência, rende-se à essa suprema Realidade. Dá-lhe o nome que expressa sua participação n'Ele. Esse nome fica inscrito em todo o seu ser presente, mas principalmente pulsa em seu coração. Então o seu coração e o coração d'Aquele que eternamente é, formam um só e imenso coração: é o Todo em sua plenitude.

***Leonardo Boff é teólogo e filósofo e escreveu Tempo de Transcendência: o ser humano com projeto infinito, Vozes 2009; com Anselm Grün, O Divino em nós, Vozes 2017; com Frei Betto. Mística e espiritualidade, Vozes 2010.**

Sérgio Lima/Folhapress

CORREIO POLÍTICO

Valter Campanato/Agência Brasil



Pesquisa se encaixa ao perfil de Tereza Cristina

Tereza Cristina, a vice dos sonhos

Em dezembro, o presidente do Instituto Paraná Pesquisas, Murilo Hidalgo, comunicou à senadora Tereza Cristina (PP-MS) que estava fazendo uma pesquisa para definir qual seria o perfil ideal de um candidato a vice-presidente. E que o levantamento parecia quase colocar na parede do Palácio do Jaburu, onde moram os vices, o retrato da senadora sul-matogrossense. Segundo a pesquisa, 24,4% dos entrevistados disseram preferir que o vice fosse uma mulher, “para trazer um olhar feminino à administração”. E 22,3% disseram que deveria ser alguém do setor produtivo/agronegócio “para focar na economia”. Mulher e do agronegócio, essa é Tereza Cristina. A partir de então, as conversas cresceram.

Campo conservador indefinido

Segundo interlocutores, o que Tereza Cristina tem comentado, porém, é que ela não poderia dar um passo mais incisivo nesse sentido enquanto o campo conservador estiver indefinido. Ela tem bom relacionamento com a maior parte dos que se ensaiam candidatos. Caso se defina por um, poderá ter problemas com os demais. Assim, o que a senadora tem dito é que é preciso esperar até o mês de abril.

Lula Marques/Agência Brasil



Desempenho inicial de Flávio surpreendeu

Desincompatibilização irá definir

Abril é o prazo determinado pela legislação para que ocupantes de cargos se desincompatibilizem caso queiram disputar outros postos nas eleições de outubro. É quando, portanto, dois dos amigos de Tereza Cristina decidirão se sairão ou não dos seus governos para arriscar a disputa à Presidência: o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e o governador do Paraná, Ratinho Jr (PSD). É a partir daí que a situação vai se aclarar. O outro é o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Tereza não quer entrar numa bola dividida.

Presidência do Senado

No fundo, o que ela desejava mesmo era vir a ser a próxima presidente do Senado. Mas ela sabe também que tal possibilidade estaria diretamente condicionada à eleição de um presidente conservador. Se Luiz Inácio Lula da Silva for reeleito para um quarto mandato, não haveria muita condição política, ela avalia, de o Senado ser comandado por alguém de oposição.

POR
RUDOLFO LAGO

Pulverizado

A pesquisa não deixou de animar a senadora. Mas o cenário também traz outros indicativos. O maior deles é que a disputa política segue ainda tão polarizada que a definição de quem seria o companheiro de chapa de um candidato de oposição pouco agrega. O país ainda divide-se entre Lula ou não.

Direita

Numa outra pergunta da pesquisa, 19,1% consideraram que seria bom que o perfil do vice fosse alguém que trouxesse votos de quem não é de direita, ampliando o eleitorado. E 12,8% disseram que o candidato deveria ajudar a garantir os votos da direita, sendo um conservador fiel ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Perfil

Curiosamente, Tereza tem características que se encaixam nos dois perfis. Ela foi ministra da Agricultura no governo Bolsonaro, mas não é bolsonarista. Tem uma história política anterior, ligada à defesa do agronegócio. Foi deputada federal e secretária de Desenvolvimento Agrário do Mato Grosso do Sul.

Flávio

Isso poderia aproximá-la como companheira de chapa de Flávio Bolsonaro? Seria ainda cedo para dizer. Em 2022, por exemplo, seu nome era o preferido do presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI). Mas Jair Bolsonaro preferiu alguém que lhe passava maior confiança, o general Walter Braga Neto. Bolsonaro perdeu as eleições.

Surpresa

De qualquer modo, o desempenho inicial de Flávio depois de ungido candidato por seu pai, surpreendeu a todos no campo conservador. Pesquisa Quaest divulgada no final do ano o colocou com 23% das intenções de voto, atrás apenas de Lula, à frente de Tarcísio de Freitas, o nome preferido do Centrão.

Afunila?

Será preciso ver se tais dados afunilam a disputa até abril. Alguns movimentos foram percebidos. Movimentos começaram. No Paraná, informações de que Ratinho Jr permaneceria no governo. Em Goiás, que o governador Ronaldo Caiado (União) poderia desistir da Presidência e sair para o Senado.



CPMI pretende investigar relações do filho de Lula

PF investiga relação do filho de Lula com INSS

Polícia apura possível vínculo entre Lulinha e o “Careca”

Por Beatriz Matos

A Polícia Federal (PF) informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que encontrou menções a Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, em três diferentes conjuntos de informações analisadas no curso da investigação que apura descontos indevidos realizados por associações em benefícios previdenciários pagos pelo INSS.

Segundo os investigadores, as referências aparecem em conversas de terceiros, sem que haja, até o momento, indícios de participação direta do filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nos fatos sob apuração.

A representação foi encaminhada ao ministro do STF, André Mendonça, e ressalta que Lulinha não é investigado formalmente. Ainda assim, a PF apura se ele poderia ter atuado como “sócio oculto” do empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, hipótese que, segundo o próprio relatório, não foi comprovada.

A PF destaca que o nome de Lulinha surge em diálogos de terceiros analisados durante a investigação, mas afirma não ter encontrado elementos materiais que indiquem sua atuação no esquema de descontos associativos irregulares, prática que consistia em cobranças não autorizadas aplicadas mensalmente sobre aposentadorias.

Em dezembro, durante uma

cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Lula defendeu o avanço das investigações sobre o esquema de descontos indevidos em benefícios previdenciários do INSS e afirmou que todos os envolvidos devem ser responsabilizados. Na ocasião, Lula disse que “quem tiver envolvido vai pagar o preço” e ressaltou que não haveria exceções.

“É importante que haja seriedade para que a gente possa investigar todas as pessoas que estão envolvidas. Ninguém ficará livre. Se tiver filho meu metido nisso, ele será investigado”, afirmou.

Reação da defesa

O advogado Marco Aurélio de Carvalho, que já atuou anteriormente na defesa de Lulinha, afirmou que o filho do presidente “não tem qualquer envolvimento com as investigações” e classificou as citações como “ilações e pirotecnia”.

Segundo ele, o próprio relatório da Polícia Federal deixa claro que Lulinha não é alvo, nem direta nem indiretamente, da apuração.

“O que veio a público é resultado de um vazamento criminoso, que precisa ser rigorosamente apurado”, disse o advogado, acrescentando que pretende tratar do assunto com o diretor-geral da Polícia Federal, a quem elogiou, classificando-o como uma pessoa séria, íntegra e com espírito público.

Lula deve vetar PL da Dosimetria no 8 de Janeiro

Decisão deve ser anunciada durante solenidade oficial nesta quinta-feira

Por Beatriz Matos

O terceiro aniversário dos ataques às sedes dos Três Poderes, celebrado nesta quinta-feira (8), voltou a colocar o 8 de Janeiro no centro da agenda política em Brasília.

Além das solenidades oficiais em defesa da democracia, o dia deve ser marcado por uma decisão presidencial com forte impacto institucional: o veto ao chamado PL da Dosimetria, aprovado pelo Congresso no fim de 2025.

A expectativa é de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncie o veto integral ao texto durante o evento que relembra os ataques golpistas.

Mesmo em recesso parlamentar, o tema seguiu mobilizando lideranças políticas. Na quarta-feira (7), o líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (RJ), afirmou que o governo já trabalha com o cenário de veto total e com a necessidade de articulação no Senado para impedir sua derrubada. Segundo ele, a base aliada calcula que será preciso reverter ao menos 34 votos.

Símbolo bolsonarista

O PL da Dosimetria ganhou peso político não apenas pelo conteúdo, mas pelo simbolismo.



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Lula deve vetar a Dosimetria nos três anos do 8/01 e buscar os votos para manter o veto

A proposta passou a ser vista como uma alternativa indireta à anistia defendida por aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), condenado a 27 anos de prisão por crimes relacionados à tentativa de golpe.

Embora não preveja anistia explícita, o projeto altera critérios de cálculo das penas, abrindo margem para reduzir condenações impostas aos envolvidos nos atos de 8 de Janeiro. Ao longo da tramitação, nos bastidores do Congresso, a ampliação do esco-

po do texto gerou críticas de parlamentares de diferentes espectros ideológicos, que passaram a classificá-lo como um “atalho legislativo”.

Votação acelerada

Na Câmara dos Deputados, o projeto avançou em ritmo acelerado. Relatado pelo deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), o texto foi levado ao plenário em uma sessão que atravessou a madrugada de 10 de dezembro.

A votação terminou por volta das 4h, com 291 votos favoráveis, 148 contrários e uma abstenção, em um universo de 441 deputados presentes. A forma como a matéria foi apreciada ampliou o desgaste público do Congresso, especialmente nas redes sociais, onde a leitura predominante foi a de flexibilização de punições para crimes contra a democracia.

Senado impôs limites

Diante da repercussão, o Senado adotou uma postura mais

cautelosa. O relator, Esperidião Amin (PP/SC), reconheceu que o texto vindo da Câmara continha riscos jurídicos e políticos e passou a defender ajustes para evitar interpretações ampliadas.

Durante a tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Amin acatou uma emenda do senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), que restringiu expressamente a aplicação da dosimetria aos condenados pelos atos de 8 de Janeiro. A mudança foi classificada como de redação, o que permitiu que o projeto seguisse direto para sanção, sem retornar à Câmara.

O texto foi aprovado no plenário do Senado em 17 de dezembro, por 48 votos a favor, 25 contrários e uma abstenção.

Novo embate

Agora, a proposta retorna ao centro do jogo político. Para o governo, o veto no aniversário do 8 de Janeiro funciona como um gesto institucional e simbólico, reafirmando o compromisso com a responsabilização dos ataques à democracia.

No Congresso, porém, a decisão deve reabrir tensões entre Executivo e Legislativo nos próximos dias, sobretudo, após o recesso parlamentar que vai acontecer em 1º de fevereiro.

Venezuela pode influenciar eleições

Por Gabriela Gallo

O conflito entre os Estados Unidos e a Venezuela, desde que os norte americanos invadiram o país latino-americano e sequestraram o então presidente venezuelano Nicolás Maduro, tem gerado uma série de incertezas e especulações sobre os impactos no Brasil. Mas, para além dos impactos diretos, começam as especulações acerca de como o episódio pode repercutir nas eleições deste ano.

O Correio da Manhã conversou com três analistas políticos sobre o questionamento e todos apontaram que ainda é cedo para se ter certeza de possível resultado eleitoral e, portanto, é necessário atenção para ver como só tema se alastrará até outubro de 2026.

Narrativa

Para a reportagem, o coordenador do curso de Relações Internacionais do Ibmec BH Adriano Gianturco concorda que, caso as eleições brasileiras ocorressem no

atual cenário, o tema seria uma pauta em que tanto a direita quanto a esquerda “puxariam cada um com sua interpretação e a sua narrativa”.

Para Gianturco, a prisão de Maduro “fortalece mais a esquerda, que reclama da violação da soberania, de uma invasão ao território de forma ilegal e da quebra do direito internacional”.

Na mesma linha, o cientista político e coordenador de Análise Política na BMJ Consultores Associados Lucas Fernandes completou que o pano de fundo da situação apresenta um cenário mais complexo “que diz respeito à segurança e soberania nacional”.

“Se os Estados Unidos fazem isso com um país que é nosso vizinho amazônico, tem uma região de fronteira com o Brasil muito extensa, numa área de difícil acesso, onde não é tão fácil você colocar um contingente militar muito forte, o que impediria os Estados Unidos de fazerem a mesma coisa com o Brasil? Então, esse aspecto

da soberania pode ser bastante explorado e quem se posicionar fortemente a favor do [presidente dos EUA Donald] Trump, pode se prejudicar”, avaliou Fernandes para o Correio da Manhã.

Contudo, o cientista político pondera que, caso a principal discussão referente à Venezuela venha a ser “o combate à ditadura Maduro, candidatos de esquerda tendem a ficar mais prejudicados”.

O cientista político Elias Tavares ponderou ao Correio da Manhã que o conflito representa maior influência “no plano da narrativa do que no comportamento direto do voto”.

“Não é um tema que, isoladamente, vá decidir a eleição, mas ele ajuda a organizar discursos, identidades políticas e estratégias de campanha, especialmente em um ambiente já polarizado”, afirmou o analista.

“Isso não se converte automaticamente em ganho de votos”, reforçou.



Ricardo Stuckert / PR

Relações de Lula com Maduro devem ser exploradas

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Waldemir Barreto/Agência Senado



Carlos Viana (Podemos-MG) preside a CPMI do INSS

Investigação sobre Lulinha preocupa Palácio do Planalto

A confirmação, pela Polícia Federal, de que investiga a eventual ligação de um dos filhos do presidente Lula com empresário suspeito de envolvimento com a máfia do INSS passou a ser a maior preocupação do Palácio do Planalto. Independentemente de culpa de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, a investigação em si é vista como capaz de gerar danos para o presidente e de recuperar a associação entre o PT e a corrupção que tanto prejudicou o partido na eleição de 2018. Em 18 de dezembro, ao ser questionado por jornalistas, Lula disse que, se estivesse envolvido, seu filho seria investigado.

Caso reforça oposição na CPMI

Para governistas, o fato tem poder de ressuscitar a CPMI do INSS, que andava meio esquecida — pior, tende a desequilibrar a apuração, que apontava fraudes também durante o mandato de Jair Bolsonaro. Deputados e senadores ligados ao governo mantinham o discurso de que o problema começara antes da volta de Lula para o Planalto e que o petista fora responsável pela apuração do escândalo. O caso Lulinha abala esta versão.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



'Careca do INSS': suposta ligação com filho de Lula

Prorrogação das investigações

Até agora, a bancada governista vinha conseguindo barrar a convocação de personagens ligados ao presidente, como o irmão dele José Ferreira da Silva, o Frei Chico. Um avanço das investigações sobre Lulinha dificultaria a blindagem da família do presidente. A PF recolheu indícios de ligação do filho de Lula com o empresário Antônio Carlos Camilo Antunes, o "Careca do INSS". A CPI tem prazo até o fim de março, mas a oposição quer esticá-la até junho para aproximá-la da eleição, que será no início de outubro.

Carinho no ministro

Claro que pode não passar de coincidência, mas o governo fez um carinho no ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, relator do caso que investiga os descontos indevidos de aposentados do INSS. O Ministério da Educação liberou o Instituto Iter, que tem Mendonça como sócio, a criar um curso de pós-graduação. O Iter não é oferece cursos superiores.

PL na Segurança

O PL decidiu pressionar o governo numa área particularmente sensível, a da segurança. Dono da maior bancada, o partido tem prioridade para escolher o comando de duas comissões da Câmara. Decidiu que uma delas será a de Saúde e, a outra, a de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado.

Oficiais do NE

De acordo com o líder do PL na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), a presidência da comissão ficará com um deputado do Nordeste. Ainda não foi decidido se será o Capitão Alden, da Bahia, ou Coronel Meira, de Pernambuco. Os dois são oficiais da reserva da Polícia Militar.

Alvo da escolha

A decisão de entregar a presidência a um deputado nordestino não foi por acaso. A região concentra a maior parte dos eleitores do presidente Lula e tem sofrido com a expansão da criminalidade. Dos dez estados com maiores índices de mortes violentas intencionais em 2025, cinco ficam no Nordeste.

Fragilidade

"O que mexe com o povo é a segurança, e a violência é o calcanhar de Aquiles da esquerda", afirma Sóstenes. Ele diz que tem 90% de chances de continuar na liderança do PL. Alvo de um mandado de busca e apreensão por suposto desvio de verba da cota parlamentar, ele não deverá ser candidato ao Senado e tentará a reeleição à Câmara.

Batata quente

Por falar nisso: o senador Carlos Portinho (PL-RJ) não quer nem ouvir falar em disputar o governo do estado. A escolha de um candidato de direita virou um problema depois da prisão do presidente da Assembleia Legislativa, Rodrigo Bacellar. A batata do Palácio Guanabara ficou quente demais.

Armadilha

Indicado por Lula para o STF, Jorge Messias corre o risco de enfrentar armadilha preparada pela oposição no Senado: a de ter seu nome aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e acabar barrado pelo plenário. Ele até mandou mensagens de Boas Festas para a oposição, que aposta na sua derrota.



Médicos agora acreditam que Bolsonaro teria tropeçado

Bolsonaro realiza exames após queda

Familiares e aliados voltam a pedir prisão domiciliar

Por Gabriela Gallo

Após sofrer uma queda, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) realizou uma série de exames médicos para averiguar seu quadro de saúde, nesta quarta-feira (7). Ele se deslocou para o Hospital DF Star, em Brasília, após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes publicar no mesmo dia uma decisão autorizando seu deslocamento ao hospital.

Bolsonaro realizou os exames médicos e depois retornou para sua cela na Superintendência da Polícia Federal (PF) no mesmo dia. A equipe médica do ex-presidente confirmou que ele teve um traumatismo craniano leve, sem indicação de nenhuma intervenção mais complexa.

Jair Bolsonaro, que está preso na PF desde novembro do ano passado por tentativa de golpe de estado, teve uma queda em que ele bateu a cabeça na terça-feira (6). Com ele apresentando quadros de tontura e desequilíbrio, inicialmente, especulava-se que ele teria caído da cama. Porém, o médico Brasil Caiado informou que agora se acredita que ele levantou da cama, tentou caminhar e caiu.

"Há uma suspeita inicial e nós já havíamos imaginado, que possa ser a interação de medicamentos. O presidente faz uso de vários medicamentos para tratamento da crise de soluços. Se

esses quadros forem recorrentes, colocam o presidente em uma zona de maior risco", afirmou o médico de Bolsonaro.

CFM

Os exames de Bolsonaro foram solicitados pelos advogados do ex-presidente na terça, mas inicialmente foram negados por Moraes por não ter identificado necessidade de remoção hospitalar imediata. A defesa recorreu da decisão apresentando pedidos médicos e então o magistrado acatou o pedido. Com o caso, o Conselho Federal de Medicina (CFM) divulgou uma nota nesta quarta informando que, após receber denúncias de aliados de Bolsonaro, determinou ao Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal que instaure "sindicância para apuração dos fatos".

Após a situação, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e o filho de Jair Bolsonaro, o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (PL), voltaram a defender durante uma entrevista coletiva que a prisão de Bolsonaro precisa ser convertida para domiciliar, já que outras situações envolvendo a saúde do ex-presidente podem voltar a acontecer.

"Vamos reforçar [o pedido de prisão domiciliar]. Até porque não tem justificativa para ele estar preso. Ele deveria estar em casa, não numa solitária com 70 anos e com vários problemas de saúde".

CORREIO ECONÔMICO

POR
MARTHA IMENES

Presidente do INSS, Gilberto Waller, na Voz do Brasil

INSS: antes de pedir devolução é preciso contestar desconto

Os aposentados e pensionistas que tiveram descontos indevidos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) têm até 14 de fevereiro para pedir o ressarcimento, explicou o presidente do INSS, Gilberto Waller, ao programa A Voz do Brasil. No entanto, antes de pedir o ressarcimento é preciso que o beneficiário faça a contestação do desconto, acrescentou o ministro da Previdência, Wolney Queiroz. “O fluxo é o mesmo, a data que foi alterada”, explica.

Waller pontua que são duas situações distintas: “Quem ainda não contestou precisa contestar, e já percorreu todo o processo precisa aderir ao acordo de ressarcimento (homologado no Supremo Tribunal Federal)”.

MPS determinou dilação do prazo

O prazo original se encerraria em 14 de novembro. No entanto, o Ministério da Previdência Social decidiu ampliar o período para garantir que todos os afetados possam registrar seus pedidos. O esquema de descontos indevidos foi revelado pela Operação Sem Desconto, deflagrada pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União (CGU), que identificou fraudes em Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) firmados entre o INSS e entidades associativas.



Presidente do INSS, Gilberto Waller, na Voz do Brasil

Como pedir o ressarcimento

De acordo com o presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, cerca de 6,2 milhões de beneficiários contestaram descontos indevidos do INSS, dos quais 4,1 milhões de beneficiários já foram ressarcidos, em valores que somam R\$ 2,8 bilhões. O governo estima, no entanto, que ainda existam 3 milhões de aposentados e pensionistas aptos a solicitar a devolução.

Os beneficiários podem fazer a contestação do desconto pelos canais oficiais do INSS: aplicativo ou site Meu INSS, Central de Atendimento 135 e agências dos Correios.

União entre entes governamentais

Na entrevista, Gilberto Waller ressaltou o esforço coordenado de órgãos federais para ressarcir as vítimas dos descontos não autorizados. O presidente do INSS também destacou a união entre o instituto, a Advocacia-Geral da União (AGU), a CGU e a Polícia Federal para rastrear os recursos desviados e entrar com ações na Justiça para recuperar o dinheiro.

Bolsa de Valores

No ano passado, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) alcançou uma marca histórica ao realizar um total de 75 leilões, que resultaram em R\$ 243,8 bilhões em investimentos. O número supera o desempenho de 2024, quando foram realizados 64 leilões com contratos que geraram R\$ 180 bilhões em investimentos.

98 ativos

Segundo a B3, os leilões do ano passado fizeram com que 98 ativos públicos fossem concedidos para a iniciativa privada, com expectativa de gerar até 1,6 milhão de empregos diretos e indiretos. O setor rodoviário concentra a maior parte desses pregões: 20 leilões, o dobro do ano anterior.

Investimentos

Esses projetos rodoviários, segundo a B3, somaram R\$ 106,6 bilhões em investimentos. Também teve destaque na bolsa a área de saneamento, com oito pregões realizados em 2025 e investimentos previstos de R\$ 44,5 bilhões; o setor de energia, com cinco certames, que geraram R\$ 5,5 bilhões.

Portos

Já no setor portuário foram realizados sete leilões portuários, que totalizaram R\$ 5,9 bilhões em investimentos. Entre eles está o do Porto de Paranaguá, maior investimento já contratado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) na B3 e um marco para o setor portuário nacional por se tratar do primeiro canal de acesso brasileiro a ser leiloadado.

Superávit

O Brasil deve terminar 2026 com superávit comercial de US\$ 70 bilhões a US\$ 90 bilhões, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). A previsão indica um resultado superior ao registrado em 2025, quando a balança comercial brasileira fechou com saldo positivo de US\$ 68,3 bilhões.

Ano anterior

Apesar do superávit elevado, o resultado do ano passado representou uma queda de 7,9% em relação a 2024, quando o saldo foi de US\$ 74,2 bilhões. Para 2026, o ministério estima exportações entre US\$ 340 bilhões e US\$ 380 bilhões. As importações devem variar de US\$ 270 bilhões a US\$ 290 bilhões.



Serviço BC Protege+ é totalmente gratuito e opcional

BC Protege+ recebe 545 mil pedidos de ativação

Ferramenta bloqueou 111 mil tentativas de fraude em um mês

Por Martha Imenes

A preocupação com golpes e o uso indevido do CPF fez com que 545 mil pessoas ativassem a ferramenta BC Protege+.

De acordo com a autoridade monetária, instituições financeiras fizeram 33 milhões de consultas ao sistema para verificar pedidos de abertura de contas ou inclusão de titulares. Desse total, o serviço BC Protege+ bloqueou 111 mil tentativas de abertura de contas fraudulentas.

Lançado no início de dezembro, o BC Protege+ é um serviço gratuito para reforçar a proteção de cidadãos e empresas contra fraudes na abertura de contas-corrente, poupança e contas de pagamento pré-pagas.

Ao ativar o serviço, o usuário comunica oficialmente que não deseja abrir contas nem ser incluído como titular ou representante em contas de terceiros. A consulta ao sistema pelas instituições financeiras é obrigatória antes da abertura de qualquer conta.

Como ativar o BC Protege+

* Acesse a área logada do Meu BC, com Conta gov.br nível prata ou ouro e verificação em duas etapas habilitada;

* Localize o serviço BC Protege+ e ative a proteção;

* Colaboradores de empresas registrados no Gov.br também podem ativar a proteção em nome da organização;

* A escolha fica registrada no

sistema e é informada automaticamente às instituições financeiras quando elas consultam os dados do cliente.

Desativação para abertura de contas

Caso o usuário deseje abrir uma conta ou ser incluído na de terceiros, é necessário acessar novamente o BC Protege+ e desativar a proteção temporariamente.

O Banco Central recomenda programar uma data de reativação automática, garantindo que a segurança seja restabelecida após o procedimento.

O serviço é gratuito e pode ser ativado ou desativado a qualquer momento.

Medidas adicionais

Para o especialista em segurança digital João Brasio, CEO da Elytron CyberSecurity, o BC Protege+ é um passo importante na direção certa, mas é fundamental entender que outras medidas adicionais são indispensáveis para garantir melhor proteção.

“A efetividade de longo prazo depende de um ecossistema inteiro trabalhando de forma coordenada, com todos tratando segurança não como um projeto pontual, mas como um pilar permanente da experiência financeira no Brasil”, defende Brasio.

O especialista aponta que campanhas fortes de educação financeira e digital são necessárias para a população.

Mercado de trabalho registra 715 mil jovens aprendizes

De janeiro a novembro de 2025, mais de 118 mil novos contratos foram firmados no país

Por Martha Imenes

A virada do ano (2025-2026) trouxe bons números para a economia brasileira, principalmente no mercado de trabalho, que desde janeiro de 2023 criou mais de 5 milhões de empregos formais, de acordo com dados do Novo Caged. Apenas em novembro, foram mais de 85 mil novas vagas com carteira assinada, elevando o estoque de vínculos formais para mais de 49 milhões de trabalhadores, o maior patamar da série histórica. A taxa de desemprego recuou para 5,2%, a menor já registrada desde 2012, refletindo crescimento consistente em todos os estados e setores da economia.

Outro ponto positivo é o número de jovens aprendizes no mercado de trabalho: somente em novembro 715.277 foram contratados, estabelecendo mais um recorde histórico. Entre janeiro e novembro do mesmo

ano, o saldo de novas contratações chegou a 118.244, o maior já registrado para esse período. Os dados são do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), responsável pela fiscalização da Lei nº 10.097/2000, conhecida como Lei da Aprendizagem Profissional. As informações são do próprio ministério.

Maiores contratações na indústria

Entre janeiro e novembro de 2025, o setor que mais contratou aprendizes foi a Indústria, com saldo de 42.429, seguido por Serviços (39.897), Comércio (24.678), Construção Civil (10.019) e Agropecuária (1.220). O saldo representa a diferença entre contratos firmados e contratos encerrados no período.

Para o diretor do Departamento de Políticas de Trabalho para a Juventude do MTE, João Victor da Motta, o avanço da



A taxa de desemprego recuou para 5,2%, a menor já registrada desde 2012, refletindo crescimento consistente em todos os estados e setores da economia

aprendizagem profissional é resultado de um esforço conjunto. “Esse novo recorde representa a concretização de esforços coletivos para retomar a centralidade da aprendizagem profissional e consolidar essa política como a principal porta de entrada para o primeiro emprego no país. A aprendizagem associa experiência prática à qualificação profissional, atendendo à demanda das empresas”, ressaltou Motta.

A Lei da Aprendizagem tem como objetivo inserir jovens de 14 a 24 anos no mercado de trabalho, por meio de um contrato especial que combina prática profissional e formação técnica compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

Perfil dos jovens aprendizes

Dos 715.277 jovens aprendizes no país, 52,9% são do gênero feminino e 47,1% do masculino.

Em relação à raça/cor, 336.923 se declaram pardos, 296.991 brancos, 72.148 pretos, 4.252 amarelos e 1.743 indígenas.

Quanto à faixa etária, 419.102 têm até 17 anos, 293.517 estão entre 18 e 24 anos e 2.659 possuem mais de 25 anos — grupo composto por pessoas com deficiência, para as quais não há limite máximo de idade para contratação na modalidade de aprendizagem.

Entre as histórias que refletem esse cenário está a de Geysiane Souza, de 19 anos, moradora do Distrito Federal. Aos 17, iniciou sua trajetória na aprendizagem profissional pelo Senai, no curso de Assistente Administrativo, uma experiência que transformou sua vida e ampliou suas perspectivas. Em janeiro deste ano, Geysiane concluiu o programa e conquistou uma vaga com carteira assinada em uma empresa.

“A aprendizagem me transfor-

mou e ampliou minha visão sobre o ambiente profissional. Passei a me interessar por áreas nas quais antes não me via. Nesse processo, muitas pessoas me ajudaram a me sentir vista, tanto no aspecto profissional quanto no emocional”, contou a jovem, que agora planeja ingressar na universidade.

Como funciona a Lei da Aprendizagem

Empresas de médio e grande porte têm obrigação legal de manter aprendizes em número equivalente a 5% a 15% do total de trabalhadores em funções que exijam formação profissional. Micro e pequenas empresas são dispensadas da obrigatoriedade, mas podem aderir voluntariamente.

Quem pode ser aprendiz

Para ser jovem aprendiz, é necessário ter entre 14 e 24 anos, estar matriculado e frequentando a escola, caso ainda não tenha concluído a educação básica, e estar vinculado a uma entidade de formação técnico-profissional credenciada ao MTE.

O contrato de aprendizagem é especial, com duração máxima de até dois anos, e garante carteira assinada, salário mínimo-hora, férias coincidentes com as férias escolares, 13º salário, vale-transporte e FGTS com alíquota reduzida de 2%. A jornada de trabalho é de até 6 horas diárias para quem não concluiu o ensino fundamental e de até 8 horas para quem já concluiu essa etapa.

As principais entidades formadoras pertencem ao Sistema S, como Senai, Senar, Senat, Senac e Sescop. Outras instituições credenciadas pelo MTE podem ser consultadas no município de residência do interessado.

Marinho faz projeções para 2026

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou, na manhã desta quarta-feira (7), do programa “Bom Dia, Ministro” e afirmou que o governo trabalha com perspectivas amplamente positivas para 2026.

O ministro destacou que, mesmo diante de um cenário internacional marcado por incertezas, o Brasil tem conseguido manter um desempenho sólido no mercado de trabalho, resultado da combinação entre políticas públicas de estímulo à economia, valorização do trabalho e fortalecimento da renda das famílias.

Um dos principais motores desse cenário é a ampliação da renda das famílias. A virada do ano marcou a entrada em vigor do novo salário mínimo, que passou para R\$ 1.621, com ganho real, além da isenção total do Imposto de Renda para trabalhadores que recebem até R\$ 5 mil mensais e

descontos progressivos para rendas de até R\$ 7,35 mil.

Segundo Marinho, essas medidas devem injetar mais de R\$ 100 bilhões na economia ao longo de 2026, fortalecendo o consumo e impulsionando a atividade econômica. “Quando o trabalhador percebe, no holerite, que sobra mais dinheiro no fim do mês, isso funciona como um aumento real de salário”, afirmou. Para o ministro, o aumento da massa salarial tem efeito direto na geração de novos postos de trabalho.

Luiz Marinho ressaltou ainda que a renda do trabalho exerce papel estratégico no financiamento de políticas públicas estruturantes. Recursos como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) são fortalecidos com o crescimento do emprego formal, con-



Marinho durante entrevista ao programa “Bom Dia, Ministro”

tribuindo para investimentos em habitação, infraestrutura, crédito produtivo, qualificação profissional e inovação.

Trabalho por aplicativo

Marinho reforçou a importância de avançar na regulação do trabalho por aplicativos, tema que tramita no Congresso

Nacional. Segundo ele, a proposta busca assegurar direitos básicos, maior transparência na remuneração, proteção previdenciária e segurança para motoristas e entregadores, sem comprometer a dinâmica econômica do setor.

Para o ministro, a regulamentação é fundamental para evitar a

precarização das relações de trabalho e garantir que a inovação tecnológica caminhe junto com proteção social e condições dignas de trabalho.

Mudanças no PAT

O ministro também destacou a modernização do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). As novas regras buscam corrigir distorções históricas do sistema de vale-alimentação e vale-refeição, com redução das taxas cobradas pelas operadoras, definição de prazos menores para repasse aos estabelecimentos e ampliação da aceitação dos cartões.

A expectativa é beneficiar diretamente mais de 22 milhões de trabalhadores, além de fortalecer pequenos restaurantes, mercados e estabelecimentos comerciais, ampliando a oferta de serviços e contribuindo para a redução de custos ao consumidor.

JORNAL DO SERVIDOR

POR
MARTHA IMENES

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula barra mudança na idade de ingresso

Lula veta unificação de idade para PM e Corpo de Bombeiros

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou integralmente um projeto de lei que unificava, em âmbito nacional, o limite de idade para ingresso na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros dos estados e do Distrito Federal. O PL 1.469/2020 previa a fixação das idades máximas de 35 anos para o ingresso de oficiais e praças e de 40 anos para a entrada de oficiais médicos, de saúde ou com outras especializações. O critério de idade varia conforme a legislação de cada estado, geralmente entre 25 e 35 anos. No veto, publicado no Diário Oficial da União (DOU), a justificativa presidencial foi a de que o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e da Advocacia-Geral da União (AGU) se manifestaram contrários à unificação etária.

Análise no Congresso

O projeto, aprovado pelo Senado em dezembro do ano passado, foi rejeitado por ser considerado inconstitucional e por contrariar o interesse público.

Conforme o veto, a uniformização da idade máxima afrontaria a autonomia dos entes da Federação, além de violar o princípio da razoabilidade e de comprometer a capacidade de gestão dos efetivos estaduais. O veto agora será analisado pelo Congresso Nacional.

Divulgação



INSS não será obrigado a ressarcir débitos indevidos

Sem desconto automático em folha

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que proíbe descontos automáticos de mensalidades associativas, contribuições sindicais e cobranças semelhantes nos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A norma foi publicada no Diário Oficial da União.

A lei foi elaborada após a identificação de fraudes envolvendo descontos não autorizados em aposentadorias e pensões e tem como foco ampliar a proteção dos beneficiários do INSS.

Ressarcimento será privado

Apesar da sanção, o presidente vetou que o ressarcimento poderia ser feito com recursos do INSS. A obrigação de devolver o dinheiro permanece exclusivamente com quem realizou o desconto. Pelo texto sancionado, quando for constatado um desconto indevido, a entidade associativa, instituição financeira ou empresa responsável deverá devolver integralmente o valor ao beneficiário em até 30 dias.

Geap I

A Geap Saúde informou que fechou 2025 com a marca de 400 mil beneficiários e um crescimento recorde de 45% no triênio, fechando o ano com balanço positivo. A operadora faturou mais de R\$ 5,5 bilhões nesse ano, uma melhora após a queda de faturamento e perda de aproximadamente 200 mil clientes.

Geap II

A operadora que atende ao serviço público afirma que, devido ao saldo positivo crescente nos últimos 33 meses seguidos, tem aplicado reajustes abaixo da média do mercado: em 2025, alguns planos tiveram reajuste de 4,68%, abaixo da inflação médica para serviços em saúde.

PL 6170/2025

A Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 6.170/2025 analisa, em caráter de urgência, um texto enviado pelo Executivo que trata da continuidade da Lei 15.141, que versa sobre a reestruturação de diversas carreiras públicas. Ao todo, 200 mil servidores — 157 mil ativos e 44 mil inativos — serão impactados com a proposta.

Educação

No caso da Educação, o projeto institui o reconhecimento de saberes e competências para o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos, além de reajustar cargos dentro desse plano e criar 8.600 cargos efetivos no Ministério. Em paralelo, será apensado ao texto o PL 5.893/2025, que cria o Plano Especial de Cargos e o Quadro Suplementar.

Cultura

O projeto em tramitação também contempla a reestruturação de cargos do Ministério da Cultura, além do reajuste salarial para todos os servidores ativos e inativos da pasta — que pode chegar a 41% para cargos de nível superior e 38%, para os de nível intermediário, considerando o conjunto das parcelas.

Mais carreiras

O texto no Congresso prevê ainda a criação de carreiras para o Poder Executivo federal, reajusta a remuneração de carreiras da Receita Federal e da Auditoria-Fiscal do Trabalho, bem como o percentual máximo do bônus de eficiência e produtividade atribuído aos aposentados e pensionistas.



Zanin: artigo 40 estabelece que regime é para servidores

Empregados públicos fora do RPPS, decide o Supremo

STF invalida regra que incluía funcionários no regime

Por Martha Imenes

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade tornar inválido um dispositivo da Constituição do Mato Grosso que concedia aos empregados públicos estaduais o direito à aposentadoria pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), desde que não fossem temporários e tivessem filiação por mais de cinco anos a esse regime. Enquanto isso, os aportes em previdência privada despencaram quase 20%.

Relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7683, o ministro Cristiano Zanin, afirmou que o artigo 40 da Constituição Federal estabelece que esse regime é destinado apenas aos servidores titulares de cargos efetivos e que os demais agentes, incluindo empregados públicos, são elegíveis ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), gerenciado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Zanin destacou que essa regra deve ser reproduzida de maneira obrigatória, não cabendo aos estados ampliar a lista de segurados pelo RPPS. A regra analisada na ADI estava prevista no artigo 65 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) do Mato Grosso, introduzida pela Emenda Constitucional estadual 114/2023.

O relator afastou ainda o argumento da Assembleia Legislativa de Mato Grosso de que a regra apenas reconhecia o vínculo

previdenciário a empregados que contribuíram efetivamente para o RPPS estadual. O ministro lembrou, por fim, que o Supremo já tem normas que restringem a criação ou manutenção de regime previdenciário próprio para servidores sem cargo efetivo.

Previdência privada

Relatório da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi) sobre o mercado de previdência privada aberta evidencia mais uma queda nos aportes. Nos 11 primeiros meses de 2025, os prêmios e contribuições somaram R\$ 142 bilhões, uma retração de 19,6% na comparação com o mesmo período de 2024.

Nesse intervalo, foram resgatados R\$ 140 bilhões, apresentando alta de 13,9% - o que levou à captação líquida (resultado dos aportes subtraídos das retiradas) de R\$ 2 bilhões, valor 96,3% menor, na mesma base de comparação.

Com destaque para o resultado somente de novembro (mês), o relatório aponta diminuição de 32,5% nos aportes, que somaram R\$ 9,3 bilhões, acompanhado por uma alta de 2,6% nos resgates (R\$ 11,7 bilhões), levando à captação líquida negativa de 2,3 bilhões, uma retração de 195,8% contra o observado em novembro do ano anterior.

Ainda em novembro, o setor administrava R\$ 1,8 trilhão em ativos, o que equivale a aproximadamente 13,9% do PIB brasileiro.

Servidores públicos recorrem à Lei do Superendividamento

Objetivo do funcionalismo é para renegociar dívidas de crédito consignado

Por Martha Imenes

O crédito consignado, criado como alternativa de acesso facilitado ao crédito, com juros mais baixos e desconto direto em folha, tem se transformado em uma armadilha para os servidores públicos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo (Ibedec), aproximadamente 70% desse público ativo no Brasil enfrentam algum tipo de endividamento.

A falta de controle por parte das instituições financeiras e a pouca atenção às regras legais acabam levando muitos servidores públicos a comprometer grande parte da renda com empréstimos sucessivos, levando-os ao endividamento crítico.

Segundo a advogada Ana Luiza Fernandes de Moura, do escritório Celso Cândido de Souza Advogados, a legislação prevê que apenas 35% da renda possa ser comprometida com empréstimos consignados. “No entanto, a prática mostra que nem sempre há rigor no cumprimento dessa regra. Não é incomum que diferentes bancos liberem empréstimos para um mesmo servidor sem se atentar para o quanto ele já está endividado”, tem aumentando o número de casos de funcionários públicos com boa parte



Freepik

Servidores comprometem até 70% do salário com descontos no contracheque

de seu salário já comprometido com pagamento das parcelas dos empréstimos.

Quando a situação foge ao controle, a Lei do Superendividamento surge como um caminho para reorganizar as dívidas. A legislação estabelece um limite de comprometimento da renda para garantir o mínimo existencial de 30% da renda líquida do consumidor, incluindo os servidores públicos.

“A lei oferece uma oportunidade de gerir melhor as dívidas,

assegurando condições dignas ao devedor. Por isso, temos percebido um aumento expressivo na procura de servidores que buscam renegociação com base nessa legislação”, observa Ana Luiza.

Por via judicial, a Lei do Superendividamento garante ao contraente da dívida renegociar o débito para que as parcelas não superem o teto de 30% do salário. “Com isso, aumenta-se o tempo para se pagar a dívida, mas o cidadão não fica com seus ganhos estrangulados”, diz

A especialista alerta que o crescimento desse movimento reflete uma realidade preocupante: o endividamento entre servidores públicos tem se intensificado. Para aqueles que já enfrentam dificuldades financeiras, a orientação é buscar ajuda especializada. “O primeiro passo é consultar um advogado da área para ter orientação jurídica. Além disso, é fundamental fazer um planejamento financeiro e criar uma reserva de emergência para evitar novos empréstimos”, recomenda.

Como evitar cilada

Para evitar o superendividamento, segundo a Serasa, o consumidor precisa focar em planejamento financeiro, controle de gastos, negociação de dívidas pelo Serasa Limpa Nome (com até 90% de desconto), e educação financeira, como a criação de uma reserva de emergência e o uso consciente do crédito, utilizando o site/app Serasa para consultar seu CPF e encontrar ofertas de renegociação.

Dicas

- Registre os gastos familiares: anote todas as entradas e saídas de dinheiro para saber para onde sua renda vai, usando tabelas ou planilhas.
- Corte o supérfluo: elimine gastos desnecessários e pesquise antes de comprar para economizar.
- Evite novas dívidas: principalmente no cheque especial e cartão de crédito, que têm juros altos.
- Crie uma reserva de emergência: para imprevistos, evitando recorrer a empréstimos caros.
- Defina metas financeiras: tenha objetivos claros para motivar a organização financeira.
- Busque uma renda extra: aumentar a receita ajuda a quitar dívidas e construir um patrimônio.

Reforço no INPI vai acelerar análise de casos

A nomeação de 120 novos servidores para o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) representa um avanço importante na busca por mais agilidade e eficiência na análise de marcas e de patentes no país. O reforço contempla 40 novos examinadores para a área de marcas, 40 para patentes — sendo 33 destinados à área de biotecnologia (Pharma e Agro) e 7 à de telecomunicações — e outros 40 servidores destinados à área administrativa sendo a maioria para o setor de tecnologia da informação.

A expectativa é que os novos profissionais comecem a atuar efetivamente em cerca de seis meses, após o período de capacitação previsto pelo Instituto.

Segundo os advogados Luiz Edgard Montauray Pimenta e Ricardo P. Vieira de Mello, do escritório Montauray Pimenta, Machado & Vieira de Mello, a medida é positiva e deve contribuir para a redução do tempo de exame dos processos. “É essencial garantir uma distribuição equilibrada en-



Ascom

INPI recebeu reforço no quadro de servidores

tre marcas e patentes, priorizando as áreas que hoje enfrentam maiores gargalos. Esse planejamento é fundamental para que o reforço produza resultados concretos na redução dos prazos de análise”, avalia Luiz Edgard.

Para Ricardo Vieira de Mello, a ampliação do quadro não é su-

ficiente para atender à demanda atual e novos concursos serão necessários diante do crescimento previsto no volume de pedidos. “Com o aumento expressivo da demanda esperada para o próximo ano, especialmente em marcas, sem dúvidas novos concursos se tornam imprescindíveis para

evitar acúmulos e manter a eficiência conquistada”, observa.

Os especialistas também destacam os esforços da atual administração do INPI em buscar junto ao governo federal a ampliação do número de servidores por meio do cadastro de reservas. “É uma iniciativa importante e

que demonstra o comprometimento da direção em modernizar o Instituto e torná-lo mais ágil e eficiente”, reforça Ricardo.

Na avaliação dos advogados, um INPI mais estruturado tem impacto direto sobre o ambiente de inovação e a competitividade das empresas brasileiras. “A concessão célere de patentes garante exclusividade de exploração a quem investe em pesquisa e desenvolvimento, estimulando a inovação e fortalecendo o ecossistema produtivo nacional”, destaca Luiz Edgard.

Eles também apontam que medidas estruturais serão essenciais para consolidar os avanços conquistados. “A aprovação do projeto de lei que concede autonomia financeira ao INPI é um passo decisivo. Como órgão superavitário, essa autonomia permitiria investir diretamente em tecnologia, inteligência artificial, modernização de sistemas e contratação de pessoal qualificado, pilares fundamentais para a eficiência e a inovação no país”.

CORREIO NO MUNDO

Reuters/Folhapress



Maria Corina quer que a oposição governe a Venezuela

Corina diz que sua coalizão deveria governar a Venezuela

Maria Corina Machado afirmou que sua coalizão está pronta para governar a Venezuela, mesmo após os EUA reconhecerem a vice-presidente de Maduro, Delcy Rodríguez, como chefe interina do país.

“O povo da Venezuela já escolheu. Estamos prontos para servir.”, disse Machado, em entrevista ao canal americano CBS News. Ela afirmou que, mesmo sendo impedida de participar das eleições, Edmundo González foi o presidente eleito em 2024.

A vencedora do Nobel também falou sobre Delcy Rodríguez, a quem considerou uma das “principais arquitectas” da ditadura de Maduro. “Todo mundo na Venezuela e fora do país sabe quem ela é e o papel que ela teve”, disse.

Dividiria Nobel com Donald Trump

Corina disse que dividiria seu prêmio Nobel da Paz com Trump. Em sua primeira entrevista após a prisão do ditador, ao canal Fox News, ela disse que gostaria de oferecer o prêmio ao republicano pessoalmente, e que o que ele fez ao atacar Caracas foi um “passo para a transição democrática”. Corina afirmou, em outros pronunciamentos, que era grata a Trump, mas o republicano não a escolheu para governar a Venezuela.

Reuters/Folhapress



Machado defende que Edmundo González assuma o país

Trump não confia em Corina Machado

Questionado em entrevista após o ataque em Caracas, Trump alegou que ela não tinha o “apoio ou o respeito dentro do país”. “Acho que seria muito difícil para ela ser a liderança”. O republicano teria descartado a nomeação depois que ela aceitou ficar com o Nobel da Paz, prêmio que ele almejava. Uma reportagem do The Washington Post afirmou que fontes próximas à Casa Branca relataram que o episódio do Nobel foi um “pecado imperdoável”. “Se ela tivesse recusado e dito: ‘Não posso aceitar porque é do Donald Trump’, ela seria a presidente da Venezuela”, falou uma delas.

Corina apoia Edmundo González

María Corina, por sua vez, defende que Edmundo González Urrutia assuma a Presidência. Em comunicado para comemorar a operação dos EUA contra Maduro, ela defendeu a nomeação imediata do candidato opositorista que reivindica a vitória na última eleição presidencial venezuelana. Republicano declarou que os EUA vão governar a Venezuela até transição apropriada.

Negou acusações

A presidente do México, Claudia Sheinbaum, afirmou que o país não aumentou o envio de petróleo para Cuba após os EUA atacarem a Venezuela e deporem Maduro. Os mexicanos são os principais exportadores de petróleo para a ilha no Caribe, tendo ultrapassado a Venezuela, que historicamente era a maior parceira de Cuba.

Importância

Sheinbaum negou o aumento, mas destacou a importância do país. “Com a situação atual da Venezuela, o México obviamente se tornou um fornecedor importante; antes era a Venezuela”, comentou. O México exportou uma média de 12,3 mil barris de petróleo por dia (bpd) para Cuba em 2025, cerca de 44% do total de importações.

Parceria antiga

A Casa Branca anunciou que o presidente se reunirá com representantes das petrolíferas nesta sexta (9) para debater a situação na Venezuela. O México tem apoiado Cuba desde os primeiros dias da revolução de Fidel Castro. Além de seus embarques de petróleo, o México também emprega brigadas de médicos cubanos.

Morta nos EUA

Uma mulher morreu na quarta (7) em Minneapolis, nos EUA, após um tiroteio envolvendo agentes de imigração que realizavam operações na cidade. “Um agente do ICE [Serviço de Imigração e Alfândega], temendo por sua vida, pela vida de seus colegas e pela segurança pública, disparou em legítima defesa”, afirma em comunicado.

Ataque na neve

Vítima era uma “observadora” e estava “cuidando de nossos vizinhos imigrantes”, segundo Jason Chavez, membro do Conselho Municipal de Minneapolis. Agentes teriam sido atacados quando ficaram presos na neve e tentavam desatolar o veículo, disse Kristi Noem, secretária do Departamento de Segurança Interna.

Saída imediata

Prefeito de Minneapolis exigiu que os agentes de imigração deixem a cidade imediatamente. “A presença de agentes federais de imigração está causando caos em nossa cidade”, afirmou Jacob Frey nas redes sociais. Governador de Minnesota, Tim Walz, disse que está reunindo informações sobre o incidente.



Trump falou com Secretário-Geral da OTAN Mark Rutte em 2025

Trump duvida que aliados da OTAN dariam apoio aos EUA

Presidente americano colocou as relações diplomáticas em risco

Após o ataque à Venezuela e a escalada retórica contra outros países em várias regiões do mundo, o presidente Donald Trump manifestou dúvidas na quarta (7) de que parceiros da Otan, a aliança militar liderada pelos EUA, apoiem Washington em caso de necessidade. “Sempre estaremos lá para a Otan, mesmo que eles não estejam lá para nós”, escreveu Trump em sua plataforma, a Truth Social, sugerindo desconfiança quanto à disposição dos aliados de retribuir o compromisso de defesa mútua previsto no artigo 5 do estatuto da organização.

A declaração ocorreu um dia após a Casa Branca afirmar que a via militar está entre as possibilidades consideradas para viabilizar a anexação da Groenlândia, território semiautônomo pertencente à Dinamarca, que integra a Otan.

Na mesma publicação, Trump fez novas críticas aos gastos militares dos países da aliança. Segundo ele, Washington arcava de forma desproporcional com os custos do grupo, e os demais integrantes investiam valores insuficientes em defesa até sua intervenção.

“Os EUA pagavam de forma tonta por eles”, escreveu Trump. “Eu os fiz chegar a 5% do PIB destinado ao orçamento de defesa”, acrescentou, sem detalhar como esse percentual teria sido alcançado.

Como praxe, o presidente manteve o tom ambivalente que caracteriza suas declarações sobre a aliança. Apesar das críticas, afirmou que os países membros da

Otan são todos seus amigos.

O presidente ainda voltou a reclamar do fato de não ter recebido o Prêmio Nobel da Paz em 2025, apesar de afirmar que encerrou oito guerras. Ele mencionou a Noruega, país integrante da Otan responsável pela concessão do prêmio, acusando-a de ter tomado uma “decisão estúpida”.

“Mas isso não importa! O que importa é que eu salvei milhões de vidas. A Rússia e a China não têm nenhum medo da Otan sem os EUA”, escreveu Trump. A láurea foi concedida à María Corina Machado, líder opositora na Venezuela que, segundo o presidente americano, não tem o respeito necessário para assumir o poder em Caracas.

Em entrevista publicada pela revista The Atlantic, Trump, embalado pela intervenção na Venezuela, voltou a dizer que a Groenlândia, território dinamarquês no Ártico, é de interesse dos EUA. No mesmo dia, afirmou que a região é essencial “do ponto de vista da segurança”.

Vários países europeus saíram em defesa da Groenlândia. Em comunicado, líderes da União Europeia afirmaram que a população do território é soberana para decidir seu futuro político.

“Chega de insinuações. Chega de fantasias sobre anexação”, respondeu a primeira-ministra da Dinamarca, Mette Frederiksen. “Infelizmente, acho que o presidente americano deve ser levado a sério”, acrescentou ela à DR, a emissora pública dinamarquesa.

UE acelera acordo com Mercosul após EUA invadirem a Venezuela

Cerimônia de assinatura do acordo pode ocorrer na próxima segunda-feira (12)

Por José Henrique Mariante (Folhapress)

A União Europeia destravou as discussões em torno do acordo de livre comércio com o Mercosul, nesta quarta-feira (7), na esteira da invasão americana na Venezuela. Reunião entre ministros de Agricultura do bloco, em Bruxelas, que oficialmente não tinha o tratado em sua pauta, serviu como prognóstico em relação à votação decisiva sobre o tratado, marcada para sexta.

A Itália, que havia se alinhado com o grupo de oposição liderado pela França pouco antes do Natal, obteve concessões significativas, que não estavam na mesa de negociações até o fim de semana. Cerca de EUR 45 bilhões em subsídios do próximo Orçamento da UE serão antecipados para aplacar a fúria dos fazendeiros do continente.

O ministro italiano de Agricultura, Francesco Lollobrigida, emplacou também uma isenção tarifária de fertilizantes, que estavam na mira do CBAM, a taxa de carbono sobre importações da UE que estreou neste

mês. Há uma cláusula de suspensão no mecanismo, mas a Itália advoga que o insumo seja afastado de vez da tarifação de até 25%. A França participou do pleito.

“Sempre apoiámos a conclusão do acordo, salientando a necessidade de ter em devida conta as preocupações legítimas do setor agrícola”, declarou em comunicado Antonio Tajani, ministro italiano de Relações Exteriores. O trato, segundo ele, traz “enormes benefícios”.

Desmoralizar o instrumento quase em sua estreia foi um dos preços que a Comissão Europeia aceitou pagar para destravar o acordo. Outro foi voltar atrás na nova política de destinação de fundos agrícolas, que previa um controle maior de Bruxelas nas liberações de subsídios durante a vigência do Orçamento 2028-2034.

O timing das deliberações, dias depois da captura de Nicolás Maduro em Caracas, sugere disposição renovada da Comissão Europeia em fechar o acordo, que deve dar um raro fôlego à combalida economia do bloco diante de de-

safios geopolíticos crescentes.

Segundo o site Político, a única dúvida entre diplomatas em Bruxelas era como os EUA receberiam o acordo dias depois de Donald Trump exibir os músculos de sua Doutrina Donroe, o resgate reacionário da Doutrina Monroe, na Venezuela.

Por ela, os EUA teriam ascendência sobre o “hemisfério ocidental” apenas porque isso é uma questão de segurança nacional.

Até aqui, o tratado passou relativamente batido pela verborragia da Casa Branca, ainda que o presidente americano seja um notório crítico do multilateralismo e dos acordos de livre comércio -inclusive dos que os EUA são signatários, como o pacto comercial com México e Canadá, bombardeado por Trump desde seu retorno ao poder, há um ano.

Como já havia ocorrido em dezembro, o governo de Giorgia Meloni sinalizou suas novas intenções antes mesmo da discussão recomençar em Bruxelas.

Sem o voto italiano, a França dificilmente conseguirá uma mi-

norria de bloqueio no Conselho da UE (apoio de ao menos quatro países e a representação de 35% da população do bloco). Ainda que tenha recebido as últimas concessões como avanços, o governo francês continua inflexível e imaginando os próximos passos.

A aprovação no Conselho da UE, na sexta, permitiria à presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, viajar na próxima semana para assinar o acordo na América do Sul. A data negociada até aqui para a cerimônia é segunda-feira (12), segundo Bruxelas. A estratégia francesa, no entanto, seria prolongar o debate sobre concessões ou mesmo minar o documento no Parlamento Europeu.

As salvaguardas inseridas no acordo pelos eurodeputados em dezembro e depois ponderadas no chamado diálogo, que reúne integrantes do Parlamento, do Conselho e da Comissão, exigem a aprovação final do documento em Estrasburgo.

A suspensão da importação de frutas do Mercosul com traços de agrotóxicos, anunciada nesta se-

mana, já seria um primeiro movimento dessa ofensiva.

Maud Bregeon, porta-voz do governo francês, lembrou que o Parlamento poderia decidir ainda levar o acordo para apreciação do Tribunal de Justiça da UE, trâmite que consumiria anos. Opositores do tratado já formularam resolução nesse sentido à presidente da Casa, Roberta Metsola, que por enquanto a engavetou.

A aprovação do tratado seria um fato inédito no bloco, que nunca prescindiu do apoio de um de seus fundadores em negociações desse tipo, e elevaria ainda mais a crise política francesa, deixando nas cordas, outra vez, o primeiro-ministro, Sébastien Lecornu.

“O episódio corre o risco de deixar na opinião pública um sentimento de impotência política com efeitos deletérios”, escreveu em editorial o Le Monde. O influente jornal francês classificou a oposição do presidente Emmanuel Macron ao tratado como “aposta diplomática errada em um momento decisivo para a Europa”.

Protestos se espalham pelo Irã e regime aumenta repressão

Os protestos que começaram no final do ano no Irã se espalharam pelo país, provocando o maior desafio à teocracia islâmica que o governa desde 1979 desde que manifestantes foram às ruas em 2022 e 2023 devido à morte de uma jovem sob custódia policial.

Segundo a rede de ativistas Hrana, sediada nos Estados Unidos, ao menos 36 pessoas morreram e 2.076 foram presas do dia 28 de dezembro até a quarta (7). O líder supremo do país, aiatolá Ali Khamenei, afirma que o regime não irá “ceder a seus inimigos”.

Desta vez, o estopim dos protestos é a carestia. A inflação fechou 2025 em 42,5%, e a moeda

local, o rial, perdeu metade de seu valor ante o dólar ao longo do ano. Isso atinge particularmente a instruída classe média iraniana, pois boa parte dos bens de consumo do país vêm de fora.

Mas logo os protestos se diversificaram, mirando o regime em si. Assim como ficou evidente na rodada anterior, quando os atos foram disparados pela morte de Mahsa Amini na cadeia da polícia religiosa, que a havia detido por considerar que seu véu estava colocado de forma errada, o fastio contra o sistema é grande.

Segundo levantamento divulgado nesta quarta pelo serviço persa da BBC, ao menos 17 das

31 províncias do Irã estão registrando protestos. O governo promete manter a repressão em alta.

“Após os anúncios de Israel e do presidente dos EUA, não há desculpas para aquele indo às ruas para fazer baderna. De agora em diante, não haverá leniência para qualquer um que ajudar inimigos da República Islâmica”, afirmou o chefe do Judiciário, Gholamhossein Mohseni Ejei.

Ele se referia ao apoio israelenses e de Donald Trump aos protestos. Na sexta (2), véspera da ação em que suas forças capturaram o ditador venezuelano, Nicolás Maduro, um aliado de Teerã, o americano havia dito

que apoiaria militarmente os manifestantes se houve repressão com morte.

No ano passado, os EUA intervieram na guerra que se desenrolava à distância entre Irã e Israel, com trocas de ataques aéreos. Bombardearam instalações nucleares inacessíveis às forças do Estado judeu, e por fim o conflito chegou a uma instável trégua depois de 12 dias.

Um dos principais focos de protestos é a oeste do país, junto à fronteira iraquiana. Na província de Ilam, vídeos gravados por moradores mostraram pela primeira vez manifestantes armados com fuzis e atirando para cima, o que leva ao temor de uma escalada na violência.

Toda a região é das mais pobres do Irã, e sua posição estratégica a torna mais militarizada.

Segundo ativistas, isso tem levado a repressão mais dura, principalmente em Ilam. A província tem maioria étnica curda, o que aumenta a tensão com o regime.

Segundo a agência iraniana Fars, ligada à temida Guarda Revolucionária, participantes de um funeral de dois manifestantes em Malekshahi, em Ilam, começaram a protestar e foram reprimidos pela polícia a tiros.

Há protestos também em cidades grandes, mas em escala bem menor do que a registrada em 2022 e 2023. Na capital, Teerã, o foco são os bazares, onde imagens gravadas mostraram cartazes pedindo a intervenção de Trump. Em Shiraz e Isfahan, as periferias registram atos diários, mas de intensidade baixa.

Por Igor Gielow (Folhapress)



Se o Conselho aprovar o acordo, Ursula von der Leyen assinará o termo na América do Sul

CORREIO ESPORTIVO

Governo do Estado de São Paulo



Julio Casares (à esquerda) vive incerteza política no clube

Oposição está pessimista sobre impeachment de Casares

A oposição do São Paulo crê em um caminho difícil para o impeachment de Julio Casares.

A reportagem falou com fontes que foram unânimes: dificilmente dois terços da casa votarão pela saída do mandatário.

A votação está marcada para o próximo dia 14 de janeiro, às 19h (de Brasília), no Morumbis.

A votação será fechada, como é usual em casos punitivos, e presencial.

À reportagem, a avaliação feita é de que a votação in loco dificulta ainda mais o cenário para o grupo contrário a Casares, já que alguns conselheiros já não têm grande mobilidade para ir ao auditório do Morumbis.

Foco na renúncia do presidente

Por conta disso, hoje o trabalho inicial da oposição ainda nem passa tanto pela 'virada de votos' de membros da situação, mas pelo convencimento da própria base a ir votar. O entendimento de opositores é que ainda não existe evolução nas investigações nas quais Casares está envolvido. Por esse motivo, o entendimento atual é que o mais viável, por ora, seria seguir forçando a pavimentação de uma renúncia.

Rodrigo Corsi/ FFP



Apesar das polêmicas, Casares não deve renunciar

Turbilhão político toma o São Paulo

O presidente é investigado pela polícia pelo recebimento de R\$ 1,5 milhão em dinheiro. Ao mesmo tempo, as autoridades apuram 35 saques que totalizam R\$ 11 milhões realizados na conta do clube.

Outro caso recente envolve Mara Casares, ex-esposa de Júlio, e Douglas Schwartzmanm, diretor do clube. Áudios divulgados pelo ge mostraram um esquema entre eles para desvio de ingressos em shows realizados no Morumbis. O turbilhão político forçou aliados políticos a recomendarem ao mandatário uma renúncia.

Casares não vai renunciar

Porém, Casares entende que seria 'aceitar as acusações'. Reunião do Conselho Consultivo, que envolveu ex-presidentes e figuras da alta patente política, nesta terça-feira, recomendou o mandatário a não renunciar.

Por ora, o presidente diz nos bastidores que não abandonará a cadeira.

Por Valentin Furlan e Gabriel Sá (Folhapress)

Motivação extra

As frustrações de terminar 2025 sem conquistar um título sequer deverão se transformar em "energia" para o Palmeiras na temporada 2026. É o que espera o técnico Abel Ferreira. Em entrevista à TV Palmeiras, Abel afirmou que o time vai "lutar para ganhar e que possamos partilhar essas alegrias com os torcedores".

Casamento longo

Ele também disse que "é um orgulho, uma honra poder representar um clube como o Palmeiras. Eu sei o quão difícil é. Às vezes, manter um casamento de cinco anos é difícil, quanto mais ser treinador de um clube grande. Gosto muito de estar aqui. A vontade de continuar a ganhar, de dar alegrias à torcida é que me faz continuar".

Tiquinho Soares

Após a chegada de Gabigol, o Santos viu Tiquinho Soares perder não apenas a camisa 9, mas o espaço na briga por posição. Houve rumores de que Tiquinho seria negociado. No entanto, a pedido de Vojvoda, o atacante será mantido no elenco. A exceção é no caso de chegar uma proposta de venda em definitivo.

Neymar Jr.

A novela envolvendo a renovação de Neymar Jr. com o Santos terminou na terça (6). O Alvinegro Praiano anunciou a renovação com o camisa 10 até dezembro de 2026. Com isso, Neymar estende sua segunda passagem pelo Peixe em mais um ano. O presidente Marcelo Teixeira definiu Neymar como "peça-chave" na reconstrução do clube.

Darlan na mira

Com propostas da Grécia e da Turquia, o volante Darlan é o grande alvo do Mirassol para a temporada. Revelado pelo Grêmio, o jogador acertou sua saída do futebol chinês, onde defendia o Wuhan Three Tows FC. Sua prioridade é o futebol europeu, mas ele está aberto a ouvir propostas. Disputar a Libertadores é um fator favorável.

Em definitivo

O Red Bull Bragantino acertou a contratação em definitivo do zagueiro Alix Vinícius, de 26 anos. O jogador chegou ao Massa Bruta por empréstimo em agosto de 2025. Com a lesão de Guzmán Rodríguez, ele tomou a posição e se consolidou na reta final do Brasileiro. Seu novo vínculo vai até dezembro de 2028.



Corinthians está negociando suspensão do transfer ban

Corinthians conta com a CBF em transfer ban

Alvinegro teve "boa vontade" da entidade para derrubar sanção

Por Fábio Lázaro (Folhapress)

O Corinthians contou com a CBF para derrubar o transfer ban nacional que vigorava desde outubro.

Como conseguiu?

Na terça-feira (6), o Timão antecipou em dez dias o pagamento da parcela de janeiro do acordo de centralização de dívidas firmado com a Câmara Nacional de Resoluções e Disputas (CNRD).

Os valores foram depositados diretamente na conta de cada credor - entre eles o Cuiabá, que tem a receber pela negociação do volante Raniele, contratado no início de 2024. O clube mato-grossense recebeu cerca de R\$ 700 mil nesta parcela.

Foi justamente o Dourado quem solicitou o transfer ban no fim do ano passado, após o Corinthians atrasar em dois dias o pagamento da parcela do último trimestre de 2025.

Ao apresentar os comprovantes de quitação das parcelas do primeiro trimestre de 2026 - cujo prazo limite era 17 de janeiro -, o Corinthians contou com a atuação da CBF, que retirou a sanção nacional antes mesmo da notificação formal aos credores.

Último transfer ban

Mesmo com a liberação no âmbito nacional, o clube ainda está impedido de registrar novos

atletas por conta de uma sanção internacional.

Desde agosto do ano passado, o Corinthians está punido pela Fifa em razão de uma dívida com o Santos Laguna, do México, referente à contratação do zagueiro Félix Torres, no início de 2024. O valor original era de R\$ 33 milhões, mas já ultrapassa os R\$ 40 milhões em razão de multas, juros e correções.

A diretoria corintiana mantém conversas com o clube mexicano, que se mostra irredutível a qualquer acordo e exige o pagamento integral à vista.

Nos últimos dias, o Timão também resolveu uma pendência com o meia Matías Rojas, que cobrava cerca de R\$ 50 milhões em dívidas relacionadas a direitos de imagem durante sua passagem pelo clube entre 2023 e o início de 2024.

O Corinthians pagou duas parcelas de R\$ 20,5 milhões, totalizando R\$ 41 milhões, e economizou pouco mais de R\$ 7 milhões em juros e multas, que foram perdoados pelo jogador. Desde novembro, Rojas já poderia acionar a Fifa para solicitar um novo transfer ban contra o clube.

Em paralelo, a diretoria também negocia com outros credores, como Talleres (ARG), Shakhtar Donetsk (UCR) e Toluca (MEX), para quitar pendências antes que elas se transformem em novas sanções.

‘Seguir caminho’, diz Isaquias Queiroz sobre saída do Flamengo

Medalhista olímpico conversa com três clubes e decidirá seu futuro em breve

O canoísta Isaquias Queiroz publicou, na terça (6), um vídeo nas redes sociais e fez um breve pronunciamento sobre a saída do Flamengo. O clube acabou com a canoagem e o remo paralímpico, e dispensou os atletas das modalidades.

O medalhista olímpico prometeu, “ao longo da semana”, explicar o fato de não morar no Rio de Janeiro. Esse foi um dos pontos utilizados como justificativa pelo time para não permanecer com o projeto.

Em nota oficial, o Flamengo apontou que o fato de Isaquias, Gabriel Assunção, Mateus dos Santos e Valdenice do Nascimento não residirem e nem realizarem os treinos no Rio inviabilizava “a consolidação de um trabalho estruturado de base e a formação de novos talentos, pilares fundamentais do projeto esportivo do Flamengo e parte essencial do seu DNA histórico”. Vale ressaltar, porém, que o clube da Gávea não possui estrutura de treinamento para canoagem.

Na canoagem, além de Isaquias, deram adeus ao clube Gabriel Assunção, Mateus dos Santos, Valdenice do Nascimento e Roberto Maehler. No remo paralímpico, Michel Pessanha, Gessyca Guerra, Diana Barcellos e Valdenir Junior deixaram o Gávea.



Alexandre Loureiro/COB

Ídolo do esporte brasileiro, Isaquias Queiroz se pronunciou oficialmente sobre saída do Fla

Segundo apuração da reportagem, o Isaquias conversa com três clubes - dois considerados de maior expressão e um mais local - e deve definir o destino em breve.

VEJA NOTA DO FLAMENGO

“O Flamengo se orgulha de ter contado em sua equipe com Isa-

quias Queiroz, um dos maiores atletas da história do esporte olímpico brasileiro. Campeão olímpico, com cinco medalhas em Jogos, e referência mundial na canoagem, Isaquias vestiu o Manto Sagrado por cerca de 7 anos nesta última passagem, encerrando seu ciclo no clube de forma marcante e deixando um legado de conquistas que nos orgulha.

Dentro de uma avaliação estratégica alinhada às premissas que norteiam o esporte olímpico do Flamengo, o clube encerra sua participação na modalidade canoagem. A decisão está em consonância com a filosofia rubro-negra de aliar excelência competitiva ao investimento contínuo na formação, no desenvolvimento de atletas e no fortaleci-

mento das modalidades a partir de estruturas permanentes.

Atualmente, tanto Isaquias Queiroz como Gabriel Assunção, Mateus dos Santos e Valdenice do Nascimento não residem nem realizam seus treinamentos no Rio de Janeiro. Esse contexto inviabiliza a consolidação de um trabalho estruturado de base e a formação de novos talentos, pilares fundamentais do projeto esportivo do Flamengo e parte essencial do seu DNA histórico.

O Flamengo agradece a Isaquias Queiroz, a Gabriel Assunção, a Mateus dos Santos, a Valdenice do Nascimento e a Roberto Maehler por todo o profissionalismo, dedicação e pelas conquistas alcançadas durante o período em que defenderam o Manto Sagrado, e deseja pleno sucesso na continuidade de suas trajetórias esportivas.

O Clube de Regatas do Flamengo também encerra sua participação no pararemo. O clube agradece aos atletas Michel Pessanha, Gessyca Guerra, Diana Barcellos e Valdenir Junior por representarem o Manto Sagrado com dedicação, comprometimento e espírito esportivo, contribuindo para a história rubro-negra no paradesporto. O Flamengo reconhece a importância de suas trajetórias e deseja pleno êxito na continuidade de suas carreiras.”

Fórmula E celebra 150 corridas do Campeonato Mundial no E-Prix do México

Simon Galloway/LAT Images/Fórmula E



Próxima etapa da Fórmula E acontece neste sábado (10)

A Temporada 12 (2025/26) do Campeonato Mundial ABB FIA de Fórmula E abre o calendário do automobilismo em 2026 com a 29 etapa, na Cidade do México, neste sábado (10). Após uma emocionante abertura de temporada em São Paulo, a Fórmula E retorna à Cidade do México para o próximo capítulo do Campeonato Mundial ABB FIA de Fórmula E, diante de uma apaixonada torcida.

O E-Prix Hankook da Cidade do México de 2026 também marca a 1509 corrida da Fórmula E, um marco importante na história do campeonato e uma lembrança de como a categoria evoluiu desde a primeira temporada, quando a primeira corrida aconteceu em Pequim, em 2014.

Esta corrida marca a 109 edição deste evento do campeonato, tendo sido disputado pela primeira vez Temporada 2. Desde então, este evento testemunhou sete vencedores diferentes, com os três mais recentes conquistando o Campeonato Mundial de Pilotos na mesma temporada.

Um deles foi Jake Dennis (Andretti Formula E), companheiro de equipe do brasileiro Felipe Drugovich, que venceu na Cidade do México em 2023 e se tornou o primeiro piloto a conquistar uma vitória na era GEN3 da Fórmula E. Atualmente, Dennis lidera a classificação de pilotos da Temporada 12 (2025/26), após uma impressionante vitória em São Paulo, largando da pole position,

no mês passado, que lhe rendeu 25 pontos.

“Começar a temporada com uma vitória em São Paulo foi uma ótima maneira de dar o pontapé inicial, mas o foco agora está totalmente na Cidade do México. É uma pista que conheço bem, tenho boas lembranças de lá, mas cada corrida na Fórmula E traz seus próprios desafios. Mostramos que temos um rit-

mo forte, então o objetivo é fazer um fim de semana sem problemas e continuar ampliando a vantagem como equipe”, disse Jake Dennis.

Após sediar sua primeira corrida em 2016, vencida por Jérôme d'Ambrosio, a Cidade do México e o Autódromo Hermanos Rodríguez estarão prontos para receber a Fórmula E pela décima vez. É uma das parcerias mais duradouras na história do campeonato, com apenas a Alemanha e os EUA sediando mais corridas ao longo dos 12 anos de existência da Fórmula E.

O brasileiro Lucas di Grassi (Lola Yamaha ABT) e o alemão Pascal Wehrlein (Porsche Formula E) são os únicos pilotos no grid com mais de uma vitória no E-Prix da Cidade do México.

Situado no coração da capital mais antiga das Américas, o E-Prix da Cidade do México de 2026 da Hankook apresenta um evento desafiador, mas emocionante. Localizado a cerca de 2.240 metros acima do nível do mar, a corrida testa os limites

de cada piloto e equipe.

O Autódromo Hermanos Rodríguez recebeu o nome dos lendários pilotos Ricardo e Pedro Rodríguez e é uma presença frequente no calendário de corridas da Fórmula 1. O traçado apresenta uma extensão total de pista de 2.608 metros (2,6 km) e 16 curvas emocionantes.

150 corridas

A Fórmula E celebra seu 150º E-Prix neste sábado, mais de uma década após sua estreia em Pequim, na China. Ao longo desses 12 anos, a Fórmula E passou por diversas transformações, desde um grande salto tecnológico em seus carros até locais incríveis e a contratação de pilotos de renome. Ao longo das gerações, os carros também se tornaram mais leves, mais rápidos e mais sustentáveis, com o carro mais recente ultrapassando os limites da mobilidade elétrica nas corridas.

A corrida começa às 17h05 de Brasília e terá transmissão da Band/ Band Sports e do Grande Prêmio.

Planos de saúde devem se preparar para os tratamentos e consultas

Especialistas fazem alerta para o envelhecimento da população

Pexels/Jimmy Chan

Alvo de uma série de críticas de consumidores nos últimos anos, o setor de planos de saúde deve passar por adaptações para acomodar o envelhecimento da população e a incorporação de tecnologias sem prejudicar os beneficiários, defendem especialistas.

Enquanto consumidores se queixam de reajustes elevados, cancelamentos unilaterais e dificuldades de acesso a tratamentos essenciais, o setor afirma que, até pouco tempo, se recuperava de um prejuízo operacional sem precedentes.

O ano de 2025, no entanto, marcou a retomada de resultados econômicos-financeiros positivos. A expectativa nos próximos meses é de estabilidade, afirma Bruno Sobral, diretor-executivo da Fenasaúde, que representa operadoras como Bradesco Saúde, SulAmérica, Gama Saúde, Itaú Seguros, MetLife, Odontoprev, Omint, Porto Saúde, Seguros Unimed e Unimed Nacional. Ele atrela a estabilidade a um nível “controlado de incorporações tecnológicas que façam sentido.”

Já conforme Gustavo Ribeiro, presidente da Abramge (Associação Brasileira de Planos de Saúde) — que tem como associadas mais de 140 operadoras, como Notredame Intermédica, Prevent Senior e Sul América —, a recuperação está em curso, mas a perspectiva ainda é desigual diante da heterogeneidade das empresas.

“Ainda há um conjunto muito significativo de pequenas e médias operadoras que enfrentam desafios econômico-financeiros relevantes que comprometem sua capacidade de manter estrutura, rede e atendimento”, diz.

A lacuna entre longevidade e vida saudável é vista pelo setor como um desafio à medida que pode colocar em risco a sustentabilidade dos sistemas de saúde, aponta relatório do IESS (Instituto de Estudos de Saúde Suplementar).

O envelhecimento da população, no entanto, deve ser visto como um elemento natural e como um motivo para que as empresas se preparem para o futuro, afirma Marina Pallelli, coordenadora do programa de Saúde do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor).

“Em um nível individual, por exemplo, não é possível prever



O envelhecimento da população deve ser visto como um motivo para que as empresas se preparem para o futuro

quando e se uma pessoa vai ficar doente, qual a situação de saúde a que ela vai ser acometida e assim por diante. Mas, no nível coletivo, é possível fazer esse tipo de previsão justamente para calcular riscos para que as pessoas não sofram com essas práticas abusivas que são notoriamente conhecidas”, afirma.

Esse foi um dos argumentos levados pelo Idec ao STF (Supremo Tribunal Federal) em julgamento sobre se a proibição de reajustes por faixa etária prevista no Estatuto da Pessoa Idosa também deveria ser aplicada a contratos assinados antes de janeiro de 2004, data em que a lei entrou em

vigor. A análise foi suspensa pelo ministro Alexandre de Moraes.

Pallelli defende que fundamentos econômicos não devem ser usados para defender a flexibilização de uma regulação. “Quando a Lei de Planos de Saúde estava sendo discutida nos anos 1990, um argumento contrário foi que a lei que regulamenta os contratos iria levar o setor à falência”, afirma.

Decisões da Justiça

No ano passado, o STF também julgou decisão que reconheceu que os planos de saúde devem autorizar tratamentos não previstos na lista da ANS, desde que sigam cinco critérios técnicos

definidos pelo tribunal. A determinação foi vista de forma positiva pelas operadoras, que preveem uma economia com a decisão.

O Judiciário tem o histórico de ser uma instituição que media conflitos entre consumidores e operadoras. Relatório recente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) aponta que a esfera é caracterizada como pró-direito à saúde, por manter taxas elevadas de deferimento de pedidos liminares, especialmente na Justiça estadual.

Apesar disso, a judicialização não é vista como uma tendência futura pela médica Ana Maria Malik, professora do FGVsaúde. Malik afirma que ela pode ocorrer

muitas vezes por falta de regras claras. Por isso, o cidadão não sabe, por vezes, o que está comprando.

“Os planos de saúde estão começando a ficar muito parecidos entre eles”, afirma. “Antigamente tinha uma grande diferença entre o que era medicina de grupo, cooperativa médica, autogestão. Hoje, a grande diferença é se tem finalidade lucrativa ou não e se tem rede própria ou não, se é verticalizado ou não”, diz.

A temática da cobertura ganha tração com a aprovação da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) no ano passado para a abertura de uma consulta pública para avaliar a criação de um tipo de plano de saúde que cubriria apenas consultas eletivas e exames, sem direito a internações, atendimento de pronto-socorro e terapias. Na época, o MPF (Ministério Público Federal) publicou uma nota técnica com críticas à proposta.

“É isso que está em disputa. Quando a gente pensa que os procedimentos de alta tecnologia, os mais complexos, quem oferece a cobertura para eles, em geral, é o SUS. Porque sempre aparece alguma restrição. Isso tem sido mais ou menos a regra do jogo”, diz.

A ideia é uma agenda antiga das empresas, diz Lucas Nogueira, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP. “A ideia geral de ultrasegmentação, ou seja, a empresa pode vender um contrato que tem um monte de letrinhas miúdas, é proibida por lei”, diz.

O futuro da saúde suplementar dependerá das escolhas políticas que o Brasil fará em relação ao alcance do subsídio às operadoras, afirma Nogueira, considerando mecanismos como as deduções de imposto de renda e desonerações fiscais.

Conforme Malik, é necessária não apenas uma regulação maior por parte da ANS. “Precisa-se também que as operadoras queiram oferecer serviços que interessem à população.”

***Por Luana Lisboa (Folhapress)**

CORREIO NACIONAL



Divulgação

Remédio é produzido com o anticorpo lecanemabe

Anvisa libera medicamento para fase inicial do Alzheimer

A Anvisa liberou um novo medicamento, o Leqembi, para tratamento de pacientes diagnosticados na fase inicial do Alzheimer. A aprovação foi publicada no Diário Oficial da União no dia 22 do mês passado. O remédio, produzido com o anticorpo lecanemabe, é indicado para retardar o declínio cognitivo das pessoas que já apresentam demência leve causada pela doença. Segundo a Anvisa, o lecanemabe reduz as placas beta-amiloides no cérebro. O acúmulo dessas placas é uma característica definidora da doença de Alzheimer. O produto é uma solução para diluição para infusão. O medicamento teve a eficácia clínica avaliada em um estudo principal que envolveu 1.795 pessoas com doença de Alzheimer em estágio inicial.

Primeiro hospital inteligente do SUS

O governo federal vai construir o primeiro hospital público inteligente do Brasil na cidade de São Paulo. Os recursos virão do empréstimo de R\$ 1,7 bilhão do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o banco do Brics. O anúncio foi feito nesta quarta-feira (7) em cerimônia no Palácio do Planalto com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro da Saúde, Alexandre Padilha e da presidenta do NDB, Dilma Rousseff.

Lula Marques/ Agência Brasil



Ministério da Justiça e Segurança estabelece normas

Uso de informações criminais no país

O Ministério da Justiça e Segurança Pública instituiu o Sistema Nacional de Informações Criminais (Sinic) e o Protocolo Nacional de Reconhecimento de Pessoas em Procedimentos Criminais. Assinada pelo ministro Ricardo Lewandowski, a medida estabelece que o caberá ao Sinic integrar em uma única base nacional de informações os registros de pessoas condenadas por integrar organizações ou facções criminosas, bem como por violência sexual contra menores; estupro e racismo, além das que tenham restrições de acesso a estádios e ginásios.

Vazamento na Foz do Amazonas

Organizações indígenas e ambientalistas manifestaram preocupação com o vazamento de fluido na Foz do Amazonas, durante processo de perfuração feito pela Petrobras. A estatal confirmou que o vazamento foi identificado no domingo (4), a 175 quilômetros do Amapá e que as atividades foram paralisadas. Segundo a Petrobras, o fluido de perfuração atende aos limites de permitidos.

Anvisa I

A Anvisa determinou, na terça, a proibição da comercialização, distribuição e consumo de quatro lotes de panetones da empresa D'Viez Indústria e Comércio de Chocolates Finos Ltda. O recolhimento voluntário foi comunicado pelo fabricante após detectar o aparecimento de fungos na superfície do produto.

Anvisa II

Já nesta quarta-feira, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou a proibição da venda, distribuição e do uso de alguns lotes de fórmulas infantis das marcas Nestogeno, Nan Supreme Pro, Nanlac Supreme Pro, Nanlac Comfor, Nan Sensitive e Alfamino, da empresa Nestlé Brasil Ltda.

Desenvolvimento

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social liberou R\$ 4,45 milhões em recursos do Fundo Rio Doce para viabilizar a realização de uma consulta prévia a comunidades tradicionais de faiscadores e garimpeiros. A medida está prevista no novo acordo, homologado em dezembro de 2024.

Internet e telefonia

Com a atualização da Lei Geral de Telecomunicações, cooperativas de todo o país ganharam autorização para oferecer serviços de telecomunicações, incluindo telefonia e internet banda larga. A mudança, publicada na quarta no Diário Oficial da União, deve expandir a conectividade em regiões que seguem fora do mapa digital.

Comunicação I

A Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP) vai passar por um processo de expansão histórico neste ano de 2026. Já para o primeiro semestre, estão previstas mais de 30 novas estações de televisão e rádio em diversas localidades do país. A iniciativa faz parte do programa Brasil Digital.

Comunicação II

Segundo o presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Andre Basbaum, a expansão é um passo estruturante para garantir o direito à informação em localidades não atendidas. “Em um ano em que a informação de qualidade é essencial, os veículos da EBC têm um papel ainda mais importante”, assegura.



Freepik

Pessoas com mais de 60 anos podem sofrer maior risco

Uso de canetas por idosos requer cuidados

Redução de músculos pode levar a perda de capacidade funcional

Da Redação

ser recuperado”.

O uso de canetas emagrecedoras por pessoas idosas requer cuidados para não acelerar o declínio funcional, avaliou nesta terça-feira (6), em entrevista à Agência Brasil, o presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), Leonardo Oliva.

Sem uma orientação adequada, as pessoas de 60 anos ou mais podem sofrer um risco mais imediato dos efeitos adversos. Estão incluídos principalmente náuseas e vômitos, além de dificuldade de ingestão de alimentos e água, podendo ocasionar até desidratação e distúrbios eletrolíticos, situação que é potencialmente grave, disse Oliva. A médio prazo, também pode ocorrer desnutrição.

Outro risco muito importante e significativo na população idosa é a perda de massa muscular quando a pessoa emagrece.

“Cerca de um terço do peso que a gente perde, com o uso dessas medicações, é peso em músculo, em massa magra. Não tem como a gente emagrecer apenas a gordura. O corpo perde gordura, mas perde também músculo”.

Na população com mais idade, essa perda de massa muscular pode significar perda de função, de funcionalidade, isto é, da capacidade de fazer as atividades do dia a dia.

“Então, é algo muito significativo que, inclusive, pode não

O diretor-científico da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), Ivan Aprahamian, acrescenta que o efeito combinado de menor apetite, náuseas e rápida perda de peso pode precipitar síndromes geriátricas, como sarcopenia e fragilidade física.

O presidente da SBGG afirma que as canetas emagrecedoras são medicações para o tratamento da obesidade, do diabetes e da apneia do sono. Ele adverte que tratar a obesidade é diferente de usar essas medicações para emagrecer poucos quilos, com fins estéticos.

“Hoje, a gente vê os indivíduos que querem perder três quilos ou a gordura localizada, a barriga, utilizando essas medicações. Não há indicação médica para isso”.

Oliva considera que as canetas são “um tratamento muito bom, uma inovação fantástica da medicina que deve ser usada de maneira apropriada, para o diabetes, a apneia do sono ou a obesidade, que é uma doença grave crônica de difícil tratamento”, esclareceu.

A busca pelo corpo perfeito fez com que as chamadas “canetas emagrecedoras” ganhassem notoriedade por sua eficácia na perda de peso e no controle glicêmico, trazendo benefícios importantes para o tratamento da obesidade, diabetes tipo 2 e até mesmo para a prevenção de doenças cardiovasculares e renais.

CORREIO CENTRO-OESTE

Divulgação/Secec-DF



Seleção prevê 73 blocos com investimento de R\$ 8,3 milhões

DF abre inscrições de blocos para o Carnaval de 2026

Estão abertas no Distrito Federal as inscrições para o cadastro de blocos de Carnaval de rua para os interessados em participar do DF Folia 2026. Serão selecionados 73 blocos e três Territórios Folia, com investimento de R\$ 10 milhões para eventos previstos entre 6 de fevereiro e 1º de março. Do total, R\$ 8,3 milhões serão destinados exclusivamente aos blocos, abrangendo grupos iniciantes e de grande circulação. O cadastro deve ser feito por formulário eletrônico disponível na Agência Brasília até 23h59 da próxima terça-feira (13) e é obrigatório para novos e antigos blocos. Os dados subsidiam o planejamento de órgãos responsáveis pela segurança e fiscalização, sob gestão da Secretaria de Cultura e Economia Criativa.

MS: colônia de férias em Dourados

O Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) em Dourados (MS) promoverá, entre os dias 12 e 16, a Colônia de Férias UEMS 2026, com ações educativas para crianças de 3 a 8 anos. A iniciativa ocorrerá das 13h às 17h no Pólen da Escola Municipal Aurora P. de Camargo. A agenda inclui atividades artísticas, literárias, musicais e recreativas, conduzidas por acadêmicos e egressos, com foco em aprendizagem lúdica.

Divulgação/Prefeitura de Cidade Ocidental



Evento alia fé e produção local em Cidade Ocidental

GO: festa no Quilombo Mesquita

A 24ª Festa do Marmelo será realizada no próximo sábado (10) e no domingo (11), em Cidade Ocidental (GO), com programação que inclui celebrações religiosas, cavalgada, leilão, baile e exposição de produtos. Criado para arrecadar recursos para a Capela Nossa Senhora da Abadia, localizada no Quilombo Mesquita, o evento marca a colheita do marmelo e a produção agrícola local. A agenda prevê missas, cavalgada com concentração e saída na Igreja do Rosário, almoço comunitário e atividades culturais, reunindo agricultores e moradores da região.

Cuiabá busca lei para gestantes

O prefeito de Cuiabá (MT), Abílio Brunini (PL), anunciou que encaminhará à Câmara um projeto que garante a manutenção da remuneração de servidoras grávidas durante a licença-maternidade. A proposta prevê o pagamento da média dos adicionais recebidos nos últimos 12 meses, como insalubridade, verba indenizatória e Prêmio Saúde, evitando queda nos ganhos no afastamento.

CadÚnico

A prefeitura de Valparaíso (GO) informa que a unidade do Cadastro Único (CadÚnico) não terá atendimento na sexta-feira (9), devido à atualização programada do sistema. A interrupção ocorre para aprimorar os serviços. O funcionamento será retomado na próxima segunda-feira (12), no horário habitual.

Documentário

O documentário "Terreiro Ancestral de Toty, o Rei do Congo" estreiará no próximo sábado (10), às 19h, no Centro Espírita Pai Xangô, em Cuiabá (MT), com entrada gratuita. A obra aborda a trajetória do mestre Toty e a tradição do Congo ligada à religiosidade afro-brasileira em Mato Grosso, com apoio de edital.

Desburocratização

A prefeitura de Dourados (MS) informou que passará a emitir Habite-se em até 3 dias úteis a partir de fevereiro, com adoção do modelo autodeclaratório. O novo módulo ficará disponível na plataforma Aprova Digital e permitirá a liberação final de obras após envio de dados pelo responsável técnico.

Cursos

A prefeitura de Goiânia (GO) abriu inscrições para 260 vagas gratuitas em cursos profissionalizantes para pessoas com 16 anos ou mais. As aulas duram 1 mês, nos turnos da manhã, tarde e noite. O cadastro ocorre pelo aplicativo Goiânia 24 Horas ou na sede do Sistema Nacional de Emprego (Sine) Municipal até completar as vagas.

Concurso

As provas dissertativas do concurso da Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso (PGE-MT) acontecem neste fim de semana, em Cuiabá (MT). Foram classificados 268 participantes, de um total de 3,4 mil inscritos. As avaliações serão aplicadas a três grupos na Faculdade Fasipe, no sábado (10) e domingo (11).

Medicina

Inscrições seguem até o dia 21 para residências médica e multiprofissional em Saúde da Família da Secretaria Municipal de Saúde (Sesau) de Campo Grande (MS), em parceria com a Fundação Osvaldo Cruz. São 81 vagas, com bolsas de até R\$ 12,6 mil. A escolha ocorrerá por prova objetiva em 1º de fevereiro.



Ecad aponta falhas no licenciamento musical

MS tem alta inadimplência autoral

52% das prefeituras promovem eventos sem remunerar autores

Por Mateus Lincoln

O estado do Mato Grosso do Sul apresenta elevado índice de inadimplência no pagamento de direitos autorais de execução pública musical, de acordo com um levantamento realizado pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

A instituição identificou que, dos 79 municípios, apenas 38 estão em dia com o licenciamento musical, o que indica que 52% das prefeituras promovem shows e eventos sem remunerar os compositores das obras executadas; de janeiro a outubro deste ano, o estado arrecadou R\$ 9,8 milhões em direitos autorais em todos os segmentos de execução pública.

Augusto Freitas, gerente regional do Ecad, afirma que "infelizmente o cenário de inadimplência se repete em diversos municípios do estado, que realizam grandes eventos públicos sem respeitar os compositores e a legislação brasileira. Já acionamos o município de Bataguassu, por exemplo, por três vezes na Justiça, e seguimos na tentativa de defender os criadores musicais. Todos devem se conscientizar de que precisam cumprir a lei e valorizar quem vive da música".

Rodrigo Salinas, sócio do escritório CQSJV Advogados, faz um alerta quanto ao pagamento tardio dos direitos autorais, que pode sair mais caro do que sairia caso tivessem sido pagos corretamente.

"Na cobrança judicial o valor devido fica muito maior, pois haverá um acréscimo da correção monetária e dos juros legais, além de custas. O que faz com que o município pague a mais do que pagaria se tivesse cumprido a lei", alertou ele.

Viviane Queiroz, especialista em Direito Administrativo explica que a obrigação do pagamento decorre diretamente da Lei de Direitos Autorais. Segundo ela, o art. 68 da Lei nº 9.610/1998 dispõe que a utilização de obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas, em locais de frequência coletiva ou em eventos públicos, depende de prévia e expressa autorização do autor ou do titular dos direitos.

Queiroz diferencia quem fica encarregado dessa função.

"A responsabilidade pelo recolhimento dos direitos autorais decorrentes da execução pública de músicas em eventos promovidos pelo município recai sobre o próprio ente público, ou seja, a prefeitura enquanto pessoa jurídica de direito público responsável pela realização ou autorização", elucidou a advogada do Deborah Toni Advocacia.

Além disso, Salinas aponta em quais casos o prefeito pode ser penalizado. "Caso o ato omissivo caracterize, além da violação de direitos, improbidade administrativa, poderá haver a responsabilização pessoal dos gestores, mas apenas pelos prejuízos causados aos cofres públicos", analisou. O Ecad também destacou municípios que mantêm a regularidade, como Três Lagoas, com a Festa do Folclore; Jateí, com a Festa da Fogueira; Jardim, com a Festa do Milho; Nova Andradina, com a Fejuna; e Fátima do Sul, com o evento Fátima Fest.

Essas cidades foram elogiadas por Freitas. "É importante citar os bons exemplos, que cumprem a legislação e reconhecem que o pagamento dos direitos autorais garante a remuneração de milhares de compositores e artistas", concluiu o gerente regional.

Por Isabel Dourado

“Logo ela deixou de se lembrar de mim.” Essa é uma das frases mais faladas por pessoas que convivem com parentes que sofrem de Alzheimer. Uma doença em que as memórias e a própria identidade, aos poucos, vão se esfacelando até quase deixarem de existir. O impacto emocional da doença é profundo e emocionalmente devastador, marcando a vida de todos os envolvidos, tanto de quem enfrenta a doença quanto de quem está ao redor, como familiares, amigos e cuidadores.

Ao perder o controle sobre a própria memória, a pessoa perde também a autoconsciência de si, deixa de se reconhecer. Enquanto parentes e pessoas próximas sofrem com a dor de ver o ente querido desaparecer mesmo ainda estando vivo. O Alzheimer é uma doença neurodegenerativa progressiva e a forma mais comum de demência, caracterizada pela morte de células cerebrais, o que compromete a memória, pensamento e comportamento. Seus sintomas incluem esquecimento de eventos recentes, dificuldades de linguagem e orientação, além de alterações de personalidade.

O Alzheimer é um grande desafio para pesquisadores, neurocientistas e médicos que correm para encontrar uma solução para a doença. Nesse caminho, pesquisadores do Instituto de Biologia (IB) da Universidade de Brasília (UnB) estão trabalhando em um spray nasal considerado promissor e que tem o objetivo de retardar os impactos mais severos da doença.

A pesquisa é coordenada pela professora titular do Instituto de Biologia da UnB e neurocientista Márcia Mortari, em parceria com a pesquisadora e professora do Departamento de Psicologia, Luana Cristina Camargo. Além delas, participam do projeto outros 30 professores de diversas áreas.

O estudo teve início a partir da observação da natureza, mais especificamente do veneno produzido por marimbondos, capaz de paralisar pequenas presas sem destruir as células do sistema nervoso. Essa característica despertou o interesse dos pesquisadores por seu potencial como inspiração para o desenvolvimento de um medicamento contra o Alzheimer, com a possibilidade de retardar os efeitos da doença. A partir dessa constatação, o estudo avançou por meio de intensa observação e experimentação em laboratório.

“Imaginamos: ‘Nossa, esse veneno tem potencial no sistema nervoso, porque ele causa, em outros animais, uma paralisia’. E foi aí que eu fui em busca desses compostos que começamos a estudar. Comecei estudando 3 mil marimbondos; coletei o veneno, mas ele tem mais de 400 compostos. Então, passamos por uma ampla etapa de separação e testamos cada um desses compostos até chegar a



Divulgação

Substância já está sendo testada em cobaias e espera aprovação da Anvisa

Pesquisa pode revolucionar tratamento de Alzheimer

UnB desenvolve spray nasal promissor para retardar os efeitos



Divulgação

Substância produzida por marimbondos é a chave de todo o estudo

um composto que era do nosso interesse. Identificamos o que tinha no veneno e, de 400 compostos, chegamos a um que mostrou a potencialidade de agir no sistema nervoso”, explica.

Segundo Mortari, após muita análise e estudo, a equipe conseguiu identificar um composto no veneno do marimbondo *Polybia occidentalis*, encontrado em diversas regiões do Brasil, por isso o composto foi batizado de Ocidentalina.

“Esse composto apresentou uma ação muito interessante no sistema nervoso, mas o objetivo do nosso laboratório é criar novos peptídeos inspirados na ocidentalina”, explica. Os peptídeos são pequenas cadeias de aminoácidos que formam proteínas e podem ter ação terapêutica. “Eu desenhei um medicamento inspirado na ocidentalina, porque o veneno original do marimbondo não tem função de combater o Alzheimer, e sim paralisar o sistema nervoso das presas”, explica Mortari.

Pesquisa avança

A partir dessa inspiração, Márcia Mortari explica que conseguiu desenvolver um novo peptídeo que foi intitulado de Octovespina, e que age diretamente sobre uma das principais causas do Alzheimer: o acúmulo da proteína beta-amiloide. Essa proteína, quando mal processada, se agrupa formando placas tóxicas entre os neurônios, contribuindo para a progressão da doença.

Para facilitar a administração e aumentar a eficiência do tratamento, a equipe desenvolveu um spray nasal. Pela mucosa nasal, o composto chega diretamente ao cérebro, impedindo a formação das placas entre os neurônios.

A pesquisadora explica que atualmente, o spray nasal já está sendo testado em camundongos com Alzheimer. De acordo com ela, os camundongos têm apresentado sinais de melhora. “Estamos ainda no início desses testes, que estamos conduzindo em camundongos, nos quais administramos o medicamento. Em termos de segurança, ele se mostrou altamente confiável: mesmo em doses muito superiores à terapêutica, não causou efeitos adversos. Isso nos deixa muito animados, porque demonstra um enorme potencial terapêutico”, afirma Mortari.

Entretanto, Mortari esclarece que o medicamento ainda está em fase de testes, ou seja, a segurança do spray nasal ainda está sendo testada. Para isso, os pesquisadores estão seguindo uma série de protocolos de segurança que são estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

“Se o medicamento for aprovado nos testes de segurança, iremos avançar para utilizar o Spray Nasal em pacientes com Alzheimer. Eu tenho pressa porque o Alzheimer é uma doença muito desafiadora, muito difícil. A sociedade demanda esse medicamento”.

BRASILIANAS

Rosinei Coutinho/STF



O procurador-geral da República, Paulo Gonet

PGR analisa Ficha Limpa e reafirma candidatura Arruda

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou ao Supremo Tribunal Federal parecer em que defende a manutenção de trechos e a suspensão de outros da revisão da Lei da Ficha Limpa, que foram alterados pelo Congresso em 2025. Para ele, dois dispositivos — os parágrafos § 4º-D e § 4º-E da Lei nº 64/1990 — criam distorções ao igualar agentes condenados uma única vez a outros com múltiplas e mais graves condenações.

A manifestação ocorre no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade apresentada pela Rede Sustentabilidade, sob relatoria da ministra Cármen Lúcia.

Apesar de pedir a suspensão de parte das mudanças, Gonet defendeu a manutenção do dispositivo que fixa em 12 anos o prazo máximo de inelegibilidade em casos de múltiplas condenações por improbidade. Segundo ele, o limite unificado “não merece crítica do ponto de vista técnico-constitucional” e se insere na margem legítima.

Efeito prático: A liberação da candidatura de Arruda.

A posição da PGR, se acolhida pelo STF, na prática libera a candidatura do ex-governador José Roberto Arruda. Isso porque sua condenação colegiada ocorreu em 17 de julho de 2014, e o prazo máximo de 12 anos já teria se esgotado.

Dalton Camargos



Duas rodas de conversa sobre a mostra em janeiro

Conversas: ‘Na cidade mora um rio’

Como parte da programação da mostra “Na cidade mora um rio”, de Lino Valente, serão realizadas duas conversas abertas ao público. Os encontros abordarão temas relacionados à paisagem e à arte, com foco na ampliação da percepção do sutil e do olhar nas artes visuais.

Amanhã, dia 9 de janeiro, às 16h, a historiadora da arte e curadora Renata Azambuja conduzirá a conversa “A meditação em movimento”, que trata do aspecto meditativo na obra de Lino Valente. Já no dia 23 de janeiro, também às 16h, a artista Helena Lopes apresenta a fala “Efemeridade da passagem, deslocamento do olhar”. As conversas acontecem na Galeria 3 do Museu Nacional da República, com entrada gratuita e livre.

Em sua primeira individual institucional, Lino Valente parte da questão ambiental para desenvolver uma série de fotografias criadas a partir de frames de filmes. Imagens indefinidas, de cores saturadas, desdobram-se em impressões sobre chapa de metal, videoprojeções, videoinstalações e backlights.

William França

“Inelegibilidade é questão superada”

“Brasilianas” procurou ontem o ex-governador José Roberto Arruda. À coluna, ele afirmou que o parecer “reconhece a competência do Congresso para legislar sobre a matéria” e confirma a constitucionalidade do teto de 12 anos.

Com isso, segundo ele, sua situação de elegibilidade estaria “objetivamente superada”, caso o Supremo acompanhe o entendimento da Procuradoria-Geral da República.

O que Gonet contextou foi o § 4º-D da Lei da Ficha Limpa revista pelo Congresso determina que ações judiciais sobre os mesmos fatos gerem inelegibilidade a partir da primeira condenação colegiada, mesmo que sanções posteriores sejam mais severas.

Já o § 4º-E prevê que, em casos de improbidade conexa julgados em processos separados, o prazo de oito anos deve ser contado a partir da primeira condenação colegiada. Para Gonet, ambos os trechos produzem efeitos desproporcionais e devem ser suspensos cautelarmente.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou partes da norma, mas manteve a questão dos prazos da inelegibilidade.

MP destina R\$ 1,2 MI para projetos

A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor (Prodecon) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) destinou R\$ 1,2 milhão para ações e projetos sociais e políticas públicas por meio de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e Acordos de Não Persecução Penal (ANPPs) celebrados ao longo de 2025. A estratégia transforma penalidades e compromissos legais em benefícios diretos à população, com foco na proteção do consumidor e no bem-estar.

O promotor de justiça Paulo Binichski destaca que os acordos celebrados pelo MPDFT vão além da responsabilização formal e podem produzir efeitos concretos para a sociedade. “Os TACs são instrumentos de reparação célere e de indução de condutas responsáveis”, afirma. Para ele, quando aplicada com técnica e responsabilidade, a autocomposição “pode se converter em política pública de transformação social”, com impactos mensuráveis na vida dos consumidores e no fortalecimento da cultura de respeito aos direitos difusos.



Dados mostram mais pesquisas e patentes lançadas em 2025

UnB teve 109 ativos de propriedade intelectual

Universidade consolida proteção do conhecimento científico

A Universidade de Brasília (UnB) contabilizou 109 Ativos de propriedade intelectual (PI) em 2025, superando os 70 registros do ano anterior e ampliando a inserção do conhecimento acadêmico no Distrito Federal.

De acordo com a Secretaria de Comunicação institucional (Secom-UnB), até dezembro, foram formalizados 40 pedidos de patente, 12 desenhos industriais, 52 programas de computador e 5 marcas institucionais.

No mesmo período, 30 tecnologias foram licenciadas, o que permitiu a aplicação de resultados de pesquisas fora do ambiente universitário.

O desempenho está ligado à atuação do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT), responsável por orientar a proteção, a transferência e o uso econômico das criações desenvolvidas na instituição. Ao longo do ano, o CDT intensificou ações de apoio a docentes, estudantes, pesquisadores e técnicos.

Entre as iniciativas, houve o fortalecimento do Núcleo de Propriedade Intelectual, que passou a operar com equipe multidisciplinar, rotinas atualizadas e capacitações permanentes.

O centro também implantou o Programa CDT INTEGRA, com visitas quinzenais aos quatro campi da UnB, ampliando o contato direto com a comunidade acadêmica e estimulando novos registros. Após a formalização

das proteções, o CDT acompanha os projetos no processo de transferência de tecnologia.

Segundo a Secom, a atuação busca identificar oportunidades de licenciamento e, quando possível, de comercialização, ampliando as chances de produtos, processos e serviços chegarem ao mercado ou a políticas públicas.

Esse fluxo é reforçado pelo Programa PRISMA, criado em 2025 para apoiar a conversão de projetos acadêmicos em ativos protegidos e soluções aplicáveis.

Para a UnB, os avanços internos também repercutiram em avaliações externas. Em 2025, a Universidade subiu seis posições no ranking IESE, da Confederação Brasileira de Empresas Juniores, alcançando o 10º lugar entre as instituições de ensino superior mais empreendedoras do país e mantendo a liderança na região.

O crescimento dos registros foi influenciado por políticas de estímulo à inovação. Em 2024, a instituição lançou o Edital DPI/CDT/PCTEC nº 01/2024, direcionado a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação com potencial de geração de ativos e impacto socioambiental.

Ao todo, 73 propostas foram contempladas, com exigência de registro como parte da prestação de contas. Como o edital segue em execução, os efeitos mais amplos são esperados para 2026. As proteções realizadas pelo CDT são acompanhadas desde o início.

CORREIO SUDESTE

Bruno Peres/Agência Brasil



Defesa Civil emitiu estado de alerta para capital

SP: temporais provocam alagamentos e falta de energia

As fortes chuvas que atingiram a capital paulista na tarde de quarta-feira (7) provocaram diversos pontos de alagamento e levaram a Defesa Civil a emitir alerta severo para a região metropolitana de São Paulo às 16h50.

Com o temporal, houve o registro de residências sem energia. De acordo com um boletim divulgado pela Enel, concessionária de energia elétrica que atende a Grande São Paulo, cerca de 43 mil clientes estão neste momento sem luz, sendo que 37 mil deles são moradores da capital.

Em cerca de três horas, os acumulados de chuva chegaram a 102 milímetros na região de Santana, na zona norte paulistana.

SP: temperatura pode chegar a 36°C

A temperatura em São Paulo pode chegar a 36°C no próximo domingo (11), segundo previsão do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

Já a temperatura mínima deve ficar em 21°C, além da presença de muitas nuvens com possibilidade de chuvas isoladas. Ainda de acordo com a previsão meteorológica, a temperatura aumenta gradativamente ao longo dos próximos dias.

Joédson Alves/Agência Brasil



Jovem de 14 anos desapareceu no mar de Copacabana

Corpo de jovem é liberado pelo IML

O Instituto Médico-Legal (IML) confirmou que o corpo encontrado nessa terça-feira (6) por bombeiros, em Copacabana (altura do posto 3), é de Luiz Gabriel de Souza Silva, de 14 anos.

Em nota, o IML diz que o corpo do adolescente foi “liberado e aguarda a retirada pelos familiares.”

Luiz Gabriel havia desaparecido na manhã do dia 31 de dezembro, quando foi atingido por onda na arrebentação quando brincava na faixa de areia da praia. Naquele dia, o mar de Copacabana estava agitado e com ressaca.

Interino exonera mais de 200 da Alerj

O presidente interino da Alerj, Guilherme Delaroli (PL), exonou na terça mais de 200 funcionários, entre eles um filho e uma ex-mulher do ex-governador Sérgio Cabral. Eles integravam a estrutura montada pelo deputado Rodrigo Bacellar (União Brasil), presidente afastado da Alerj, suspeito de vazar informações de operação contra o ex-deputado TH Jóias, ligado ao Comando Vermelho.

Licenciamento 2026

Já é possível realizar o licenciamento 2026 em São Paulo. O Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) abre, no primeiro semestre, a oportunidade para veículos com qualquer final de placa terem sua situação regularizada de forma antecipada, previamente ao início do calendário oficial.

Casa própria

O Governo de São Paulo entregou na quarta-feira (7) as chaves de 324 moradias viabilizadas pelo programa Casa Paulista em Araçatuba. Com renda mensal de até três salários mínimos, cada família contemplada recebeu subsídio estadual no valor de R\$ 10 mil via Carta de Crédito Imobiliário (CCI).

‘Disciplinas’

A Polícia Civil de São Paulo identificou oito suspeitos de atuarem como “disciplinas” de uma facção criminosa, ou seja, os responsáveis por decidir as punições contra aqueles que não cumprem as “regras” impostas pela organização. Dois homens foram presos durante uma operação na quarta-feira (7).

Exposição

A exposição “São Paulo – Paris: A Descoberta de Tarsila do Amaral”, no Palácio dos Bandeirantes, recebe mais uma obra ilustre da artista: o quadro “Segunda Classe” (1933), que passa a integrar a mostra ao lado da icônica “Operários”. A obra “Segunda Classe” é considerada uma peça-chave da chamada “fase social” de Tarsila do Amaral.

Agrotóxicos

Governo do Rio de Janeiro destaca o fortalecimento das ações de fiscalização e controle do uso de agrotóxicos com a regulamentação da aplicação por drones no estado. A medida estabelece regras claras para o uso dessa tecnologia na agricultura, com foco em segurança, transparência e proteção à saúde.

‘Resort’ do tráfico

A Polícia Civil do Rio de Janeiro realizou uma nova ofensiva da Força-Tarefa Cerco Total, dentro da Operação Tornoque, na quarta-feira, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, em região conhecida como “resort” do traficante Peixão. Três criminosos foram presos e um fuzil apreendido, disse a polícia.



Valor é vinculado a pessoas e organizações criminosas

No Rio, crime organizado teve R\$ 906 mi bloqueados

Gaeco ajuizou 70 denúncias contra 767 pessoas em 2025

Da Redação

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) encerrou 2025 com números expressivos no enfrentamento financeiro às organizações criminosas que atuam no estado. Como resultado da atuação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) ao longo do ano, foi requerido ao Judiciário o bloqueio de R\$ 906.265.077,21 em recursos vinculados a pessoas e organizações criminosas.

Para isso, o grupo qualificou seus métodos de investigação, ampliou o intercâmbio de informações relacionadas a crimes financeiros de alcance nacional e transnacional e firmou parcerias estratégicas que permitiram expandir o alcance de suas ações. Um exemplo é o Acordo de Cooperação Técnica firmado pelo MPRJ com a Polícia Civil, em março do ano passado, com o objetivo de ampliar a aplicação do confisco de bens nas investigações patrimoniais, instrumento essencial para rastrear, bloquear e recuperar patrimônios ilícitos.

De acordo com a coordenadora do Gaeco, promotora de Justiça Letícia Emile Alqueres Petriz, o impacto dessas ações vai além dos números.

“A asfixia financeira das organizações criminosas atinge o núcleo de sustentação, enfraque-

cendo a capacidade de operação e expansão. A atuação do Gaeco é estrategicamente orientada para minar o poder econômico desses grupos, especialmente por meio da investigação patrimonial e da aplicação do confisco alargado, que permite retirar da criminalidade os recursos obtidos de forma ilícita e impedir sua reinserção no circuito econômico”, afirmou.

Em 2025, o Gaeco ajuizou 70 denúncias contra 767 pessoas, entre elas 120 agentes públicos, e obteve ordens judiciais que subsidiaram 39 operações voltadas ao cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão.

Entre as principais ações realizadas ao longo do ano, o MPRJ cumpriu mandados de busca e apreensão contra investigados pelo envolvimento no homicídio do advogado Rodrigo Crespo; atuou no cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão contra integrantes de uma organização criminosa que furtava petróleo bruto dos dutos da Transpetro, com atuação nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais; e participou de ações conjuntas com ministérios públicos de outros estados, como a Operação Carbono Oculto, deflagrada pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP) contra um esquema bilionário de adulteração e distribuição irregular de combustíveis.

Fundo Social e PM entregam 4,8 mil cestas básicas em SP

Ação conjunta pode beneficiar até 19 mil pessoas em municípios

O Fundo Social de São Paulo iniciou nesta semana o repasse de 4.800 cestas básicas a municípios do litoral paulista como parte das ações da Operação Verão Integrada, iniciativa inédita do Governo do Estado lançada em dezembro de 2025. A ação é realizada em parceria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo e pode beneficiar até 19,2 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social. As entregas municipais tiveram início no dia 6 e seguem até 11 de janeiro.

Do total de cestas, 3.800 são destinadas a municípios da Baixada Santista e do Litoral Sul, enquanto mil unidades atendem cidades do Litoral Norte. Na Baixada Santista e no Litoral Sul, 12 municípios são contemplados: Bertioga, Cananéia, Cubatão, Guarujá, Ilha Comprida, Iguape, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente. No Litoral Norte, a distribuição ocorre nos municípios de São Sebastião, Ilhabela, Ubatuba e Caraguatatuba.

Na Operação Verão Integrada, o Fundo Social de São Paulo é responsável pela doação e pelo repasse institucional das cestas básicas, garantindo apoio alimentar emergencial às famílias em situação de vulnerabilidade social. A Polícia Militar atua na logística e na entrega das cestas aos municípios, assegurando transporte, organização e segurança durante toda a operação.

A ação faz parte da Operação



Estado de São Paulo

Do total de cestas, 3.800 são destinadas a municípios da Baixada Santista e do Litoral Sul

Verão Integrada, que reúne diversas secretarias estaduais em atuação conjunta para reforçar a segurança, a saúde, a mobilidade urbana e a proteção ambiental durante o período de maior movimentação turística no Estado. A distribuição das cestas básicas também apoia o atendimento emergencial de famílias que vivem em áreas suscetíveis a eventos climáticos, como temporais, deslizamentos, alagamentos e enxurradas, mais comuns nesta época do ano.

'Nosso propósito é levar alimento e dignidade'

De acordo com a primeira-dama do Estado e presidente

do Fundo Social de São Paulo, Cristiane Freitas, a ação reafirma o compromisso estadual com a proteção social, especialmente em períodos de maior vulnerabilidade. "Operações como essa demonstram como o trabalho conjunto entre diferentes áreas amplia o cuidado com as pessoas. Nosso propósito é levar alimento e dignidade, garantindo apoio imediato às famílias que mais precisam", afirmou.

As cestas básicas são compostas por alimentos de primeira necessidade, como arroz, feijão, açúcar, macarrão e óleo de soja, além de itens que contribuem para uma alimen-

tação mais equilibrada, como farinha de mandioca, achocolatado, extrato de tomate, leite em pó, sardinha e temperos. Todos os produtos seguem critérios de qualidade e equilíbrio nutricional, assegurando apoio alimentar emergencial às famílias atendidas.

A ação reforça o papel do Fundo Social de São Paulo como articulador de políticas públicas voltadas ao enfrentamento da insegurança alimentar, em parceria com órgãos e instituições do Estado, garantindo resposta rápida e eficiente às demandas sociais em diferentes regiões paulistas.

Procon-ES fiscaliza listas de material escolar

O Instituto Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-ES) está intensificando as fiscalizações das listas de material escolar em escolas particulares da Grande Vitória. A ação tem como objetivo verificar possíveis práticas abusivas nas exigências feitas aos pais e responsáveis para o ano letivo, garantindo o cumprimento da legislação de defesa do consumidor.

Durante as visitas, os fiscais do Procon-ES estão orientando as instituições de ensino e entregando a Nota Técnica nº 06/2025, elaborada pelo órgão, que estabelece critérios para identificar irregularidades nas listas de material escolar. O documento reúne orientações sobre quais itens podem ou não ser exigidos, considerando a finalidade pedagógica, o planejamento escolar e os direitos dos consumidores.

A Nota Técnica também foi encaminhada ao Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Espírito Santo (Sinepe-ES), para que o conteúdo seja repassado às escolas do Estado.

Entre as situações mais questionadas pelos consumidores, durante esse período, estão a exigência de materiais sem finalidade pedagógica, itens de uso coletivo, quantidades excessivas, imposição de marca, modelo ou estabelecimento específico para compra, obrigatoriedade de aquisição integral da lista sem possibilidade de fracionamento, práticas de venda casada e o condicionamento da matrícula à compra de material didático.

Essas condutas são consideradas práticas abusivas e violam o Código de Defesa do Consumidor (CDC), além de outras normas legais que regulam a relação entre instituições de ensino e famílias. A Nota Técnica reforça que as listas devem ser claras, justificadas e compatíveis com o processo de ensino-aprendizagem, respeitando os limites legais.

A diretora-geral do Procon-ES, Letícia Coelho Nogueira, destaca que a atuação do órgão busca prevenir abusos e orientar tanto escolas quanto famílias. "Ao fiscalizar e orientar as instituições de ensino, buscamos assegurar que as listas de material escolar sejam elaboradas com critérios claros", afirmou.

Governador do Espírito Santo sanciona lei que protege a pesca artesanal

O governador do Estado, Renato Casagrande, sancionou, nesta quarta-feira (07), a lei que proíbe a pesca de cerco com embarcações do tipo traineira nas 12 milhas náuticas do litoral capixaba. A norma estabelece regras claras para organizar a atividade pesqueira no Espírito Santo e proteger a pesca artesanal, garantindo o sustento de centenas de famílias de comunidades litorâneas. A solenidade contou com a presença de representantes de municípios costeiros, pescadores artesanais e autoridades ambientais.

A proposta foi baseada em estudos técnicos construídos de forma conjunta por órgãos ambientais, de gestão da pesca e instituições científicas, como as secretarias do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama) e da Agricultura,



Mateus Fonseca/Governo-ES

Determinação também organiza a atividade pesqueira no ES

Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag), o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), o Instituto Chico Mendes de Conservação

da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

"Quando vocês estão pescando e gerando renda para suas famílias,

isso também nos motiva a levar o Espírito Santo para frente. Governamos para todos os capixabas, e receber os pescadores no Palácio Anchieta demonstra esse compromisso. Essa era uma demanda antiga da categoria, pois as embarcações que utilizam esse tipo de pesca predatória comprometem o ciclo de crescimento, desenvolvimento e reprodução das espécies. Assim, protegemos também o pescador artesanal, que muitas vezes encontra dificuldades para garantir pescado suficiente e sustentar suas famílias", comentou o governador.

Os dados analisados nos estudos indicam que a pesca com traineiras possui um poder de captura significativamente superior ao das demais modalidades praticadas no Espírito Santo.

Programa de BH leva cuidadores a idosos vulneráveis

Maior Cuidado é um programa público voltado a idosos fragilizados

Cláudia Collucci (Folhapress)

Diagnosticada com doença de Parkinson há quase duas décadas, Maria Salete Félix, 75, depende hoje de ajuda para tarefas simples, como ir ao banheiro, tomar banho e se alimentar. A filha, Joana Darc Félix Lopes de Sena, 40, é responsável sozinha pelo cuidado da mãe, apesar de ter outros dois irmãos.

Ela cuida também da filha de quatro anos, da casa e ajuda o marido na pequena marcenaria instalada no fundo do quintal. Com a segunda gestação avançando e o estado de saúde da mãe agravado, Joana passou a contar com a ajuda de cuidadores de um programa municipal de Belo Horizonte.

“Foi uma luz no fim do túnel”, diz Joana. As cuidadoras chegam às 8h e ficam na casa até por volta das 11h30. “Elas ajudam no banho, na alimentação, dão a medicação que precisa, fazem companhia, aplicam jogos de memória.

Eu nem consigo mais imaginar a vida sem essas meninas [cuidadoras]”, diz Joana.

Criado em 2011, o Maior Cuidado é um programa público voltado a idosos fragilizados, em situação de dependência ou semidependência, que vivem em contextos de alta vulnerabilidade social. A iniciativa mineira passou a integrar oficialmente o Plano Nacional de Cuidados Brasil que Cuida, aprovado no último dia 15 de dezembro pelo governo federal.

Uma das principais novidades do plano nacional é a regulamentação, em nível nacional, da profissão de cuidador social, figura central do programa mineiro, que atende cerca de 720 idosos por mês em toda a capital, com uma rede de 210 cuidadores distribuídos pelos 37 Cras (Centros de Referência da Assistência Social).

Segundo a assistente social Ana Cristina da Silva, responsá-

vel pela coordenação do Maior Cuidado, cada cuidador acompanha, em média, até quatro idosos, com carga máxima de 20 horas semanais de atendimento domiciliar. “O programa não substitui a família, ele apoia a família”, afirma.

O atendimento varia conforme a necessidade de cada idoso e a configuração familiar: há quem receba visitas três vezes por semana e quem conte com apoio diário, sempre de segunda a sexta-feira, em períodos de duas a quatro horas.

O perfil dos atendidos revela as mudanças do processo de envelhecimento no Brasil. São, em sua maioria, idosos com mais de 70 anos, renda familiar de até três salários mínimos, muitos beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada) ou do Bolsa Família.

Cresce também o número de idosos sem filhos ou que moram sozinhos, o que impõe novos de-

saíofos à política pública. “A gente percebe uma redução da retaguarda familiar”, diz Ana Cristina. “Quando o idoso chega a um grau de dependência maior, o programa não dá conta sozinho. A alternativa acaba sendo o acolhimento institucional.”

O diferencial do Maior Cuidado está na articulação entre assistência social e saúde pública. O plano de cuidado é construído de forma intersetorial, com reuniões mensais entre as equipes dos Cras e das unidades de saúde de referência.

Os cuidadores atuam tanto em atividades de convivência como estímulo cognitivo, resgate da história de vida e circulação pelo território quanto em ações básicas de saúde, como banho, administração de medicamentos, organização da alimentação, mudanças de decúbito (prática de alterar a posição de pacientes acamados) e acompanhamento a consultas.

“A saúde sozinha não dá conta do cuidado, e a assistência social sozinha também não”, afirma a geriatra Karla Giacomini, que atua na coordenação de atenção à saúde da pessoa idosa de Belo Horizonte e uma das mentoras do programa.

Segundo ela, o Maior Cuidado nasceu do reconhecimento de que os idosos mais vulneráveis eram aqueles que reuniam fragilidade clínica, funcional e social. “Estamos falando de pessoas que vivem em áreas periféricas, muitas vezes invisíveis para o poder público. O cuidador vai onde ninguém vai.”

Pesquisas independentes reforçam o impacto do modelo. Avaliação conduzida por pesquisadores internacionais apontou que idosos assistidos pelo programa têm custo de internação hospitalar cerca de 34% menor do que aqueles com perfil semelhante que não recebem o cuidado domiciliar.



Cuidadores da Prefeitura de Belo Horizonte fazem atendimento domiciliar de idoso

Governo de Minas investiu mais de R\$ 100 milhões em saúde mental em 2025

O investimento em saúde mental tem sido uma das prioridades do Governo de Minas Gerais que, desde 2019, aplicou mais de R\$ 718 milhões nas diversas etapas do cuidado com a saúde mental, sendo R\$ 100 milhões repassados somente em 2025.

A campanha nacional Janeiro Branco realiza ações, ao longo de todo o mês, para conscientizar a população e o poder público sobre a importância de cuidados com o bem-estar psicológico e estimular a busca por cuidados especializados quando necessário. Inspirada por movimentos como o Outubro Rosa e o Novembro Azul, a iniciativa foi criada pelo psicólogo mineiro Leonardo Abrahão, em 2014.

Taynara de Paula, coordenadora de Saúde Mental da Subse-

cretaria de Rede de Atenção da Saúde da Secretaria Estadual da Saúde de Minas Gerais (SES-MG), observa que a campanha é importante, mas o cuidado deve ser permanente.

“Janeiro nos convida a pensar em como está nossa saúde mental e a das pessoas ao nosso redor, mas acho que a gente precisa pensar nesse tema o ano inteiro e para isso, contamos com a rede de apoio psicossocial”, destaca.

“Diversos fatores podem colocar em risco a saúde mental, como rápidas mudanças sociais, condições de trabalho estressantes, discriminação de gênero, orientação sexual e raça, intolerância religiosa, exclusão social, estilo de vida, problemas físicos, violência e violação dos direitos humanos”, explica Taynara de Paula.



Repasse garante a Rede de Atenção Psicossocial

Há também fatores psicológicos e de personalidade específicos que tornam as pessoas vulneráveis aos transtornos mentais, assim como causas biológicas que contribuem para desequilíbrios mentais.

A Rede de Atenção Psicossocial (Raps) organiza o cuidado e qualifica o atendimento para que as pessoas em sofrimento mental e/ou em uso prejudicial de álcool e outras drogas tenham acesso a

uma atenção contínua, integrada, em liberdade e próxima do lugar onde vivem.

A Raps reúne a Atenção Básica, como unidades de saúde, equipes de Saúde da Família e o Consultório na Rua, a Atenção Psicossocial Especializada, que engloba os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e os Serviços Residenciais Terapêuticos, a Atenção de Urgência e Emergência, como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e pronto-socorro. “Todos esses pontos têm o objetivo de garantir cuidado humano, territorial, inclusivo e comprometido com a superação do modelo manicomial”, destaca a coordenadora Taynara de Paula.

CORREIO NORDESTE

Luciana Pires



Estado inicia período de matrículas de alunos

Bahia inicia processo de matrícula na rede estadual

A Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC) inicia, na próxima segunda-feira (12), o processo de matrícula para as escolas da rede estadual. As inscrições seguem até dia 20 e devem ser realizadas pela plataforma ba.gov.br. O calendário começa na segunda-feira (12) com atendimento às pessoas com deficiência (PcD). Na terça (13), a matrícula será destinada a estudantes da rede estadual que necessitam de transferência por não renovação ou mudança de escola. Na quarta-feira (14), o processo atende concluintes do 5º ou do 9º ano do Ensino Fundamental da rede pública municipal. Para novos alunos, o ingresso na rede estadual ocorre em duas etapas: no dia 16 para o Ensino Fundamental e nos dias 19 e 20 para o Ensino Médio.

PB: hospital tem alta nos atendimentos

O Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, em João Pessoa, consolidou-se em 2025 como referência em saúde pública da Paraíba, com 118.227 atendimentos de urgência e emergência. As quedas lideraram as ocorrências, seguidas por acidentes de trânsito. A unidade realizou 14.345 cirurgias e manteve alta demanda entre adultos e idosos, reforçando seu papel estratégico no atendimento especializado e contínuo à população.

Secretaria de Saúde



Agentes monitoram residências no estado

BA: redução nos casos de dengue

A Bahia registrou uma grande redução no número de casos de arboviroses em 2025, quando comparado ao ano anterior. Em 2025, foram notificados 32.715 casos prováveis de dengue no estado, enquanto em 2024, foram notificados 232.645, o que representa uma redução de 86%. Em relação à chikungunya, o estado registrou 2.562 casos prováveis em 2025, correspondendo a uma redução de 84,7% em comparação com o mesmo período de 2024. Os indicadores de zika também apresentaram decréscimo: foram 305 casos em 2025, contra 1.192 no ano anterior, uma redução de 74,4%.

Sergipe avança em políticas de saúde

O projeto Saúde na Praça, do Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe, completa um ano neste mês de janeiro. Realizada semanalmente em Aracaju, a iniciativa oferece aferição de pressão arterial, medição de glicemia, orientações de saúde e atividades físicas, promovendo prevenção, autocuidado e bem-estar para beneficiários, colaboradores e o público em geral.

Doação

O Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará alcançou, em 2025, um marco histórico, ao registrar 119.100 doações de sangue, o maior número já contabilizado desde o início da consolidação informatizada dos dados, na década de 1990. O resultado representa um crescimento superior a 8 mil doações em relação a 2024.

Atendimentos

O Hospital Regional Costa do Cacau (HRCC), em Ilhéus (BA), alcançou a marca de mais 520 mil procedimentos em um ano. Na Clínica Médica foram 5.883 atendimentos e na Clínica Cirúrgica foram 5.214. Referente aos indicadores no Leito Complementar: 474 saídas das UTIs e 10.481 diárias nas UTIs. No internação (saídas) foram 11.571.

Renegociação

A Secretaria da Fazenda de Sergipe (Sefaz) divulgou os resultados do 'Regulariza Sergipe', programa de renegociação de débitos tributários promovido pelo governo entre novembro e dezembro de 2025. Foram realizados 4.324 parcelamentos, resultando na recuperação de mais de R\$ 278 milhões para os cofres públicos.

Convocados

O governo do estado do Rio Grande do Norte anunciou a primeira convocação do concurso público da Educação, realizado no último ano, chamando 1.607 professores e especialistas para reforçar a Rede Estadual de Ensino. O concurso previa, inicialmente 598 vagas, esse número foi ampliado para 1.607 garantindo reforço em todo o estado.

Esportes

A Secretaria do Esporte do estado do Ceará está com inscrições abertas para os 216 núcleos do Projeto Esporte em 3 Tempos. No total, são 21.600 vagas para a população – 100 por núcleo. Os interessados devem procurar o núcleo de sua região para realizar a inscrição ou atualizar o cadastro. As aulas terão início dia 19.

Doação de sangue

O Hemocentro do Estado do Rio Grande do Norte (Hemonte) convoca a população a comparecer ao hemocentro para doar sangue e ajudar a repor os estoques, que estão em nível crítico. Os interessados em doar devem procurar o Hemonorte, que está localizado na AV. Alexandrino de Alencar, 1800, Tirol.



Estado registra alta nos transplantes de órgãos

Piauí bate recorde em transplantes de órgãos

Estado também registrou alta nas doações de órgãos

O Piauí registrou, em 2025, números históricos em transplantes e doação de órgãos, consolidando avanços significativos na saúde pública do estado.

Dados divulgados pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesapi), por meio da Central Estadual de Transplantes, apontam crescimento expressivo em relação a 2024, evidenciando o fortalecimento das ações de conscientização, captação de órgãos e realização de procedimentos transplantológicos.

Nas doações de tecidos (córneas) com coração parado, o estado passou de 134 registros em 2024 para 157 em 2025. Já as doações de múltiplos órgãos efetivadas aumentaram de 39 para 54 no mesmo período.

O número de transplantes de córneas também apresentou avanço significativo, saindo de 265 procedimentos em 2024 para 287 em 2025. O crescimento mais expressivo foi registrado nos transplantes renais, que passaram de 40 para 74, quase dobrando em apenas um ano.

Até o final do ano passado, mais de 900 pacientes aguardavam por um transplante de órgão. 508 pacientes aguardam transplante de rim e 411 esperam por uma córnea, segundo dados da Secretaria de Saúde do Estado. Ainda de acordo com a Sesapi, o número de transplantes cresceu nos últimos dois anos.

Segundo dados do Ministério

da Saúde, em 2024, o Brasil bateu recorde histórico com mais de 30 mil transplantes de órgãos realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Houve um crescimento de 18% em relação a 2022, superando o cenário pré-pandemia. De acordo com a pasta, em 2024 os órgãos mais transplantados foram: Rim (6.320), Córnea (17.107), Fígado (2.454) e Medula Óssea (3.743). Em 2024, o país contava com 4.000 doadores efetivos e as maiores demandas de órgãos foram: Rim (42.838), Córnea (32.349) e Fígado (2.387). Atualmente 78 mil pessoas aguardam pela doação de órgãos.

O SUS realiza a Prova Cruzada Real, um exame que mistura os antígenos do doador com o soro do possível receptor. Caso o receptor possua anticorpos contra os antígenos do doador, ocorre uma reação, indicando maior risco de rejeição do órgão.

A Prova Cruzada Virtual utiliza dados imunológicos previamente cadastrados em um sistema, obtidos a partir de amostras de soro dos receptores armazenados em sorotecas distribuídas por todo o país.

Segundo o Ministério da Saúde, quando a prova virtual é positiva, há maior probabilidade de que a prova cruzada real também seja. Com isso, apenas os candidatos com resultado negativo na prova virtual serão convocados para realizar a prova cruzada real.

Polícia Científica de Alagoas bate recorde em investimentos

Investimentos externos modernizam perícia criminal e fortalecem segurança

A Polícia Científica de Alagoas encerrou 2025 com um recorde histórico em investimentos voltados à modernização e ao fortalecimento da perícia criminal.

Ao todo, foram captados R\$ 7,7 milhões em recursos externos ao Tesouro Estadual, destinados à aquisição de equipamentos, tecnologia de ponta e expansão da capacidade técnica dos institutos periciais, consolidando o órgão como referência na gestão eficiente de verbas para segurança pública.

O volume de recursos chama atenção não apenas pelo valor, mas também pela origem: a totalidade do montante foi captada fora do Tesouro Estadual, por meio de convênios e fundos nacionais, evidenciando uma gestão focada em planejamento e eficiência.

O balanço anual revela um avanço expressivo na execução de projetos financiados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Em comparação aos anos de 2023 e 2024, quando a média de empenhos anuais ficou em torno de R\$ 2,2 milhões, a Polícia Científica conseguiu dobrar esse desempenho em 2025, alcançando R\$ 4,4 milhões em recursos empenhados apenas junto ao fundo federal.



Ascom/Polícia Civil

Investimento de 7 milhões viabiliza modernização

O resultado consolida a instituição como uma das mais eficientes do estado na captação e aplicação de verbas externas destinadas à segurança pública.

Os investimentos foram direcionados, principalmente, à modernização tecnológica dos Institutos de Medicina Legal e de Criminalística. Entre os destaques está a aquisição de um scanner corporal Flatscan para o IML de Arapiraca, equipamento avaliado em R\$ 1,3 milhão.

A tecnologia permitirá maior

precisão e agilidade nos exames de necropsia, além de aprimorar a coleta de vestígios e ampliar a segurança das equipes periciais durante os procedimentos.

O Laboratório Forense do Instituto de Criminalística também recebeu reforço significativo com a compra de um Analisador Genético, um Espectrômetro por Transformada de Fourier (FT-IR) e três Cromatógrafos.

Os equipamentos são considerados essenciais para exames de alta complexidade nas áreas de

genética, química e toxicologia forense, ampliando a capacidade de resposta da perícia em investigações criminais.

Já os setores responsáveis pelas Perícias de Local de Crime e de Microvestígios foram contemplados com um tablet multiespectral e três smartphones forenses, ferramentas que auxiliam na identificação e coleta de impressões digitais e vestígios biológicos em cenas de crime e objetos apreendidos.

Além dos recursos do FNSP, a

Polícia Científica assegurou mais de R\$ 2,1 milhões por meio de convênio com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), além de R\$ 507 mil oriundos de emendas parlamentares.

No fechamento do ano, também foram empenhados R\$ 623.824,96 referentes a dois projetos financiados pelo Fundo Especial de Segurança Pública (Funesp), voltados ao fortalecimento da Informática Forense, especialmente nas perícias em dispositivos móveis.

A ampliação da estrutura técnica e tecnológica da Polícia Científica impacta diretamente a eficácia da persecução penal em Alagoas.

A produção de provas materiais mais robustas contribui para investigações mais precisas, fortalece os inquéritos policiais e amplia a capacidade de identificação de autoria.

O resultado alcançado ao longo de 2025 é atribuído a um planejamento estratégico contínuo e à atuação técnica especializada das equipes responsáveis pela elaboração e execução dos projetos.

A consolidação desses investimentos reforça o papel da Polícia Científica como pilar fundamental do sistema de segurança pública e da justiça criminal em Alagoas.

Ceará reduz mortalidade infantil em 17,6%

O Ceará reduziu em 17,6% a taxa de mortalidade infantil (TMI) entre 2011 e 2024, de acordo com dados do Boletim Epidemiológico Mortalidade Infantil e Fetal da Secretaria da Saúde do Ceará (Sesa). No período, a taxa passou de 13,6 óbitos de crianças menores de um ano por mil nascidos vivos em 2011 para 11,2 em 2024.

Segundo o boletim, nos anos 2011 a 2024, foram notificados no estado 21.221 óbitos em crianças menores de 1 ano, correspondendo a uma média de 1.542 óbitos/ano. Uma das causas apontadas para essa redução, de acordo com a Sesa, são as iniciativas do projeto De Braços Abertos. Lançado em 2024, com o objetivo de organizar e qualificar os atendimentos nas diversas esferas da Atenção Primária, ele busca promover o cuidado integral e ampliar o acesso aos serviços.

Estruturado em três eixos — educação permanente dos profis-

sionais, planificação da atenção à saúde e articulação regional da Atenção Primária —, o projeto tem atuação estratégica na linha de cuidado materno-infantil.

A Sesa explica que a mortalidade infantil pode ser classificada em três componentes: neonatal precoce (óbitos de crianças de 0 a 6 dias de vida completos), neonatal tardia (óbitos de crianças de 7 a 27 dias de vida completos) e pós-neonatal (óbitos de crianças entre 28 e 364 dias).

Nos 14 anos analisados, a taxa média da mortalidade neonatal precoce foi de 6,6 óbitos ano por mil nascidos vivos, apresentando em 2024 uma redução de 19,4% comparado a 2011. No mesmo período, a mortalidade pós-neonatal registrou uma taxa média de 3,7 óbitos/ano por mil nascidos vivos, máxima de 4,3 no ano de 2011 e mínima de 3,3 nos anos de 2020 e 2023. Entre 2011 e 2024 observa-se uma redução de 16,2%. A mortalidade neonatal tardia manteve-se estável, com

taxa média de 2,0 óbitos/ano, sendo a menor 1,7 em 2021 e máxima de 2,2 nos anos de 2011 e 2013.

Na distribuição regional do número de óbitos e da TMI por mil nascidos vivos, observa-se que, no ano de 2024, a menor taxa foi na Superintendência Regional de Saúde (SR) Cariri (9,8%) e a maior na SR Litoral Leste (12,5%).

Uma das metas do atual Plano Estadual de Saúde é chegar a 2027 com uma taxa de mortalidade infantil de 9,5 óbitos por mil nascidos vivos no Ceará.

A taxa de mortalidade infantil no Brasil tem diminuído significativamente, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrando 12,59 óbitos por mil nascidos vivos em 2023, representando uma queda histórica. Essa redução na taxa de mortalidade é impulsionada principalmente por políticas públicas e avanços na atenção primária.

Tiago Stille/Gov do Ceará



Taxa de mortalidade infantil tem queda no estado

Itaparica comemora 203 anos da independência da Bahia

Celebrações deram início às comemorações em 2026

A Ilha de Itaparica voltou a ocupar o centro da história baiana nesta quarta-feira (7), ao dar início às celebrações pelos 203 anos da Independência do Brasil na Bahia. Ruas, praças e espaços sagrados foram tomados por ritos, manifestações culturais e encenações que reafirmam a importância do território itaparicano na luta que garantiu a expulsão das forças portuguesas da Baía de Todos-os-Santos.

O governador Jerônimo Rodrigues (PT) destacou o caráter pedagógico e simbólico da celebração.

“Itaparica ensina que a Independência não foi um gesto isolado, mas o resultado da mobilização popular, da coragem e da ancestralidade. Celebrar aqui é reafirmar que a história da Bahia foi escrita pelo povo”, afirmou.

A programação começou com a recepção das autoridades pelo prefeito de Itaparica, Zezinho, seguida pelo ato simbólico de entrega da imagem do Caboclo aos Guarani, após permanecer um ano na prefeitura. Carregado nos ombros pelo cacique Guarani Emanuel Pita, o Caboclo iniciou o cortejo até a Fonte da Bica e, depois, seguiu em carro aberto até a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento, onde foi realizada a cerimônia do Te Deum.

Após o rito, o cortejo percorreu ruas do Centro Histórico até o Campo Formoso, onde a imagem foi colocada no Panteão,



Festa em Itaparica marca início das comemorações dos 203 anos

com encerramento na aldeia Guarani, que apresentou o espetáculo cultural “Auto da Rouba-da da Rainha”.

Impacto

Quem acompanhou de perto sentiu o impacto da experiência. A arquiteta pernambucana Luiza Moraes, visitante na ilha durante o feriado, se emocionou com a dimensão do evento. “É uma história que não fica distante. A gente caminha junto, escuta, participa. Dá para sentir que essa Independência ainda pulsa”, relatou.

Para o secretário estadual de Cultura, Bruno Monteiro, a força da celebração está na permanên-

cia da tradição aliada à participação popular. “A Independência da Bahia se mantém viva porque é celebrada nos territórios onde ela aconteceu. Em Itaparica, cultura não é espetáculo: é pertencimento, memória e transmissão entre gerações”, avaliou.

As atividades seguem até sábado (11), com uma programação que reafirma Itaparica como território de memória viva, onde passado e presente se encontram para celebrar a identidade, a resistência e a cultura do povo baiano.

2 de julho

A Bahia comemora sua independência no dia 2 de julho, e

não no dia 7 de setembro, quando ela foi proclamada por Dom Pedro I. Isso porque depois da proclamação, houve resistência dos portugueses e guerra na Bahia por quase um ano a mais.

Na verdade, as lutas começaram ainda antes da proclamação, em 19 de fevereiro de 1822 e duraram até 2 de julho de 1823. Somente após esse movimento, a província da Bahia unificou-se ao território brasileiro.

Assim, ao contrário da pacífica proclamação feita pelo filho do rei de Portugal, Dom João VI, a conquista da independência deu-se após guerra e a perda de muitas vidas.

Procon fiscaliza praias de Aracaju

O Procon Aracaju realizou, nesta terça-feira (6), uma ação preventiva de fiscalização na Praia de Atalaia, na zona Sul da capital, com o objetivo de orientar comerciantes e consumidores e verificar se os estabelecimentos que atuam na faixa de areia estão cumprindo a legislação vigente.

A medida acontece após uma série de denúncias de práticas abusivas em praias de outras regiões do país, como cobrança de taxa de reserva e exigência de consumação mínima.

A iniciativa teve o objetivo de esclarecer regras essenciais sobre cobrança de serviços e direitos do consumidor. Entre os pontos reforçados pelo órgão, estão: a proibição de exigência de consumação mínima; a opção do cliente de pagar ou não os 10% de taxa de serviço; e a necessidade de informar previamente os valores de mesas, cadeiras e guarda-sóis.

A faixa de areia, considerada bem público, não pode ser objeto de cobrança, e toda informação sobre preços deve estar clara em cardápios e comandas. Durante a operação do Procon, os comerciantes receberam orientações detalhadas sobre como se adequar à legislação, garantindo transparência e segurança para os frequentadores.

A ação busca permitir que turistas e moradores tenham acesso a informações precisas antes de consumir, fortalecendo a confiança e assegurando uma experiência tranquila na praia.

O Procon destacou que a fiscalização preventiva tem caráter educativo, mas será rigorosa quando forem identificadas irregularidades.

O órgão reforça que continuará acompanhando a atividade na orla, mantendo diálogo constante com os estabelecimentos para prevenir abusos e corrigir práticas irregulares. A medida também visa padronizar procedimentos, evitando conflitos com consumidores e promovendo um ambiente mais organizado e seguro durante o verão.

A fiscalização contribui para consolidar a Praia de Atalaia como um espaço de lazer transparente e acessível. Ao reforçar informações sobre direitos e deveres de consumidores e comerciantes, o Procon busca prevenir abusos e valorizar o turismo.

Estado anuncia Ivete Sangalo e Anitta no Carnaval do Maranhão 2026

O governo do Estado do Maranhão confirmou a participação das cantoras Ivete Sangalo e Anitta no Carnaval do Maranhão 2026. As artistas integram a programação oficial do circuito Vem Pro Mar, na Avenida Litorânea, em São Luís. Ivete se apresenta no pré-Carnaval, em 25 de janeiro, enquanto Anitta sobe ao trio elétrico no sábado oficial da festa, em 14 de fevereiro.

Este é o segundo ano consecutivo em que as cantoras participam da folia maranhense. Em 2025, Ivete reuniu cerca de 600 mil pessoas na Avenida Litorânea, enquanto Anitta levou aproximadamente 550 mil foliões ao circuito no sábado de Carnaval. Os dados são da Polícia Militar do Maranhão. Para 2026, a expectativa é superar o público re-



Ivete Sangalo volta ao pré-Carnaval do Maranhão este ano

gistrado na edição anterior.

As artistas fazem parte de uma programação que reúne grandes nomes da música nacional durante o pré-Carnaval e o Carnaval, realizados pelo Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de

Estado da Cultura. No pré-Carnaval, também estão confirmados Bell Marques, Léo Foguete, Xanddy Harmonia, Chiclete com Banana, Léo Santana, Banda Eva, Rafa e Pipo, Natanzinho Lima e Henry Freitas. No período

oficial, o público contará ainda com Nattan, Alok, Chicabana, Claudia Leitte, Zé Cantor, Felipe Amorim, Calcinha Preta, Zé Vaqueiro, Dennis DJ, Xand Avião, Mari Fernandez, Wesley Safadão, Durval Lelys e Eric Land.

O Carnaval do Maranhão contará com os circuitos Vem Pro Mar, na Avenida Litorânea; Vem Pro Centro, no Centro Histórico; e Vem Pra Madre, no bairro da Madre Deus, com estrutura reforçada para receber milhares de foliões.

O Carnaval 2026 acontece oficialmente entre os dias 13 e 17 de fevereiro, com eventos distribuídos por diferentes pontos da capital. O bairro da Madre Deus, berço do carnaval popular maranhense, recebe programação especial com blocos tradicionais.

Fernando dos Anjos

João Campos sofre pedido de impeachment após concurso

Pedido foi protocolado por vereador. Prefeito classifica ato de “oportunismo político”



Prefeito é alvo de pedido de impeachment de vereador opositorista

Da Redação

O prefeito do Recife, João Campos (PSB), tornou-se alvo de um pedido de impeachment após a modificação do resultado de um concurso público para procurador municipal.

O pedido foi protocolado pelo vereador Eduardo Moura (Novo). A mudança no resultado teria beneficiado a filha de uma procuradora do Ministério Público de Contas (MPCO) e de um juiz do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

No concurso, havia sido inicialmente aprovado um advogado nas vagas destinadas a pessoas com deficiência (PCD). Mas ele acabou deixando de ser nomeado depois que uma pessoa mais bem classificada, mas que não tinha antes optado pelas vagas afirmativas, pediu reinscrição dois anos depois da inscrição, após ser diagnosticado com autismo.

Após a repercussão do caso, o prefeito voltou atrás e nomeou o

advogado inicialmente aprovado e tomou posse no cargo. O que não impediu que fosse protocolado o pedido de impeachment pelo caso.

“Uso político”

Em nota, a prefeitura do Recife afirmou que o caso se tratava de “controvérsia meramente jurídica” e que condenava “veementemente qualquer tentativa de exploração ou uso político de dois candidatos PCDs”.

O concurso aconteceu em 2022. E o advogado Marko Venício dos Santos Batista foi o único candidato aprovado para a vaga de pessoa com deficiência. Em junho de 2023, o resultado foi homologado e restava apenas a posse do candidato aprovado.

Lucas Vieira da Silva havia se inscrito nas vagas gerais, e obteve o 63º lugar. Ele é filho do juiz Rildo Vieira da Silva, da Vara dos Crimes contra a Administração Pública, e da procuradora Maria

Nilda Silva, do MPCO, que atua junto ao Tribunal de Contas do Estado.

Em maio de 2025, Lucas foi diagnosticado com o espectro autista, e pediu a reinscrição no concurso. Três procuradores se opuseram à inscrição. Mas, mesmo assim, ela foi aceita pelo procurador-geral do Recife, Pedro Pontes, que ocupa o cargo por indicação do prefeito.

A nova classificação foi homologada no dia 20 de dezembro de 2025. No dia 23, João Campos nomeou Lucas para o cargo.

Diante da repercussão, porém, Campos publicou nova decisão no último dia do ano, 31 de dezembro, desfazendo a nomeação.

Impeachment

Isso não impediu, porém, que o vereador apresentasse o pedido de impeachment. Na quarta-feira (7), João Campos classificou o pedido como

“oportunismo político”.

“Chega ano eleitoral, nossos nomes aparecem de forma importante nas pesquisas, e algumas pessoas acham que vale o jogo do vale-tudo”, reagiu Campos. “Não é assim. Vamos tratar com respeito, fazendo as coisas como devem ser feitas”.

Pesquisas

Eleito prefeito em 2024 no primeiro turno, João Campos é agora candidato a governador de Pernambuco. E as pesquisas têm indicado a chance de que ele novamente vença no primeiro turno. Levantamento do Paraná Pesquisas de 22 de dezembro indicou João Campos com 53,1% das intenções de voto, 20 pontos percentuais à frente da governadora Raquel Lira (PSD), que tentará a reeleição. Ela aparece com 31%.

Eduardo Moura, que apresentou o pedido de impeachment, foi também um dos nomes tes-

tados para o governo. E obteve somente 3,9%, em terceiro lugar.

Não atende

Em nota divulgada na quarta-feira, a Câmara Legislativa do Recife informou que o pedido de impeachment não atenderia às exigências legais.

O pedido, diz a nota, não atenderia ao previsto na Lei Orgânica do Município quanto às responsabilidades do prefeito no caso.

De qualquer modo, a nota afirma que a Procuradoria da Câmara está analisando o pedido para definir se ele irá tramitar ou ser arquivado.

Moura, porém, rebate a nota, e afirma que o pedido já teria sido aceito pelo presidente da Câmara, Romerinho Jatobá (PSB) e que, no momento, só estaria ocorrendo uma revisão ortográfica para verificar se há termos que precisariam ser trocados ou não. A controvérsia permanece.

Pesquisa da UFRN alerta para avanço de superfungo que causa infecções

O fungo *Candidozyma auris*, antes conhecido como *Candida auris*, foi identificado pela primeira vez em 2009 e rapidamente despertou preocupação mundial. O fungo causa infecções graves, difíceis de tratar e controlar, representando uma ameaça especialmente para pacientes hospitalizados. No Brasil, os primeiros registros de infecção ocorreram na Bahia, em dezembro de 2020. Desde então, os surtos têm aumentado e se espalhado para outros estados.

A capacidade de sobreviver, por longos períodos, no ambiente hospitalar, aderindo a superfícies e equipamentos, faz do *Candidozyma auris* um inimigo particularmente desafiador. A taxa de mortalidade pela ação do fungo pode chegar a 50%, dependendo do tipo de infecção.

O superfungo pode apresentar resistência a diferentes classes de antifúngicos, medicamentos essenciais no combate às infecções provocadas por fungos. Por isso, ele é classificado como prioritário e crítico pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Segundo pesquisas conduzidas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o uso de agrotóxicos pode contribuir para o aumento da resistência aos medicamentos utilizados no tratamento de infecções fúngicas. Integrante do Programa de Pós-Graduação em Biologia Parasitária da UFRN e vice-coordenador do Grupo de Estudo e Ações em Saúde Única, Rafael Wesley Bastos, investiga também como o uso de agrotóxicos pode estar contribuindo para o aumento da resistência



Professor Rafael Bastos coordenador da pesquisa da UFRN

aos medicamentos utilizados no tratamento de infecções fúngicas.

Segundo o pesquisador, embora o fungo seja famoso principalmente como um “superfungo” perigoso em hospitais, porque é

resistente a vários antifúngicos e causa infecções graves em pacientes, ele não é exclusivo do ambiente hospitalar.

Para Rafael, “se o fungo se torna capaz de resistir ao agrotóxico, ele

pode acabar se tornando resistente também aos remédios usados na medicina humana”.

Os estudos do professor e pesquisador foram destaque no Encontro da Rede Brasileira de Resistência Antifúngica em *Aspergillus fumigatus* – Protegendo a Saúde diante das Pressões Agrícolas, realizado na Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Botucatu (SP).

O pesquisador apresentou dados que reforçam uma correlação entre o uso de agrotóxicos e o surgimento de fungos mais resistentes. Inicialmente, os pesquisadores demonstraram que 94% dos isolados de *Candidozyma auris* obtidos de pacientes e resistentes ao medicamento fluconazol também apresentavam resistência ao agrotóxico tebuconazol, amplamente utilizado na agricultura.

CORREIO NORTE

Bruno Cecim/Agência Pará



20 atrações culturais aconteceram nos finais de semana

Natal em Belém recebeu 600 mil visitantes

O Natal Encantado do Parque da Cidade, iniciativa do governo do Pará em parceria com a Solar Coca-Cola, encerrou-se, na terça-feira (6), após 30 dias e mais de 600 mil visitas. A ação contou com apresentações culturais aos finais de semana, presépio iluminado em tamanho real, Casa do Papai Noel e floresta encantada com árvores de LED. A partir desta quarta-feira (7), o Parque será fechado para retirada da decoração natalina e reabre em horário normal a partir do próximo sábado (10). Ao todo foram cerca de 20 atrações culturais aos finais de semana, incluindo grupos de carimbó, corais, balé, cultura afro, música gospel e apresentações cênicas que levaram o espírito natalino ao público.

Forró do Senadinho

O governo do Acre publicou a Lei nº 4.663/2025, que declara o Forró do Senadinho, realizado em Rio Branco, Patrimônio Cultural do Estado. Já a nº 4.664/2025 fortalece as instituições jurídicas, tornando a Academia de Letras Jurídicas do Acre (Aljac) uma instituição de utilidade pública. Criado há 25 anos, o Forró do Senadinho é reconhecido como expressão tradicional, representando importante manifestação artística, social e comunitária.

Governo de Rondônia



Inscrições foram transformados em cestas básicas

Corrida e alimentos

A segunda etapa do pacote de ações solidárias vinculadas à 1ª Corrida da Polícia Penal de Rondônia foi realizada na terça-feira (6), em Porto Velho. A iniciativa transformou os valores arrecadados com as inscrições da população em alimentos não perecíveis, destinados para associações que atuam no atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social na capital. A ação foi coordenada pela Secretaria de Estado da Justiça (Sejus) e reforça o caráter solidário da iniciativa, ampliando seu alcance social. Nesta etapa, foram entregues 34 cestas básicas.

Arqueologia em Palmas

Para quem for ao Museu Casa Suçupara Governador Siqueira Campos, em Palmas, até o dia 30 de janeiro, será possível conhecer parte das mais recentes descobertas arqueológicas palmenses na Exposição 'Ecos da Serra: a arte rupestre na APA Serra do Lajeado', uma parceria entre a Fundação Cultural de Palmas (FCP) e a Universidade Estadual do Tocantins (Unitins).

Empregos

A Prefeitura de Manaus, por meio do Sine Manaus, oferta 745 vagas de emprego em várias áreas de atuação, nesta quinta-feira, 8/1, das 8h às 14h. O candidato pode validar a Carteira Digital e Previdência Social (CTPS) no aplicativo "Carteira de Trabalho Digital" ou acessar o site <http://gov.br/trabalho>.

Migrantes

O prefeito de Rio Branco (AC), Tião Bocalom (PL), visitou a Casa de Acolhimento para Migrantes, localizada no bairro Bosque. O prefeito conversou com os abrigados, principalmente com os venezuelanos, que vivem uma forte expectativa de melhorias em seu país após a intervenção dos Estados Unidos.

Lixeiras PET

Viver em comunidade exige, acima de tudo, respeito aos direitos de cada cidadão, além do cuidado individual e coletivo com as regras de convivência e bem-estar. Atenta a essa realidade, a Prefeitura de Porto Velho deu início à implantação de lixeiras específicas para o descarte de dejetos de animais.

Rebanho

O governo do Tocantins, por meio da Agência de Defesa Agropecuária (Adapec), informa aos produtores rurais tocantinenses que já está disponível de forma gratuita o extrato de movimentação do rebanho, para quem vai realizar, na Secretaria de Estado da Fazenda, a Declaração do Resumo da Movimentação do Rebanho.

Globo de Ouro

O Cine Líbero Luxardo, em Belém (PA), recebe nesta semana pré-Globo de Ouro, uma mostra com cinco longas indicados na premiação que consagra as melhores produções do ano. Entre as obras que serão exibidas, "O Agente Secreto", de Kleber Mendonça Filho, protagonizado por Wagner Moura.

Deficiência

Pessoas com deficiência não precisam agendar serviços para atendimento nas unidades do Pronto de Atendimento ao Cidadão (PACs) do Amazonas. A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEPCD) disponibiliza servidores especializados nas 22 unidades, de segunda a sexta-feira.



Hospital é centro de referência em transplantes

Hospital de Manaus tem melhor qualificação

Delphina Aziz atingiu Nível 3 na classificação ONA

O Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, unidade referência na rede estadual de Saúde do Amazonas, alcançou mais um marco histórico, ao obter a manutenção do selo da Organização Nacional de Acreditação (ONA) "Nível 3 – Excelência", a maior certificação em saúde do país. A acreditação ONA Nível 3 reconhece instituições que demonstram maturidade organizacional, gestão integrada, melhoria contínua dos processos e resultados sustentáveis.

"Mais um reconhecimento que demonstra o resultado dos investimentos que estamos fazendo na Saúde do Amazonas desde 2019. É mais uma constatação de que estamos no caminho certo e transformando a rede pública de Saúde do estado como nunca havia sido feito", disse o governador do Amazonas, Wilson Lima (União Brasil).

Para alcançar esse patamar, o hospital passou por uma rigorosa avaliação externa, que analisou critérios como governança, protocolos assistenciais, gestão de riscos, segurança do paciente, qualificação das equipes e foco permanente na experiência do usuário.

No Amazonas, o Hospital Delphina Aziz, vinculado à Secretaria de Estado de Saúde (SES-AM), é pioneiro na obtenção da certificação na rede pública. A unidade integra o Complexo Hospitalar Zona

Norte (CHZN).

Centro de referência

De acordo com a secretária da SES-AM, Nayara Maksoud, a certificação confirma o padrão de excelência que transformou o Delphina Aziz no maior centro de referência em transplantes no Norte do país. "É fruto da determinação do governador Wilson Lima, que decidiu transformar esse hospital em uma potência do SUS no Amazonas, não medindo esforços para que, hoje, o Delphina seja uma referência nacional", destaca.

Segundo o diretor executivo do CHZN/INDSH, Cristian Tassi, as certificações padrão ONA representam um conjunto de requisitos de qualidade envolvendo a parte estrutural, os processos de trabalho e a capacitação no atendimento ao usuário. Ele também ressalta a atuação da equipe multiprofissional altamente qualificada da unidade.

"A certificação reforça a excelência dos serviços prestados e reconhece o esforço coletivo de profissionais que atuam diariamente com ética, responsabilidade e compromisso com a vida", disse.

Além da excelência técnica, afirma o diretor, a humanização é um dos pilares que sustentam essa conquista. "O hospital desenvolve ações voltadas ao acolhimento, ao cuidado ao paciente e ao respeito à dignidade humana".

Tocantins deverá cancelar aumento na conta de água

Estudo pretende rever decisão de governo interino

Adilvan Nogueira/Governo do Tocantins

A briga política segue pesada no Tocantins. O governador Wanderlei Barbosa (Republicanos), determinou, nesta quarta-feira (7), a realização de análise imediata para viabilizar o cancelamento do aumento de 9,37% nas contas de água e esgoto cobradas pela empresa BRK Ambiental, previsto na Resolução nº 13/2025, de 5 de novembro de 2025, efetuado pela gestão interina, e já em vigência.

Vanderlei Barbosa ficou afastado do governo do Tocantins por três meses, acusado de abuso de poder político. O governo foi assumido no período pelo vice, Laurez Moreira (PSD) e iniciou-se uma disputa entre os dois. Em dezembro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por unanimidade, determinou o retorno de Vanderlei ao governo, e ele começou a rever atos feitos durante a sua ausência.

Ao se posicionar contra o reajuste, o governador Wanderlei Barbosa destaca os prejuízos para as famílias tocantinenses e afirmou que não permitirá aumentos considerados abusivos.

“Determinei as medidas necessárias e vamos trabalhar para impedir esse aumento na conta de água. A resolução sequer foi publicada no Diário Oficial do estado pela gestão interina, apenas no site da ATR [Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos], e, ainda assim, o reajuste já está em



Vanderlei desfaz o que foi feito durante a sua ausência

vigor. Os tocantinenses já pagam uma das contas de água mais caras do Brasil e esse aumento é injusto e prejudica a população. Seguiremos trabalhando para impedir essa revisão, contem comigo”, resalta o chefe do Executivo.

ATR

O procedimento administrativo referente ao reajuste é de origem da ATR. A Agência irá analisar a decisão que autorizou o aumento para verificar as alternativas legais que possibilitem a sua revisão ou o seu cancelamento. Após a conclusão dessa análise técnica e administrativa, o processo deverá ser remetido à Procuradoria-Geral do Estado

(PGE) para avaliação jurídica.

“A ATR estranha a ausência de publicação da resolução no Diário Oficial, especialmente porque há um processo em andamento sobre o tema e o posicionamento era contrário ao reajuste. Cumpriremos a determinação do governador Wanderlei Barbosa e adotaremos os trâmites administrativos necessários para esclarecer o reajuste e viabilizar o cancelamento”, explica o presidente da ATR, Matheus Martins.

Reajuste

O reajuste de 9,37% na tarifa de água e esgoto cobrada pela BRK Ambiental nos 46 municípios atendidos pela concessionária

foi autorizado pela ATR em 5 de novembro, durante a gestão interina, e passou a vigorar no início de dezembro. Conforme a medida publicada no site da ATR, o aumento foi autorizado com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referente aos períodos de setembro de 2023 a agosto de 2024 e de setembro de 2024 a agosto de 2025.

Além disso, o documento estabelece a elevação dos valores de mais de 100 serviços técnicos e operacionais ofertados pela concessionária, como substituição de hidrômetro, ligação de água e religação após suspensão, impactando diretamente os consumidores.

Acordo ressarcirá Roraima por migração

Em um desfecho institucional considerado histórico, a União e o Estado de Roraima firmaram um acordo judicial no valor de R\$ 115 milhões para ressarcir despesas extraordinárias assumidas pelo estado em decorrência do fluxo migratório de venezuelanos à Roraima.

A conciliação foi formalizada no âmbito da Ação Cível Originária (ACO) nº 3121, em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF), e aguarda homologação da Corte para produzir efeitos definitivos.

Litígio

O acordo encerra um litígio federativo de alta complexidade e reconhece a necessidade de compartilhamento do ônus financeiro suportado por Roraima ao longo dos últimos anos, especialmente nas áreas de saúde, educação, segurança pública e sistema prisional, diretamente impactadas pela crise humanitária.

A ação foi proposta pelo governo de Roraima e conduzida pela Procuradoria-Geral do estado, que atuou de forma técnica e estratégica na defesa dos interesses estaduais, resultando em uma solução consensual considerada célere, eficiente e juridicamente segura.

Repartição

Para o governador Antonio Denarium (PP), o acordo corrige uma distorção histórica no pacto federativo, uma vez que Roraima, por localização geográfica, assumiu de forma desproporcional os impactos de uma crise de dimensão nacional e internacional.

“Roraima nunca se omitiu diante da crise humanitária, mas não poderia continuar arcando sozinho com esse ônus. Esse acordo representa justiça federativa, fortalece a cooperação entre os entes e garante condições reais para que o Estado continue atendendo a população sem comprometer serviços essenciais”, afirmou o governador.

O Termo de Conciliação deixa expresso que a solução tem finalidade exclusiva de encerrar o litígio, sem reconhecimento de tese jurídica por parte da União, e prevê quitação ampla e definitiva quanto às despesas relacionadas ao fluxo migratório até o trânsito em julgado da ação.

O valor global do acordo, fixado em R\$ 115 milhões, será aplicado exclusivamente nos seguintes eixos. Para a saúde, R\$ 36 milhões; para educação, R\$ 10 milhões; segurança pública, R\$ 63 milhões, e para o sistema prisional, sistema prisional, R\$ 6 milhões.

Governo de Roraima

Amapá registra crescimento importante no turismo na região Norte

Gabriel Penha/GEA

O Amapá se consolidou como um dos destaques do turismo internacional na Região Norte em 2025.

Dados consolidados divulgados pelo Ministério do Turismo (MTur), na quarta-feira (7), apontam que o estado foi o segundo que mais recebeu turistas estrangeiros no Norte, totalizando 52 mil visitantes internacionais ao longo do ano.

O número representa um crescimento de 33,73% em relação a 2024, superando estados como o Pará, que recebeu 38,2 mil turistas, e o Amazonas, com 37,7 mil.

O resultado expressivo reflete a intensificação das estratégias de promoção turística adotadas pelo Governo do Amapá, aliadas aos investimentos na melhoria da infraestrutura e na valorização dos atrativos culturais e naturais do estado.



O Amapá tornou-se o segundo maior destino na região

A ampliação da visibilidade do destino no cenário nacional e internacional tem fortalecido o Amapá como porta de entrada estratégica para o Brasil, especialmente pela fronteira com a Guiana Francesa.

“Esses números demonstram

que o Amapá vem ocupando um espaço cada vez mais relevante no turismo internacional. Temos investido fortemente na promoção do destino, na integração com países vizinhos e em grandes eventos que atraem visi-

tantes e movimentam a economia local”, destacou a secretária de Turismo, Syntia Lamarão.

Réveillon

Um dos principais impulsionadores desse avanço foi o Maior Réveillon da Amazônia, que registrou aumento significativo no fluxo de turistas estrangeiros. Durante o período de ano-novo, 7.399 veículos e 17.076 pessoas cruzaram a fronteira pela Ponte Binacional, o que representa um crescimento de 37% no fluxo de veículos e 42% no número de turistas, em comparação ao ano anterior. Em média mensal, ao longo de 2025, o Amapá recebeu cerca de 6 mil veículos e 14 mil pessoas provenientes da Guiana Francesa, reforçando a importância da integração internacional para o turismo local.

CORREIO SUL

Hully Paiva/SMCS

**Bilhete seguirá por R\$ 6 e programas também continuam**

Curitiba congela a tarifa do transporte público em 2026

A prefeitura de Curitiba (PR) informou que manterá em 2026 o valor da tarifa de ônibus em R\$ 6, sem reajuste para os usuários do transporte coletivo da capital. A decisão também preserva os programas Tarifa Zero a Caminho do Emprego, destinado a pessoas cadastradas no Sistema Nacional de Emprego (Sine) curitibano, e o Domingão paga Meia, que reduz o valor da passagem para R\$ 3 aos domingos e feriados. A medida ocorre durante o período de transição para a nova concessão do sistema, cuja licitação está prevista para o primeiro quadrimestre. A gestão municipal estima que essa fase de adaptação ao novo contrato dure cerca de dois anos, sem alteração no valor cobrado dos passageiros.

Porto Alegre apura atos de vandalismo

Desde 12/3/25, a prefeitura de Porto Alegre (RS) registrou 107 contêineres para recicláveis danificados por fogo em 10 meses, na área de teste do novo sistema com 450 unidades. Cada peça em Polietileno de Alta Densidade custa R\$ 12,8 mil e a reposição delas, juntamente com a limpeza e recolhimento do material, chega a R\$ 20 mil, com prejuízo de R\$ 2,14 milhões. Casos recentes ocorreram nos bairros da Cidade Baixa e no Centro Histórico.

Alex Rocha/PMPA

**Casa acolherá refugiados ainda no primeiro semestre**

Porto Alegre priorizará venezuelanos

A prefeitura de Porto Alegre (RS) abriu chamamento para selecionar Organização da Sociedade Civil (OSC) que irá operar uma casa de passagem para famílias imigrantes e refugiadas, com prioridade aos venezuelanos. O serviço, coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), prevê acolhimento temporário e emergencial para até 20 famílias, cerca de 50 pessoas, com funcionamento contínuo. A unidade deve iniciar as atividades até o fim do primeiro semestre. Inscrições abertas até 5/2, conforme regras publicadas no diário do município.

SC: “Não é Não” implementado em jogo

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e a Associação de Clubes de Futebol Profissional de Santa Catarina (SCClubes) realizaram, ontem (7), a implementação do protocolo “Não é Não” durante a partida entre Avaí e Barra, pela 1ª rodada do campeonato estadual, para orientar o acolhimento e a resposta rápida a mulheres em casos de assédio ou violência, em ambientes de lazer.

Funcionamento

A prefeitura de Santa Maria (RS) adotou turno único de trabalho a partir de hoje (8) como medida para conter despesas. O decreto vale até 20 de fevereiro e não muda o atendimento ao público, mantido das 8h às 13h, enquanto setores internos passaram a funcionar das 7h às 13h no Centro Administrativo.

Pós-Graduação

A Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Materiais da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), em Joinville (SC), abriu inscrições para mestrado e doutorado após a fusão de cursos. O prazo segue até o próximo dia 31. São 39 vagas no mestrado e 16 no doutorado, com oferta de bolsas aos selecionados.

Lazer

A prefeitura de Maringá (PR) ampliou até o próximo dia 21 o funcionamento de atrações da Maringá Encantada. A decisão manteve opções de lazer em áreas centrais. Iluminação, decoração, carreta natalina e praça de alimentação seguirão ativas, enquanto o parque em frente ao terminal urbano funcionará até 1/2.

Eleição

A Secretaria Municipal da Cultura de Caxias do Sul (RS) abriu inscrições para a eleição de representantes não governamentais do Conselho Municipal de Política Cultural para o período 2026/2027. O cadastro ficará aberto até o próximo dia 30, por formulário online, com acesso pelas redes sociais da pasta e pelo site: cultura.caxias.rs.gov.br.

Consulta

A prefeitura de Joinville (SC) abriu consulta pública, disponível até o próximo dia 16, para receber sugestões voltadas à inovação no serviço público. A iniciativa busca apoiar futura Compra Pública de Inovação (CPI), com foco em 9 desafios definidos pelas secretarias, sem gerar obrigação de contratação posterior.

Especialização

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) abriu inscrições para curso gratuito de especialização em Relações Raciais e Diversidade em Contextos Escolares. A formação é voltada a professores da educação básica das redes pública e privada, com reserva de vagas a servidores da UFPR de qualquer graduação.

**Levantamento da Udesc acompanhou os preços em dezembro**

Custo de vida subiu 0,43% em Florianópolis

Pesquisa indica um impacto maior no consumo externo

O Índice do Custo de Vida (ICV) de Florianópolis (SC) apresentou variação de 0,43% em dezembro de 2025, conforme levantamento do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (Esag) da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), com apoio da Fundação Esag (Fesag).

O resultado foi influenciado principalmente pelos gastos com alimentação fora do domicílio, além de aumentos registrados em transportes, artigos de residência e despesas pessoais.

O indicador mede a variação de preços que impactam diretamente o orçamento de famílias com renda entre 1 e 40 salários mínimos e considera 297 itens pesquisados ao longo do mês.

Na comparação anual, o índice acumulou alta de 5,17% em 2025, abaixo do registrado em 2024. Em dezembro, 91 produtos apresentaram elevação, 96 mantiveram estabilidade e 110 tiveram redução nos valores.

Conforme divulgado pela Udesc, entre os grupos analisados, Alimentação e Bebidas teve avanço de 0,67%, enquanto Habitação registrou recuo de 1,01%, o maior do período.

Artigos de Residência subiram 1,29%, Transportes avançaram 1,06% e Despesas Pessoais cresceram 1,13%, contribuindo para o resultado mensal.

Já o Vestuário apresentou queda de 0,51%, Educação re-

cou 0,16% e enquanto Comunicação manteve variação nula.

No grupo Alimentação e Bebidas, os preços no domicílio tiveram leve alta de 0,12%, com impacto de tubérculos, raízes e legumes, além de frutas.

Em um sentido oposto, os itens como feijão preto, óleos, gorduras, aves e ovos apresentaram retração. Já o consumo fora de casa subiu 1,52%, impulsionado por lanches, refeições principais e também frutas comercializadas nesse segmento.

Em Habitação, a redução foi puxada pela mudança na bandeira tarifária da energia elétrica residencial e pela queda em artigos de limpeza, apesar do aumento em serviços de reparo.

No grupo Vestuário, os recuos em joias, bijuterias, tecidos e armarinhos superaram a elevação observada em itens como calçados e acessórios.

Os transportes registraram o impacto do aumento no transporte público, com destaque para passagens aéreas.

Em Despesas Pessoais, a alta esteve associada principalmente aos gastos com recreação.

No acumulado do ano, produtos alimentícios como batata inglesa, café e tomate concentraram as maiores elevações, enquanto feijão preto, laranja pera e arroz agulha figuraram entre as principais quedas, além de reduções observadas em eletrodomésticos e equipamentos domésticos.

Esporte e lazer vai às praias do Rio Grande do Sul no verão

Projeto do governo leva van aos pontos turísticos para as atividades

O governo do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria do Esporte e Lazer (SEL), dá início nesta quinta-feira (8), em Torres, ao Circuito Verão em Movimento 2026, dentro do Programa Esporte e Lazer em Movimento. A ação será realizada no Chalé Memorial do Surf, na Praia dos Molhes.

A iniciativa integra a Operação Verão Total 2025/2026, que tem como objetivo reafirmar o compromisso com a promoção da cidadania, da convivência comunitária e do bem-estar nas regiões litorâneas, por meio do fortalecimento das políticas públicas de esporte e lazer. Com a iniciativa, a van itinerante da SEL vai percorrer as praias do Litoral Norte levando diversão e lazer para os veranistas gaúchos.

Circuito

O circuito, que é voltado às crianças, adolescentes e público em geral, oferece atividades gratuitas com uma programação diversificada que inclui práticas esportivas e oficinas recreativas. Também disponibiliza a unidade móvel equipada com jogos como xadrez, tênis de mesa, futmesa e vôlei, além de oficinas de pintura, brinquedos infláveis, cama elástica e piscina de bolinhas.

“Com o Circuito Verão em Movimento, estamos levando esporte, lazer e cidadania diretamente para o Litoral Norte. É



Van leva atividades de esporte e lazer às praias gaúchas

uma ação que aproxima o governo das pessoas, oferece atividades gratuitas para crianças, jovens e famílias e incentiva hábitos saudáveis durante o verão”, ressalta o secretário do Esporte e Lazer, Juliano Franczak, o Gaúcho da Geral.

Educação física

A edição de 2026 também contará com o colaboração do Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região (Cref2-RS), que participará com aulas de ritmos, orientações de saúde e in-

centivo à prática esportiva, contribuindo para a promoção de hábitos saudáveis e da qualidade de vida.

As atividades do circuito vão ocorrer sempre de quinta-feira a domingo, em áreas à beira-mar disponibilizadas pelos municípios parceiros do Litoral Norte.

Cronograma

O cronograma previsto para as atividades prevê que a van ficará instalada na praia de Torres entre os dias 8 e 11 de janeiro. Dos dias 15 a 18 de janeiro, estará em Ma-

gistério. Entre 22 e 25, na praia da Atlântida. Do dia 29 de janeiro ao dia 1º de fevereiro, em Balneário Pinhal. De 5 a 8 de fevereiro, em Cidreira. De 12 a 15 de fevereiro, em Imbé. Entre 19 e 22 de fevereiro, na praia de Tramandaí. E, finalmente, entre 26 de fevereiro e 1º de março, em Xangri-Lá.

Balneabilidade

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) divulgou, na semana passada, o quarto boletim do projeto Balneabilidade da temporada 2025/2026.

O informativo refere-se às coletas de águas realizadas entre os dias 29 e 30 de dezembro de 2025.

De acordo com o relatório, dos 96 pontos monitorados em todo o Rio Grande do Sul, 12 estão impróprios para banho. Pela primeira vez nesta temporada, cinco pontos no Litoral Norte aparecem nessas condições.

O boletim aponta cinco áreas impróprias em Capão da Canoa (Edifício Aymore, Balneário de Araçá-Hotel, Edifício Yara, Arroio Teixeira e Praça Azevon), uma em Cerrito (Balneário Cerrito), uma em Pedro Osório (Rio Piratini), três em Pelotas (Valverde, Totó e Valverde Trapiche) e uma em Piratini (Balneário Municipal Klérfim Cardoso) e uma em Tapes (Balneário Rebelo).

Segundo o presidente da Fepam, Renato Chagas, o departamento de fiscalização já está mobilizado para identificar as prováveis causas dos cinco pontos impróprios para banho no Litoral Norte. “Além das ações de monitoramento, vamos realizar coletas nas drenagens pluviais para investigar possíveis fontes de contaminação da água. Após verificar os resultados, os municípios serão notificados.”

O balneabilidade, que determina se um local está próprio ou impróprio para banho, é executado pela Fepam, com o apoio da Companhia de Saneamento.

Paraná recebe maior número de turistas estrangeiros

O Paraná registrou o maior número de turistas internacionais da história em 2025: 1.064.416 pessoas. Os dados foram divulgados pela Embratur e Ministério do Turismo, com dados da Polícia Federal, nesta terça-feira (6).

O número é 5,4% superior ao maior registro até então, em 2019 (1 milhão), e 16,6% maior que os 912,2 mil turistas de 2024.

Quarta posição

Os números ajudaram o Brasil a bater recorde de turistas estrangeiros em 2025, com 9.287.196. O Paraná ficou na 4ª posição como portão de entrada do país, representando 11,46%. São Paulo liderou o ranking, com 2.753.869 visitantes internacionais, seguido pelo Rio de Janeiro, com 2.196.443, e pelo Rio Grande do Sul, que recebeu 1.535.806 turistas ao longo do ano.



Cataratas do Iguaçu são o principal destino do estado

Apenas no mês de dezembro, o Paraná recebeu 152.161 viajantes de outros países. De maneira geral, a maioria é de argentinos e paraguaios. Um dos reflexos desse movimento foi o número recorde de visitantes no Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do

Iguaçu, terra das Cataratas, com 2.020.359 visitantes em 2025, sendo 45% estrangeiros, de mais de 200 nacionalidades.

“É um orgulho muito grande bater esse recorde”, comemora o secretário de Turismo, Leonaldo Paranhos.

Obras serão retomadas na SC-401

As obras de triplicação da SC-401, no Norte da Ilha de Santa Catarina, serão retomadas a partir do dia 12 de janeiro. Os trabalhos haviam sido paralisados no dia 19 de dezembro, por decisão estratégica do Governo do Estado, com o objetivo de minimizar impactos no trânsito durante o período de festas de fim de ano e neste início de verão, quando Florianópolis registra aumento expressivo no fluxo de veículos devido à alta temporada turística.

A paralisação temporária levou em consideração o intenso movimento de moradores e turistas que se deslocam diariamente para as praias do Norte da Ilha, especialmente nos horários de pico.

Mesmo com cerca de 80% das intervenções sendo executadas no período noturno, entre 22h e 5h, a medida foi ado-

tada para garantir maior fluidez e segurança viária durante o período mais crítico do verão.

Com a retomada, as frentes de trabalho voltam a atuar conforme o cronograma estabelecido, mantendo a priorização das atividades noturnas e a sinalização adequada, de forma a reduzir transtornos aos usuários da rodovia.

A obra é considerada uma das mais importantes intervenções de mobilidade urbana da Capital, ampliando a capacidade da SC-401, principal corredor de acesso ao Norte da Ilha, onde se concentram polos turísticos, comerciais e tecnológicos.

De acordo com o secretário da Infraestrutura e Mobilidade, Jerry Comper, a triplicação da SC-401 representa uma transformação histórica para a mobilidade da região.

Professor analisa conflito entre EUA e Venezuela

Captura de Maduro, ordenada por Trump, causou comoção mundial

Por Lanna Silveira

A captura e prisão do líder venezuelano Nicolas Maduro, comandada pelo governo dos Estados Unidos, gerou grande comoção e polarização política em nível mundial. Em meio a questionamentos sobre a legitimidade da ação e preocupações gerais sobre as próximas medidas que serão tomadas pelos líderes norte americanos e venezuelanos, o Correio da Manhã conversou com Vagner Alves, professor da cadeira História do Tempo Presente do curso de História da UGB, para entender as motivações e os desdobramentos da atitude estadunidense, além de pensar em possíveis consequências futuras.

O governo estadunidense justifica que sua intervenção na política venezuelana é uma resposta ao envolvimento de Maduro em atividades de narcotráfico e terrorismo que estariam comprometendo a segurança dos Estados Unidos. Além de uma acusação formal ter sido levantada contra Maduro pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos, as autoridades norte americanas alegam que o governo da Venezuela seria responsável por facilitar o envio de drogas em grandes quantidades para os Estados Unidos.

Vagner analisa que, para além das motivações oficiais, a intervenção estadunidense foi movida por questões políticas e econômicas: especificamente, pela busca de aceitação do governo Trump e pelo interesse dos Estados Unidos nas reservas de petróleo venezuelanas.

O professor explica que, desde seu último mandato, Donald Trump vem demonstrando queda em popularidade entre o eleitorado estadunidense: isso gera preocupações em relação ao resultado das eleições deste ano, já que, para sua cúpula, é interessante que seus aliados políticos representem uma maioria no parlamento do país. Por isso, a posição de ataque de Trump ao narcotráfico teria sido motivada pela necessidade de demonstrar força a seu público interno, já que a “guerra as drogas” é uma questão de grande engajamento entre os norte-americanos.

— Uma parte muito grande da população americana apresenta algum tipo de envolvimento com entorpecentes; a questão das drogas é muito forte lá. Por isso, o discurso do Trump de combater o narcotráfico atinge o sentimento dos americanos. Prender o Maduro, que é uma pessoa que o governo deles aponta como uma



Casa Branca

Donald Trump evita falar na redemocratização da Venezuela

Kremlin via Wikimedia Commons



Maduro será julgado por conspiração e narcoterrorismo

das grandes lideranças dos cartéis de drogas, é uma forma de mostrar força para a sociedade americana. É mostrar o Maduro como se fosse um ‘troféu’.

Quanto ao interesse estadunidense no petróleo venezuelano, Vagner ressalta que, devido a falta de tecnologia e impossibilidades em investimento, a Venezuela não é capaz de aproveitar o potencial de sua reserva petrolífera - que é a maior do mundo, com mais de 300 bilhões de barris. Essa disponibilidade de acesso é interessante aos Estados Unidos, já que o país não somente é o maior produtor de petróleo do mundo, como também é o maior consumidor.

O professor também chama atenção para o fato de que o gover-

no Trump acredita que as relações políticas internacionais devem ser regidas por uma divisão geopolítica que atribui “zonas de influência” às grandes potências mundiais: o continente asiático estaria sob o controle chinês, parte da Europa seria controlada pela Rússia e as Américas seriam controladas pelos Estados Unidos. “Quando ele faz esse ataque, ele também está dando um alerta às outras grandes nações e para os próprios países do continente, afirmando que na América ele ‘manda’”

Autorização para agir

Vagner analisa que a discussão sobre “ferimento de direito internacional” atribuída à invasão dos Estados Unidos na Venezuela parte da ação de captura de um

presidente estrangeiro sem que houvesse um mandado de prisão internacional contra esse governante. O professor explica que esse tipo de medida precisa seguir a uma série de regras estabelecidas pela ONU (Organização das Nações Unidas), a fim de evitar possíveis conflitos. Uma delas é a autorização do Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas), que não foi concedida a este ataque.

— Não existe uma acusação formal, que parta de órgãos internacionais, contra o Nicolas Maduro. Isso, por si só, caracteriza um desrespeito ao direito internacional. Quando o Donald Trump fala que vai administrar a Venezuela, se cria uma situação de guerra. Isso é vai contra qualquer questão que envolva direito internacional; ainda que a Venezuela esteja sob uma ditadura. Nada relacionado ao direito internacional autoriza que um único país tome esse tipo de decisão sem que haja um consenso entre os membros dos organismos internacionais

Apesar da afirmação de Trump de que os Estados Unidos governariam a Venezuela interinamente, e de uma sequência de exigências realizadas pelo governo estadunidense, a presidência do país foi assumida pela vice-presidente de Maduro, Delcy Rodríguez. Vagner afirma não ser possível prever por quanto tempo a pressão nor-

te-americana será mantida sob o governo venezuelano.

O professor acrescenta que a possibilidade de intervenção direta da ONU na situação, ou um posicionamento direto contra a ação estadunidense, é “quase nula”, já que o exército estadunidense não se instalou no país e não iniciou uma guerra direta contra os venezuelanos. A questão principal que a organização está tentando mediar, atualmente, é a custódia de Nicolas Maduro em um território internacional.

Consequências

Para Vagner, a invasão estadunidense provocou um “terremoto” generalizado nas relações internacionais. “Essa ação do Trump deixou todo mundo assustado porque ele foi muito além do que se considera razoável: ele está mandando a mensagem de que pode tudo. Mesmo os países aliados aos Estados Unidos estão temerosos pelo futuro, porque se o governo dele achar interessante que algum território seja tomado, vai existir esse risco”, complementa.

Considerando o contexto político da América Latina, Vagner acredita que a ação contra Maduro possa influenciar as eleições deste ano no Brasil, citando que muitos políticos favoráveis às políticas de Trump já estão traçando paralelos entre o cenário venezuelano à realidade brasileira. “Muitos [políticos] aliados do Bolsonaro, por exemplo, estão fazendo bastante barulho nas redes e associando a prisão do Maduro à esquerda e ao Lula de todas as formas possíveis. Isso pode dar um gás aos opositores do Lula e mesmo influenciar o próprio Trump a apoiar abertamente candidatos que se oponham ao Lula ou a qualquer um que seja contrário aos interesses americanos”.

Em relação ao futuro do povo venezuelano, Vagner também declara que é difícil fazer previsões. Em sua análise, existem três cenários prováveis: o governo dos Estados Unidos apoiar o grupo militar que assumiu o poder na Venezuela e, em resposta, a população se levantar contra esse governo, o que aumentaria a repressão das forças armadas sobre a sociedade civil; o apoio estadunidense recair sobre os políticos de oposição à Maduro, oferecendo condições de reação contra os militares, iniciando uma guerra civil; ou uma invasão do próprio exército norte americano para retirar os militares do poder – uma possibilidade que Vagner acredita não ser condizente com os interesses dos Estados Unidos.